

PODER JUDICIÁRIO



SÃO PAULO

JUIZO DE DIREITO DA 1ª V. da Fam e Suc. Central

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO da Família e Suc. Central

ESCRIVÃO(A) DIRETOR(A) FRONIA YELIAN DE JESUS ALCOLA

01 Vara de Família e Sucessões
Fórum Central Cível João Mendes Júnior

Processo: 583.00.1937.900087-3/000000-000



Grupo: 2.Família e Sucessão
Ação: 225-Inventário

Data Distribuição : 27/09/1937 Hora: 12:00
Data Alteração : 28/07/2006 Hora: 12:28
Tipo de Distribuição : Livre

INV: MARIA ANGELICA DE SOUZA DIAS GERASSI e outro(s)
IVE: JOSÉ CANDIDO DE SOUZA

Nº DE ORDEM: 04.01.0000/000000



AUTUAÇÃO

Em _____ de _____

atuado neste Ofício

em _____ de _____

4º Volume
Pacote: 7213/10

REG. SOB nº _____

Handwritten text along the right edge of the page, possibly bleed-through from the reverse side.

Handwritten text in the lower right quadrant of the page.

Handwritten text in the lower middle section of the page.

Handwritten text in the lower left quadrant of the page.

Handwritten text in the bottom middle section of the page.

Handwritten text in the bottom left section of the page.

PODER JUDICIÁRIO



SÃO PAULO

1ª Seção

20.460

JUIZO DE DIREITO DA 1ª V. da Família e Suc. - Central

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO da Família e Sucessões

ESCRIVÃO(A) DIRETOR(A) Jacy R. O. Machado Subst.

Fac. 7013/10

INVENTÁRIO

INVDO: JOSE CANDIDO DE SOUZA.

INVTE: TARGISIO MARCIO ALONSO (fls. 480).

MARIA ANGELICA DE SOUZA Dias Gerassi - mte.

40 VOLUME (fls. 1025)

AUTUAÇÃO

*Certidão e cópia de
fls. autuada no expediente
de Alvará platenciário
imóvel inventariado em
fls. 718, SP, 22/11
(Angela A. Melo) Escrivã*

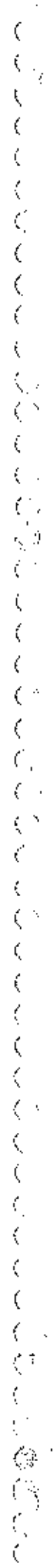
Em _____

de mil novecentos e _____

autuo neste Cartório _____

que segue(m) e fiz este termo. Eu, _____

Esc., subsc.



Auto. 7213/10

01987

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé, que decorreu o prazo de
lei p/manifest. dos interessados ~~estabelecido~~ conforme
publicação de fls. 617
São Paulo, 09 de 06 de 1994

CONCLUSÃO

Em 13 de junho de 1994,
faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito
Dr. RENATO DE SILLAS ABREU FILHO.
Eu, [assinatura] Escr. subscr.

p. 20.460

Aguarde-se, pois, o cumpri-
mento da precatória remetida à Comarca de
Brasília-Distrito Federal (fls. 537), e de
conformidade com o ofício remetido através
do Tribunal de Justiça (fls. 618).

Int.

SP, 13/06/1.994

RENATO DE SILLAS ABREU FILHO
Juiz de Direito

RECEBIMENTO

Em 13 de 06 de 1994
recebi estes autos com o despacho supra

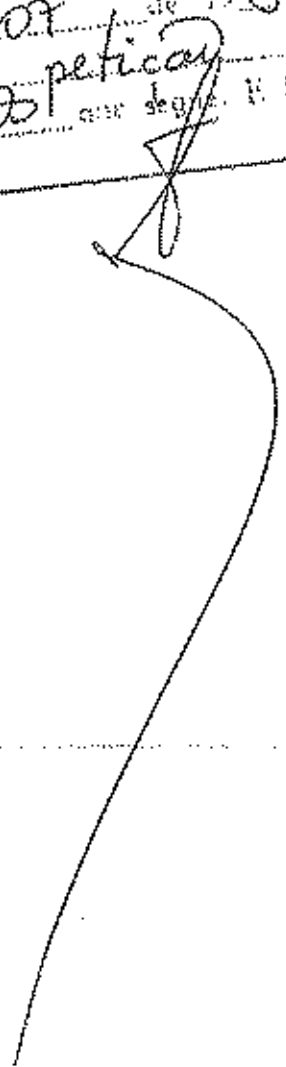
[assinatura]

CERTIFICADO

Certifico e dou a fé que o processo de nº 619 foi aberto em 16/06/94 e findo em 21/06/94, com as partes devidamente informadas.
Em 21 de 06 de 94
Eu _____ Escr. subscr.

JUNTADA

Em 22 de 07 de 94 neste Ofício
junto a estes autos documentos petição e
Eu _____ Escr. subscr.



620 J

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª
VARA DA FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES - CENTRAL.

Ref.: Proc. nº 20.460/37.
Ação de Inventário.

20 JUL 15 22 55 202940
VARA DA FAMÍLIA
E DAS SUCESSÕES

J. Conclusos.
Ex. de de 19 94
[Signature]
Esc. de Direito

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL "MEUS SONHOS", entidade residencial criada nos termos dos dispositivos aplicáveis da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, em Processo de Regularização junto à Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Governo do DISTRITO FEDERAL, conforme dispõe os arts. 54 a 62, da Lei Distrital nº 353, de 18 de novembro de 1992, e a Lei Distrital nº 694/94, e regido por sua Convenção, cujo extrato foi publicado no D.O.U., Seção I, do dia 01 OUT 91, p. 21.201, e retificado no D.O.U., Seção I, do dia 31 OUT 91, p. 24.313, devidamente inscrito no CGC (ME) sob o número 26.510.321/0001-20, com sede à Rodovia DF-150 Km 3,5, Área de Expansão Urbana da Cidade Satélite de Sobradinho - Distrito Federal, por seu advogado devidamente constituído, conforme Mandato junto (DOCs 01 a 05), vem perante Vossa Excelência, com as merecidas homenagens, e tendo presente o disposto no art. 341, do Código de Processo Civil, dizer e requerer o seguinte:

I - DO INVENTÁRIO. QUESTÕES DE INTERESSE DO REQUERENTE

1. Tendo tomado conhecimento, através da Certidão anexa (DOC 06), que está em andamento procedimento vinculado à Ação de Inventário do de cujus JOSÉ CÂMBIDO DE SOUZA, falecido, ao que parece, na Década de 1930, e desconhecando

- CONTINUA



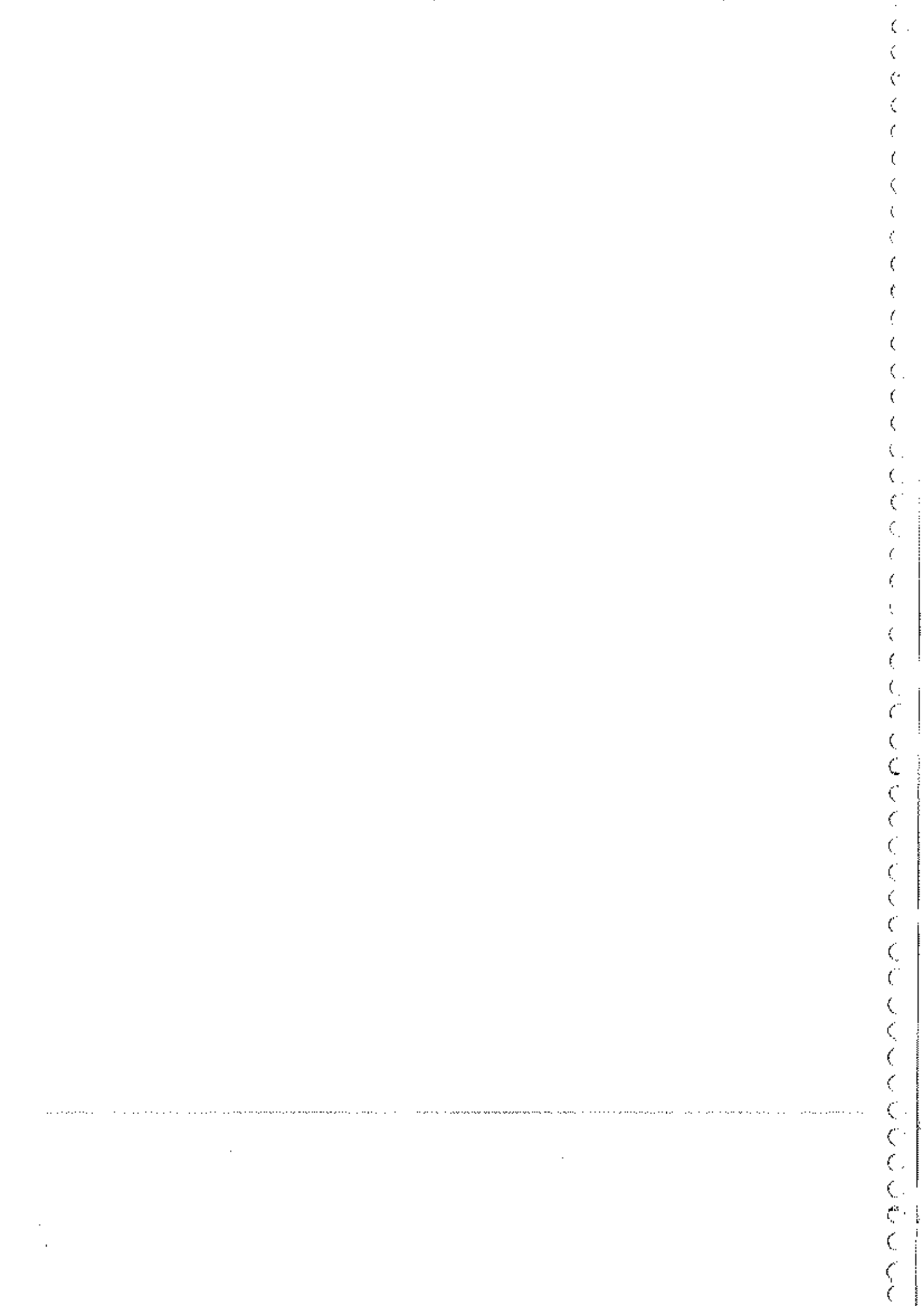
- CONTINUAÇÃO - pág. 02.

qual o verdadeiro papel do Sr. TARCÍSIO MÁRCIO ALONSO, 'nomeado Inventariante' em Ação que, a teor do art. 983, do CPC, já deveria ter chegado a termo 06 (seis) meses depois, é mister inquirir-se a razão de todo esse estranho quadro jurídico, já que, agora, mais de meio século depois de aberta a sucessão e, máxime, por se tratar de um único bem a ser partilhado, tudo está a exibir algum esforço de estraneidade jurídica, também considerados os seguintes fatos:

a) Conhecido, em BRASÍLIA, por vários ilícitos penais e falcatruas, conforme Certidões anexas (DOCs 07, 08, 09 e 10), tendo criado, através de Imobiliária sua, conforme denunciado na imprensa brasiliense, graves repercussões sobre a honestidade de suas realizações comerciais (DOC 11), é oportuno INFORMAR esse douto Juízo o fato MAIS GRAVE, com forte incidência no presente feito, sobre o papel de "Inventariante" do mesmo Sr. TARCÍSIO MÁRCIO ALONSO. Consoante demonstram as "Escrituras Declaratórias" anexas (DOCs 12 e 13), o referido Cidadão, em 1989, ou seja, três anos antes de ser nomeado "Inventariante", já assegurava que a alegada área do Espólio, que supostamente pertence ao Espólio, era de sua propriedade e começou a vendê-la, de uma só vez, mais de 55 (cinqüenta e cinco) hectares!!! Depois, ainda conforme a outra "Escritura" inclusa, tendo engendrado um plano esperto para obter mais vantagens ilícitas, colocou como "testas-de-ferro" de seus escabrosos negócios, vários inocentes úteis, num expediente de banditismo a causar espécie à Máfia Siciliana. Assim, MM. Julgador, é de todo relevante que se registre que, além de ter já dilapidado o bem que afirma agora pertencer ao Espólio, é fato inconteste que o citado Elemento, diante das Ações Penais e Inquirito que contra ele tramitam em todo o Distrito Federal, está longe de poder satisfazer a exigência de IDONEIDADE para o exercício do encargo de Inventariante, conforme clara dicção do art. 990, inciso IV, do Código de Processo Civil.

b) Na Capital da República, após notória a sua vida de ilícitos penais de que dão conta as Certidões acima, este ano de 1994 ajuizou contra o CONDOMÍNIO RESIDENCIAL "MEUS SONHOS" uma Ação Reivindicatória, para, não se sabe com que supedâneo e contra a realidade jurídica em marcha no Distrito Federal, com relação à regularização dos CONDOMÍNIOS situados em áreas de expansão urbana, em conformidade com a Lei Distrital nº 694, de 08 de abril de 1994 (cópia anexa - DOC 14), e arts. 54 a 62, da Lei Distrital nº 363, de 18 de novembro de 1992, vir alegar que é "Inventariante" de bem que não mais existe,

- CONTINUA -



- CONTINUAÇÃO - pág. 03.

inclusive porque já alienado, grande parte, por ele, sem qualquer autorização, e, no tocante à área remanescente, onde se situam vários Condomínios, já se operou o fenômeno do Usucapião. Destarte, o que pretende o dito "Inventariante" é tumultuar o bom andamento da Administração da Justiça, eis que a posse dos CONDOMÍNIOS, nos termos da Constituição Federal (arts. 5º, XXIII; 182, §§ 1º, 2º e 4º), considerada a decisão do Governo do DF, cuja prerrogativa remonta ao venerando art. 3º, da Constituição da República de 24 de fevereiro de 1891, de regularizar os Condomínios, transformando a área rural em urbana (cotege-se com o ensino insofismável de Mestre HELY LOPES MEIRELLES in "Direito Administrativo Brasileiro", S. Paulo, Malheiros, 18a. ed., pp. 456 a 457). Portanto, em homenagem à Súmula nº 237, do Pretório Excelso, e arts. 489, 550, 552, entre outros, do Código Substantivo Civil, segue-se que a serôdia pretensão do "Inventariante" do Espólio falece de qualquer seriedade fático-jurídica.

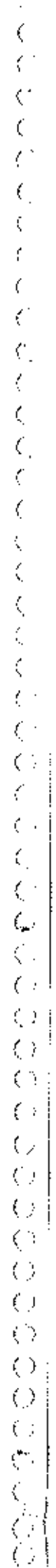
c) Nessas Ações ajuizadas em Brasília, pelo "Inventariante", sem levar em conta o disposto no art. 12, § 1º, do CPC, os supostos herdeiros não integram a lide, como Autores, ou em outra qualquer situação permitida no Estatuto Processual, e essa ausência, como é compreensível, só pode gerar um clima de suspeita, considerando a pessoa de quem se trata.

2. Por isso, a simples notícia desses fatos já era de obrigação do CONDOMÍNIO ora Requerente trazer ao sage conhecimento de Vossa Excelência, haja vista que o Requerente está, através de Ação de Usucapião Extraordinário, Processo nº 020.934/94, em curso na respeitável Quarta Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, peça inaugural anexa (DOC 15), regularizando o domínio da área em que está erigido, já que se cuida de posse mansa, pacífica e prolongada, de mais de 20 (vinte) anos - para cuidar-se da cadeia possessória mais recente.

II - DA PRETENSÃO DO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL "MEUS SONHOS"

3. Assim, considerados os fatos acima, pretende o CONDOMÍNIO RESIDENCIAL "MEUS SONHOS", além de informar esse honrado e digno Juízo, dos fatos narrados e devidamente comprovados, estabelecer, de forma clara, como situação inarredável, que ele, Condomínio, possui interesse no desate do feito ressurrecto (Ação de Inventário/Arrolamento), já que,

- CONTINUA -



- CONTINUAÇÃO - pág. 04.

embora não adentrando nele, por ora, por causa do procedimento, em si, com uma oposição (arts. 56 a 61, do CPC), salvo se Vossa Excelência entender devesse ser essa a melhor via a ser eleita, é de registrar-se, ainda, a seguinte situação:

a) Em processo de regularização, como os demais Condomínios de Brasília (vide art. 1º da Lei Distrital nº 694/94, cópia anexa - DOC 14), situação que envolve uma população de cerca de 300.000 pessoas, embora o CONDOMÍNIO Requerente inclua apenas 31 (trinta e uma) famílias, é de examinar-se, como requerido fica, a possibilidade de o Requerente HABILITAR-SE NO PROCESSO DE INVENTÁRIO, para que o seu direito à regularização do domínio, que a posse já está segura, não venha a ser prejudicado.

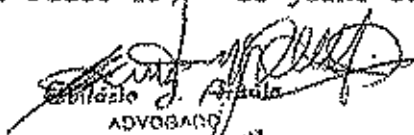
b) A teor da Legislação do Distrito Federal, a pretensão de partilha do Sr. TARCÍSIO MÁRCIO ALONSO, depois já operado o fenômeno do usucapião, e, além disso, pairando até mesmo dúvida sobre a área que ele supostamente entende pertencer ao Espólio, o que não é verossímil, em face da prova pericial em contrário, como ocorreu no Processo nº 8.127/93, em curso na insigne Vara Cível Única da Circunscrição Judiciária da Cidade Satélite de Sobradinho - Distrito Federal.

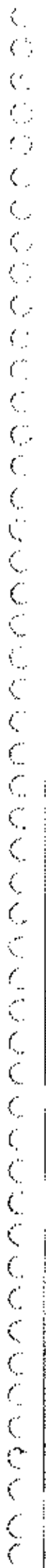
III - DO PEDIDO

Diante do exposto, requer o CONDOMÍNIO RESIDENCIAL "MEUS SONHOS" sua HABILITAÇÃO nos autos do Inventário de JOSÉ CÂNDIDO DE SOUZA, em sendo o caso de a área onde está erigido o CONDOMÍNIO realmente vir a ser configurada como integrante do Espólio e que, por ocasião da partilha, uma vez habilitado, e se de outra forma antes não lhe for reconhecido o domínio do bem, ou seja, da área de 2,9653 (dois vírgula nove seis cinco três) hectares, onde se encontram várias construções e residem os Condôminos, lhe seja adjudicada, na forma da Lei.

Pede deferimento.

São Paulo-SP, de julho de 1994


Evilasio J. Araujo
ADVOCADO
CIC Nº 120.388/93
OAB/SP 120.388



CONVENÇÃO DE CONDOMÍNIO

Pelo presente instrumento, que entre si fazem os possuidores e titulares de direitos sobre a Gleba Rural denominada "Chacara Meus Sonhos", localizada na Rodovia DF-150, Km 3,5, Núcleo Rural Sobradinho II, Distrito Federal, convocados para elaborar uma Convenção de Condomínio, nos termos do Art. 9º e demais dispositivos aplicáveis à espécie, da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, todos cientes da necessidade de disciplinar o uso das partes comuns e privativas, bem como estabelecer os princípios para a melhor convivência e defesa dos direitos e interesses mútuos, INSTITUEM, APROVAM e se OBRIGAM a cumprir a presente CONVENÇÃO DE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL:

CAPÍTULO I - DO OBJETO

Art. 1º - A Gleba Rural "Meus Sonhos", a partir desta data denominada CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MEUS SONHOS, é composta, em sua área total, de 2,9655 (dois vírgula nove seis cinco três) hectares, divididos em:

- a) 31 (trinta e uma) frações autônomas, todas indivisíveis, das quais, 24 (vinte e quatro) medem 600m² (seiscentos metros quadrados), representadas pelos números 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 30; o nº 01, com 1.519m²; o nº 1A, com 911m²; o nº 2, com 780m²; o nº 2, com 745m²; o nº 27, com 742m²; o nº 6, com 729m²; e o nº 3, com 720m².
- b) 1 (uma) área verde, medindo 3.762m², situada à frente da fração nº 1;
- c) 1 (uma) área de lazer, que também pode ser transformada em área verde, a critério da Assembleia Geral, medindo 1.024,69m², situada no limite Norte do Condomínio, junto a fração nº 30;
- d) uma área para casa de caseiro, medindo 200m²;
- e) estacionamentos: o primeiro, situado na área Sul do Condomínio, junto ao Portão de Entrada, à frente da casa de caseiro, com 8 vagas; o segundo, com 16 vagas, situado na Rua de Acesso, a partir das frações nºs 23 e 26;
- f) Arruamento para trânsito, que inicia no Portão de Entrada e passa entre a área verde e a casa de caseiro, à frente, e segue entre as frações, separando as de números pares das de números ímpares, até os números 17 e 22, quando se adapta para permitir a construção do segundo estacionamento, com 16 vagas, atingindo a divisa Norte do Condomínio, onde termina.

Parágrafo Único - Para todos os efeitos legais, condominiais e regimentais, independentemente do tamanho das áreas privativas, todas as frações terão os mesmos direitos, prerrogativas e obrigações, inclusive com relação ao uso das áreas comuns e ao pagamento de taxas de condomínio.

Art. 2º - São áreas comuns as mencionadas nas alíneas "b", "c", "d", "e" e "f" do artigo anterior; e partes exclusivas de cada Condômino as respectivas unidades autônomas, numeradas de 1, 1A a 30, conforme discriminação na alínea "a" do artigo precedente.

Parágrafo Único - As frações ideais, de uso comum, independentemente do tamanho da área das unidades autônomas exclusivas, serão atribuídas a cada Condômino em partes rigorosamente iguais.



6258

Art. 2º - A utilização das áreas comuns, obedecendo o disposto no Meio Ambiente, o fim a que se destinam e a legislação aplicável a mesma, inclusive as disposições do Regimento Interno, será eventualmente objeto de decisão da Assembleia Geral dos Condôminos.

CAPÍTULO II - DAS BENFEITORIAS

Art. 4º - As benfeitorias erigidas nas áreas comuns pertencem aos Condôminos e se destinam ao usufruto deles. São benfeitorias, na data em que esta Convenção foi aprovada:

- a) a Portaria;
- b) uma Caixa d'água, com capacidade total de 15 mil litros;
- c) um poço semi-artesiano, com bomba marca "Leão", instalada a 72 metros de profundidade no mesmo poço, com vazão de 68 (oitenta) mil litros/hora;
- d) rede d'água, com um ponto de água em cada unidade autônoma;
- e) rede de iluminação pública, com luminárias e lâmpadas fotocélulas;
- f) uma subestação trifásica com transformador de 30 KVA;
- g) um estacionamento já construído, situado próximo ao portão de entrada;
- h) as seis luminárias de jardim, instaladas na área verde;
- i) cerca com postes de concreto, com nove fios de arame farpado;
- j) rua de acesso às unidades autônomas.

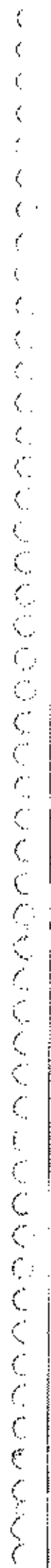
Parágrafo Primeiro - As benfeitorias acima citadas integram, coletivamente, o patrimônio dos Condôminos, que, no entanto, não poderão exigir, e qualquer pretexto, o pagamento respectivo. Caso venham a transferir a terceiros suas frações autônomas.

Parágrafo Segundo - Outras benfeitorias - voluptuárias, úteis ou necessárias - serão implantadas, nas áreas comuns, a critério da Assembleia Geral, obedecida, no tocante ao quórum, em se tratando de benfeitorias voluptuárias, o mínimo de 20 (vinte e cinco) do total composto dos Condôminos; se úteis, o mínimo de 20 (vinte) dos Condôminos; e, se necessárias, bastará a maioria simples dos presentes à Assembleia Geral.

CAPÍTULO III - DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 5º - São direitos de cada Condômino:

- a) usar, gozar e dispor da respectiva unidade autônoma, de finalidade estritamente residencial, desde que não prejudique a segurança e a paz ordena do Condomínio, não cause danos aos demais Condôminos e não afronte as normas legais, as disposições desta Convenção e do Regimento Interno;
- b) usar e gozar das partes comuns do Condomínio, desde que não prejudique igual direito dos demais Condôminos, com as mesmas restrições da alínea anterior;



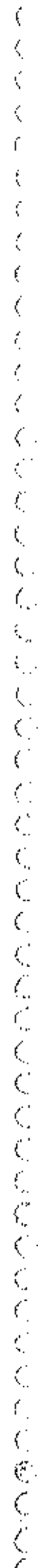
6268

- c) manter em seu poder as chaves das portas de ingresso ao Condomínio;
- d) examinar, a qualquer tempo, os livros e arquivos de Administração, e pedir esclarecimentos ao Síndico;
- e) utilizar os serviços de Portaria e os estacionamento, desde que não pertença a sua ordem, ou devio ao empregados do Condomínio para serviços particulares;
- f) comparecer às Assembleias e nelas discutir, votar e ser votado;
- g) denunciar ao Síndico qualquer irregularidade que porventura observar;
- h) edificar os prédios que desejar, na área exclusiva, que será ocupada segundo seu próprio arbítrio, salvo disposições legais em contrário e observada a restrição inserta no item "a", deste artigo:
 - i) alienar ou alugar a unidade, transferir direitos pertencentes à sua aquisição para terceiros, ou constituir direitos reais sobre ela, exigida, antes, a quitação de obrigações financeiras já assumidas perante o Condomínio;
 - j) usufruto das benfeitorias comuns mencionadas no Capítulo II;
 - k) fazer-se representar por procuração, com direito a voto, nas Assembleias Gerais, desde que, no Mandato, sejam explicitados os poderes e seja com data definida; e
 - l) propor mudanças na Convenção e no Regimento Interno, observadas as condições para isso estabelecidas.

Art. 6º - Obedecidos os princípios adotados por esta Convenção - privacidade, bem comum, segurança, preservação do meio ambiente e higiene coletiva - são deveres dos Condôminos:

- a) guardar decoro e respeito no uso das partes comuns, não usando nem permitindo que usem, nem como as respectivas unidades autônomas, para fins diversos daquelas a que se destinam;
- b) não usar as respectivas unidades autônomas, nem alugué-las ou cedê-las para atividades ruidosas ou a respeito de seus costumes ou para instalação de qualquer objeto capaz de causar danos ou incômodo aos demais Condôminos;
- c) manter e incentivar uma mentalidade de preservação da Natureza, objetivando melhorar a qualidade de vida, não poluir as áreas comuns, nem as áreas exclusivas, e não danificar árvores e o verde existentes no Condomínio;
- d) não desenvolver, na Rua de Acesso Interna, velocidade superior a 40 km/h, na subida, ou superior a 30, na descida;
- e) não permanecer em estado de embriaguez nas áreas comuns;
- f) não estender as redes elétrica e hidráulica para áreas vizinhas do Condomínio;
- g) assumir os prejuízos eventualmente causados por seus dependentes ou pessoa vinculada à sua residência, além daqueles que porventura dar causa;
- h) manter, no caso de existência de construção, a respectiva área exclusiva limpa, com muro ou cercar;

.....



627

- i) não destruir a Rua de Acesso, ainda que temporariamente, nem usar as áreas comuns para depósito de lixo ou resto de construção;
- j) não utilizar os emparedados do Condomínio para serviços particulares, salvo se autorizado pelo Síndico;
- k) não manter nas respectivas unidades autônomas, substâncias, instalações, instrumentos ou aparelhos que causem perigo à segurança do Condomínio ou incômodo aos Condôminos;
- l) não manter nas áreas comuns animais de qualquer espécie que venham a causar incômodo ou repressões perigosas para os Condôminos;
- m) não fracionar a respectiva unidade autônoma para fim de aliená-la a mais de uma pessoa separadamente;
- n) contribuir para as despesas comuns do Condomínio, efetuando o recolhimento nas datas fixadas;
- o) contribuir para o custeio de obras determinadas pela Assembleia Geral, na proporção cabível a cada fração autônoma;
- p) comunicar, imediatamente, ao Síndico, a ocorrência de moléstia contagiosa em sua unidade autônoma;
- q) cumprir o Regimento Interno e as decisões soberanas da Assembleia Geral;
- r) pagar as multas;
- s) fazer constar dos respectivos instrumentos de venda, cessão ou locação da unidade autônoma, a obrigação de obediência a esta Convenção, ao Regimento Interno, além das resoluções da Assembleia Geral, sob pena de incorrer na multa de três vezes devidas, sem prejuízo da sujeição compulsória dos interessados às mesmas normas disciplinares do Condomínio; e
- t) construir, consensualmente, com os vizinhos laterais, no tocante ao modelo, o muro ou cerca, dividindo as despesas entre as partes.

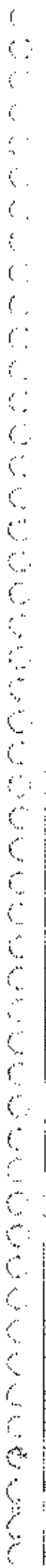
CAPÍTULO IV - DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS

- Art. 7º - A Assembleia Geral é o Órgão Administrativo Superior do Condomínio e última instância decisória, competindo-lhe, pois, julgar os recursos contra os atos do Síndico, nos termos do Art. 23, parágrafos 1º e 2º desta Convenção.
- Art. 8º - As Assembleias Gerais serão convocadas através de carta registrada ou protocolada pelo Síndico, ou por Condômino que represente ou forme um grupo de 10 (dez), ou, a seu pedido, o Síndico não convocá-la (Art. 23, letras "c" e "g").
- Parágrafo Primeiro - As convocações indicarão o resumo da Ordem do Dia, a data, a hora e o local de realização da Assembleia e serão assinadas pelo Síndico ou pelos Condôminos que a convocarem.
- Parágrafo Segundo - As convocações de Assembleias Gerais Ordinárias serão acompanhadas de cópias do Relatório e Contas do Síndico, até essa data, e do Projeto de Orçamento relativo ao exercício seguinte.
- Parágrafo Terceiro - Entre a data da convocação e da Assembleia deverá mediar um prazo de oito dias, no mínimo, salvo as convocações de Assembleia

.....

Extraordinária, cujo prazo poderá ser menor, quando comprovada a urgência.

- Parágrafo Quarto - é lícito, no mesmo Edital, fixar o horário em que se realizará a Assembleia em primeira e segunda convocação, mediando entre ambas o período de 30 minutos, no mínimo.
- Parágrafo Quinto - O Síndico ou os Condôminos mencionados no Art. 8º endereçarão as convocações às residências dos Condôminos ou ao endereço por eles indicado, sendo cada Condômino responsável por eventual extravio ou não recebimento de convocação, caso não atualize seus endereços.
- Art. 9º - As Assembleias serão presididas por um Condômino especialmente aclamado, o qual escolherá, entre os presentes o Secretário, que lavrará a Ata dos trabalhos no livro próprio, sendo defeso ao Síndico presidir ou secretariar os trabalhos da Assembleia.
- Art. 10 - Cada Condômino terá direito a tantos votos quantos forem as unidades autônomas que lhe pertenciam, computando-se o resultado das votações por maioria de votos, calculados sobre o número de presentes à vista do livro de presença, por todas assinado.
- Art. 11 - Serão exigidos quórum especial, maioria qualificada ou unanimidade para as matérias exigidas em Lei ou fixadas nesta Convenção (Arts. 4º, Parágrafo 2º; 12, Parágrafo Único; 13; 20 e 30).
- Art. 12 - Não poderão participar das Assembleias nem votar ou representar qualquer suargião ou reclamação, os Condôminos que estiverem em atraso no pagamento de suas contribuições ou multas e taxas que a todos tenham sido impostos.
- Art. 13 - é lícito fazer-se o Condômino, representar nas Assembleias por procurador, Condômino ou não, com poderes especiais, inclusive o de contrair obrigações, desde que o representante não seja o Síndico, o Subsíndico ou membro do Conselho Consultivo-Fiscal, senão com respectivos parentes destes até o terceiro grau (Art. 5º, 12º).
- Parágrafo Primeiro - Não terá validade a Assembleia realizada com um número maior de representantes por procuradores do que de Condôminos presentes.
- Parágrafo Segundo - Se, na terceira convocação, em dias diferentes, a mesma situação persistir, presentes todos os membros do Conselho Consultivo - Fiscal e, pelo menos, 10 (dez) Condôminos, qualquer decisão estará válida, observadas as restrições desta Convenção, inclusive o quórum devido para determinados casos (Art. 11).
- Art. 14 - A Assembleia Geral Ordinária será realizada a cada mês de março e a ela compete:
- Discutir e votar o Relatório e as Contas da Administração relativas ao exercício financeiro;
 - discutir e votar o Orçamento das Despesas para o exercício seguinte, fixando o Fundo de Reserva, se convier;
 - eleger o Síndico e fixar a respectiva remuneração;
 - eleger o Subsíndico e os membros efetivos e suplentes do Conselho Consultivo-Fiscal; e
 - votar as demais matérias da Ordem do Dia.



.....

Art. 15 - As Assembleias Gerais, Ordinárias e Extraordinárias, realizar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de Condôminos, que representem, no mínimo, a metade das unidades autônomas do Condomínio, e, em segunda convocação, com qualquer número de Condôminos, observado, quanto às decisões, o quorum fixado nesta Convenção (Art. 11).

Art. 16 - Compete às Assembleias Gerais Extraordinárias:

- a) Deliberar sobre matéria de interesse geral do Condomínio ou dos Condôminos;
- b) decidir, em grau de recurso, os assuntos que tenham sido deliberados, pelo Síndico, submetidos a ela pelos interessados, observado o procedimento estabelecido no Art. 23, Parágrafos 1º e 2º;
- c) examinar os assuntos que lhe sejam propostos por qualquer Condômino; e
- d) destituir o Síndico, a qualquer tempo, independentemente de indenização.

Art. 17 - As deliberações das Assembleias Gerais serão obrigatórias a todos os Condôminos, independentemente de seu comparecimento ou de seu voto, cumprindo ao Síndico executá-las e fazê-las cumprir.

Parágrafo Único - Nos cinco dias que se seguirem à Assembleia, o Síndico ou os Condôminos que tenham convocado a Assembleia enviarão copia das decisões tomadas, por carta registrada ou protocolo.

Art. 18 - Das Assembleias Gerais serão lavradas atas em livro próprio, aberto, encerrado e rubricado pelo Síndico, as quais serão assinadas pelo Presidente, pelo Secretário e pelos Condôminos presentes, que terão sempre o direito de fazer constar as suas declarações de voto quando dissidentes.

Art. 19 - As despesas com a realização de Assembleias Gerais serão inscritas a débito do Condomínio, mas as relativas à Assembleia convocada para a apreciação de recurso de Condômino, em sendo o caso de o recurso ser desprovido, serão pagas pelo Apelante.

CAPÍTULO V - DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 20 - A Administração do Condomínio caberá a um Síndico, Condômino residente no Condomínio, eleito em Assembleia Geral Ordinária, por dois terços dos presentes, em primeiro turno, ou pela maioria simples, no segundo, para o período de um ano (1º de abril a 31 de março), podendo ser reeleito.

Parágrafo Primeiro - Será eleito um Subsíndico, para o mesmo período, para substituir o titular em seus impedimentos não superiores a 45 (quarenta e cinco) dias, e sucedê-lo, cumprindo apenas o restante do mandato, em caso de morte, renúncia, mudança de residência, alienação de unidade autônoma, destituição, ausência superior a 45 (quarenta e cinco) dias, sem justificativa prévia ao Conselho Consultivo-Fiscal, que aprovará ou não o pedido, oferecendo Parecer à Assembleia Geral, se a decisão for contrária ao pleito e declarar vago o cargo, competindo à Assembleia Geral confirmar, ou não, a decisão do Conselho.

Parágrafo Segundo - Resguardados o espírito de solidariedade e os interesses do Condomínio, competirá à



Assembleia Geral, no caso de doença do Síndico, que resulte em ausência superior a 60 (sessenta) dias, decidir sobre a perda do cargo.

Parágrafo Terceiro - Apenas ao Síndico será devida remuneração, fixada pela Assembleia Geral. Ao Subsíndico, durante o tempo em que substituir ou suceder ao titular, será devida a mesma remuneração.

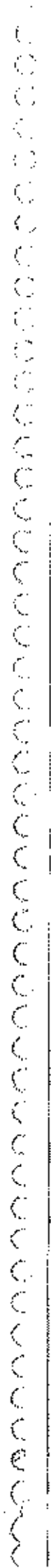
Art. 21 - Será eleito um Conselho Consultivo-Fiscal, constituído de três Condôminos, podendo ser eleitos três suplentes, para o período de um ano, não permitida a reeleição dos titulares para o período imediato.

Art. 22 - O Conselho funcionará como órgão consultivo ao Síndico e aos Condôminos, competindo-lhe:

- a) assessorar o Síndico na solução dos problemas condominiais, inclusive nos assuntos pessoais entre o Síndico e os Condôminos;
- b) emitir Parecer sobre a Prestação de Contas antes de ser submetida à Assembleia Geral Ordinária;
- c) emitir outros Pareceres para orientação e decisões da Assembleia Geral, que não é obrigada a seguir seus termos;
- d) supervisionar a aplicação dos recursos do Condomínio, mensalmente, e dar Parecer sobre a necessidade de despesas extraordinárias;
- e) exercer a titularidade na defesa dos direitos dos Condôminos, com relação aos princípios mencionados no Art. 6º, desta Convenção.

Art. 23 - Compete ao Síndico:

- a) representar o Condomínio em Juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, em todos os assuntos de interesse do Condomínio;
- b) superintender a Administração do Condomínio;
- c) cumprir e fazer cumprir a Lei, esta Convenção, o Regimento Interno e as deliberações das Assembleias Gerais;
- d) admitir empregados, fixando-lhes a remuneração de acordo com a decisão da Assembleia Geral, demiti-los, formalizar o cumprimento das leis trabalhistas e proceder a defesa dos interesses do Condomínio nesse contexto;
- e) executar fielmente as disposições orçamentárias aprovadas pela Assembleia Geral;
- f) convocar no mês de março a Assembleia Geral para a realização de eleições gerais e dar posse no dia 1º de Abril aos eleitos;
- g) convocar as Assembleias nas épocas próprias, inclusive as Extraordinárias, quando julgar conveniente ou lhe for requerido, fundamentalmente, por um grupo de, no mínimo, dez Condôminos;
- h) ordenar reparos urgentes ou adquirir o que seja necessário à segurança e conservação do Condomínio, até o limite mensal aprovado pela Assembleia Geral e, com aprovação prévia da Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, se exceder àquela importância;



6318

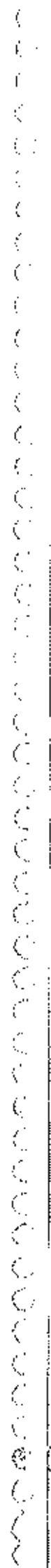
- i) prestar, a qualquer tempo, informações sobre os Atos da Administração;
- j) prestar à Assembleia contas de sua gestão, acompanhadas de sua respectiva documentação, e oferecer proposta de orçamento para o exercício seguinte;
- k) manter e escriturar o livro "Caixa" devidamente aberto, encerrado e rubricado pelos membros do Conselho Consultivo-Fiscal;
- l) cobrar, inclusive em Juízo, as contas que couberem em rateio aos Condôminos, sejam de despesas normais ou extraordinárias, do Condomínio, aprovadas pela Assembleia, bem como as multas impostas, por infração de disposições legais, desta Convenção ou do Regimento Interno;
- m) comunicar à Assembleia Geral as citações e intimações que receber;
- n) constituir advogado, com poderes da Cláusula "Ad Judicia et Extra" ou contratar outros profissionais cujos serviços sejam necessários para o Condomínio, com aprovação "ad referendum" da Assembleia, inclusive no tocante aos honorários;
- o) procurar, por meios persuasivos, dirimir divergências entre os Condôminos, agindo imparcialmente;
- p) entregar ao seu sucessor todos os livros, documentos e pertences em seu poder, de propriedade do Condomínio;
- q) manter guardada, em sua gestão, a documentação do Condomínio que não completar cinco anos, para atender a necessidade de verificação contábil, sob pena de ser responsabilizado, civil e criminalmente, por qualquer ônus que recaia sobre o Condomínio.

Parágrafo Primeiro - Dos Atos do Síndico caberá recurso, em 97 (noventa e sete) dias úteis, contados nos termos do Processo Civil, à Assembleia Geral, devendo o apelante oferecer suas razões, por escrito, ao Conselho Consultivo-Fiscal, que dará vistas ao Síndico, que, por sua vez, oferecerá contrarrazões, e, de posse de ambas, o Conselho emitirá Parecer, do qual poderá conhecer, ou não, a Assembleia Geral, como última instância.

Parágrafo Segundo - Em sendo o caso de o Parecer emitido pelo Conselho ser desfavorável ao Síndico, este poderá retroceder ao ato atacado, justificando-o, porém, à Assembleia Geral, que se limitará a anular a decisão, resguardada a indenização por possíveis danos causados pelo Síndico, que assumirá o ônus, nos termos do Art. 30.

CAPÍTULO VI - DAS DESPESAS E CONTRIBUIÇÕES

- Art. 24 - São de responsabilidade dos Condôminos as despesas ordinárias e extraordinárias do Condomínio, na proporção do número de unidades autônomas, conforme dispõe o Art. 1º, Parágrafo único.
- Art. 25 - Consideram-se ordinárias as despesas necessárias à Administração do Condomínio, que são:
- a) salários e demais encargos trabalhistas;



- b) luz e força utilizadas nas instalações e partes de uso comum;
- c) limpeza, conservação e manutenção das instalações e dependências de uso comum;
- d) pequenos reparos em partes externas das instalações hidráulicas e elétricas;
- e) os tributos que incidirem sobre as partes e coisas comuns;
- f) os prêmios de seguro obrigatório porventura incidentes em partes do Condomínio; e
- g) a remuneração do Síndico.

Parágrafo Único - as contribuições mensais para as despesas comuns ordinárias deverão ser pagas até o quinto dia útil do mês a que se referir.

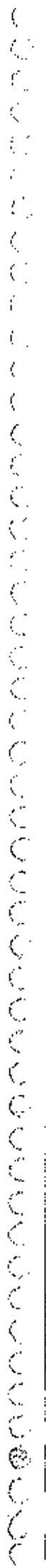
- Art. 26 - Consideram-se despesas extraordinárias do Condomínio todos os encargos referentes a melhorias úteis ou necessárias e voluptuárias.
- Art. 27 - Ficará a cargo exclusiva de cada Condômino o pagamento das despesas a que der causa por si e/ou pessoas residentes na unidade autônoma, parentes ou não.
- Art. 28 - A Assembleia Geral dos Condôminos deliberará sobre o Fundo de Reserva, bem como o valor da contribuição mensal, que não poderá ser superior a dez por cento da taxa devida, bem como sobre a forma de recolhimento e seu destino.
- Art. 29 - O Condomínio não será responsabilizado por furtos e roubos ocorridos em quaisquer de suas áreas, cabendo a cada Condômino ou residente respeitar as normas de segurança e proteger seus bens, quer de forma coletiva ou individual.

Parágrafo Único - Não será de responsabilidade do Condomínio, para fins de qualquer indenização, a incidência de danos morais e materiais causados por Condôminos individuais, nem pela ocorrência de caso fortuito ou força maior, definidos no Art. 1533, do Código Civil Brasileiro.

- Art. 30 - O Síndico não é pessoalmente responsável pelas obrigações contraídas em nome do Condomínio, desde que tenha agido no exercício regular de suas atribuições, sendo responsável, porém, pelos atos praticados por excesso de representação e pelos prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa.
- Art. 31 - O manejo dos recursos do Condomínio, pelo Síndico, deverá ser procedido através de Bancos, devendo os cheques ser assinados pelo Síndico e Subsíndico, os quais prestarão conta à Assembleia Geral, dos investimentos e resultados, inclusive do fundo de Reserva.

CAPÍTULO VII - DAS PENALIDADES

- Art. 32 - O Condômino em atraso no pagamento das respectivas contribuições, ordinárias ou extraordinárias, sujeitar-se-á a correção monetária, juros de 1% (um por cento) ao mês, calculados até a data do efetivo pagamento, acrescidos de multa de 10% (dez por cento).
- Art. 33 - Em caso de cobrança judicial, o devedor sujeitar-se-á às despesas com honorários advocatícios e processuais correspondentes.



Art. 34 - Sem prejuizo das penas coninadas na Lei, sera aplicada a multa equivalente a 22 (duas) vezes a taxa basal do Condominio ao Condômino que perturbar o uso das coisas comuns ou der causa a despesas.

Art. 35 - O Condômino que violar normas de conduta previstas no Art. 6º, desta Convenção, após advertido, por escrito, pelo Síndico, pagará a multa de uma contribuição mensal, enquanto persistir no descumprimento.

Parágrafo Único - No melhor interesse do Condomínio, conforme o caso, o Síndico deverá tomar as medidas policiais e judiciais cabíveis à espécie.

CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 36 - Após a regularização do Condomínio, seja no âmbito administrativo, perante o Governo do Distrito Federal, seja na esfera judicial, através de Ação de Usucapião, para fins de escritura pública das unidades autônomas, será realizada, em cada caso, uma Assembleia Geral com o fito de se estabelecerem diretrizes adaptadas com a nova realidade.

Art. 37 - O Síndico, Subsíndico e Conselho Consultivo-Fiscal eleitos em 1991 cumprirão o mandato até 31 de março de 1992, devendo ser realizadas eleições para tais cargos no mês de março de 1992.

Art. 38 - As mudanças nesta Convenção dependerão, para sua aprovação, de quorum mínimo de 20 (vinte) Condôminos, podendo os interessados se mobilizarem para conseguir adesão, oferecendo ao Síndico as sugestões através de requerimento.

Art. 39 - Enquanto as unidades autônomas não forem quitadas, perante os titulares da Gleba Rural "Meus Sonhos", Wanderley Pereira da Costa e Silvia Maria da Silva Ribeiro Costa, exercerão eles o direito de tomar as medidas cabíveis para o cumprimento do Contrato firmado com os Condôminos, inclusive judiciais, nos termos da Legislação Civil, permanecendo o Condomínio incluído em virtude de eventuais disputas entre as citadas partes.

Art. 40 - Esta Convenção entrará em vigor na data da publicação de seu resumo no Diário Oficial da União. As partes elegem o Foro da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília (Lei nº B.185, de 14 maio de 1991) para dirimir suas pendências e responsabilidades civis, decorrentes desta Convenção.

Brasília-DF, 13 de julho de 1991.

UNIDADE

OS SENHORES CONDOMINIOS

01

Wanderley Pereira da Costa

02

Luiz Pereira da Costa

03

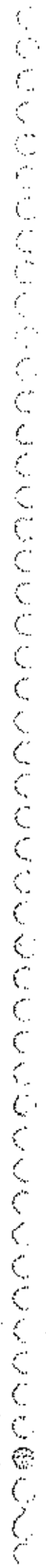
Paulo Roberto Gonçalves

04

Agustinho de Jesus Marques

05

Evilácio de Jesus Araújo



06

[Signature]
Agamenon Pereira Marques

07

[Signature]
Evilásio de Jesus Araújo

08

[Signature]
Wladimir Ribeiro

09

[Signature]
João Roberto de Castro

10

[Signature]
Candido Alberto Costa Gomes

11

[Signature]
Américo Silveira do Carmo

12

[Signature]
Olimpio Leão Filho

13

[Signature]
Carlos Rodrigues de Faria

14

[Signature]
Olimpio Leão Filho

15

[Signature]
Francisco Carlos O. da Silva

16

[Signature]
Ricardo Silva de Farias

17

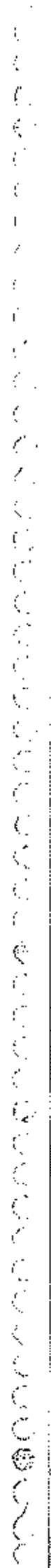
[Signature]
Marta do P. Socorro de A. Barbosa
Marta do P. Socorro de A. Barbosa

18

[Signature]
Marta do Graça Évora Frazão

19

[Signature]
Antônio José Barbosa



CERTIDAO

Certifico e dou fé que dei início ao
4º Volume destes autos.

Em 09 de _____ de 1994

Em _____ de _____ de 1994

[Handwritten signature]

Handwritten text along the right edge of the page, possibly bleed-through from the reverse side.

20

Joel Páliz de Araújo
Joel Páliz de Araújo

21

~~*[Signature]*~~
José Santacruz Paim

22

João Benedito da Silva
João Benedito da Silva

23

Genésio Sclero da Cruz
Genésio Sclero da Cruz

24

Odair Lucietto
Odair Lucietto

25

~~*[Signature]*~~
Gerson Costa

26

Eivésio Ceolin
Eivésio Ceolin

27

Eurice de Souza
Eurice de Souza

28

Sebastião Pires Gomes
Sebastião Pires Gomes

29

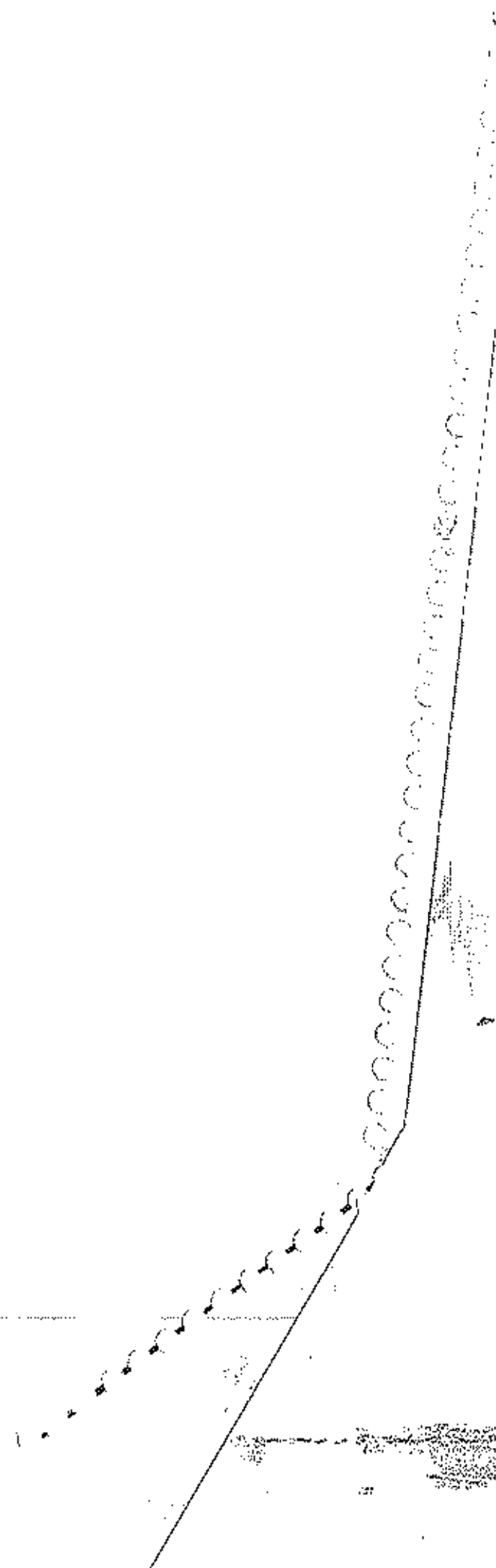
Carlos Augusto G. de Moura
Carlos Augusto G. de Moura

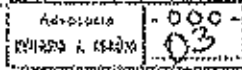
30

[Signature]
[Signature]

1A







6378

Consórcio Beneficente "Meus Saúdes"

RECEIÇOS

Os recibos de pagamentos, emitidos em 30 de Junho de 1937, são os seguintes:

1937 1936 1935

Table with columns: Descrição, 1937, 1936, 1935. Lists various financial items and their values for the years 1935, 1936, and 1937.

Table with columns: Descrição, 1937, 1936, 1935. Continuation of financial items and values for 1935, 1936, and 1937.

NOTA - O Consórcio Beneficente "Meus Saúdes" não possui patrimônio líquido, pois todos os recursos são destinados para a manutenção das atividades assistenciais.

Table with columns: Descrição, 1937, 1936, 1935. Summary of financial data for 1935, 1936, and 1937.

NOTA - O Consórcio Beneficente "Meus Saúdes" não possui patrimônio líquido, pois todos os recursos são destinados para a manutenção das atividades assistenciais.

Escritório Beneficente e Cultural de Crianças do Brasil

O presente relatório apresenta o balanço de 1936 do Escritório Beneficente e Cultural de Crianças do Brasil, tendo sido elaborado em conformidade com o Regulamento Interno do mesmo.

NOTA - O balanço foi elaborado em conformidade com o Regulamento Interno do Escritório Beneficente e Cultural de Crianças do Brasil.

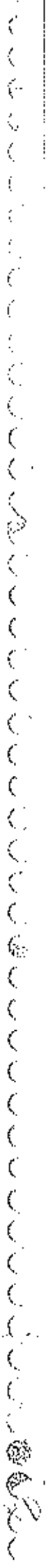
Table with columns: Descrição, 1936, 1935. Financial items and values for 1935 and 1936.

Table with columns: Descrição, 1936, 1935. Continuation of financial items and values for 1935 and 1936.

Table with columns: Descrição, 1936, 1935. Summary of financial data for 1935 and 1936.

NOTA - O balanço foi elaborado em conformidade com o Regulamento Interno do Escritório Beneficente e Cultural de Crianças do Brasil.

[Faint, illegible text, possibly bleed-through from the reverse side of the page]





REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
DEPARTAMENTO DE ENFIMUNDO E REGISTRO IMOBILIAR
CENSO DE IMUNDO E REGISTRO IMOBILIAR

C6C FICHA DE INSCRIÇÃO DO ESTABELECIMENTO-SEDE

638

- OBSERVAÇÕES IMPORTANTES
1. CONTA DE CREDITO DO ESTABELECIMENTO DEVE SER MANUTIDA EM DIA.
 2. ENTREGA DE FOLHA DE INSCRIÇÃO E FOLHA DE REGISTRO DE IMUNDO E REGISTRO IMOBILIAR EM DIA.
 3. ADICIONAR INFORMAÇÕES DE ATUALIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO.
 4. EM CASO DE ALTERAÇÃO DE DADOS, O PROPRIETÁRIO DEVE FAZER O REGISTRO DE ALTERAÇÃO EM DIA.
 5. NÃO É PERMITSO O USO DO CENSO IMOBILIAR PARA FINS DE INSCRIÇÃO DE IMUNDO E REGISTRO IMOBILIAR EM DIA.
 6. O ESTABELECIMENTO DEVE MANUTER SUAS CONTAS EM DIA PARA NÃO SER SUSPENSO DO CENSO IMOBILIAR.

INSCRIÇÃO - 000 - 04
FILIAL E ANEXO

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
DEPARTAMENTO DE ENFIMUNDO E REGISTRO IMOBILIAR
26 519 321/0001-20

*ESTA FICHA, QUANDO DEPOSITADA, SUBSTITUI O CENSO DE IMUNDO E REGISTRO IMOBILIAR DE 30 DIAS, CONTADOS DA DATA DE RECEPÇÃO QUANTO AO DIA DA ÚLTIMA DATA DE DEVALUAÇÃO ANTES DO PRAZO.

INFORMAÇÕES GERAIS

1. TIPO DE ESTABELECIMENTO	01	2. RAZÃO SOCIAL	XXXXXXXXXX
3. TIPO DE REGISTRO	03	4. NOME DO PROPRIETÁRIO	XXXXXXXXXX
5. TIPO DE ATIVIDADE	00	6. ENDEREÇO	XXXXXXXXXX
7. TIPO DE SERVIÇO	00	8. TIPO DE REGISTRO	00
9. TIPO DE REGISTRO	00	10. TIPO DE REGISTRO	00
11. TIPO DE REGISTRO	00	12. TIPO DE REGISTRO	00
13. TIPO DE REGISTRO	00	14. TIPO DE REGISTRO	00
15. TIPO DE REGISTRO	00	16. TIPO DE REGISTRO	00
17. TIPO DE REGISTRO	00	18. TIPO DE REGISTRO	00
19. TIPO DE REGISTRO	00	20. TIPO DE REGISTRO	00

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

1. TIPO DE REGISTRO	01	2. TIPO DE REGISTRO	01
3. TIPO DE REGISTRO	02	4. TIPO DE REGISTRO	02
5. TIPO DE REGISTRO	03	6. TIPO DE REGISTRO	03
7. TIPO DE REGISTRO	04	8. TIPO DE REGISTRO	04
9. TIPO DE REGISTRO	05	10. TIPO DE REGISTRO	05
11. TIPO DE REGISTRO	06	12. TIPO DE REGISTRO	06
13. TIPO DE REGISTRO	07	14. TIPO DE REGISTRO	07
15. TIPO DE REGISTRO	08	16. TIPO DE REGISTRO	08
17. TIPO DE REGISTRO	09	18. TIPO DE REGISTRO	09
19. TIPO DE REGISTRO	10	20. TIPO DE REGISTRO	10
21. TIPO DE REGISTRO	11	22. TIPO DE REGISTRO	11
23. TIPO DE REGISTRO	12	24. TIPO DE REGISTRO	12
25. TIPO DE REGISTRO	13	26. TIPO DE REGISTRO	13
27. TIPO DE REGISTRO	14	28. TIPO DE REGISTRO	14
29. TIPO DE REGISTRO	15	30. TIPO DE REGISTRO	15
31. TIPO DE REGISTRO	16	32. TIPO DE REGISTRO	16
33. TIPO DE REGISTRO	17	34. TIPO DE REGISTRO	17
35. TIPO DE REGISTRO	18	36. TIPO DE REGISTRO	18
37. TIPO DE REGISTRO	19	38. TIPO DE REGISTRO	19
39. TIPO DE REGISTRO	20	40. TIPO DE REGISTRO	20

ATIVIDADE ECONÔMICA DO ESTABELECIMENTO SEDE: **Condominio**

INSCRIÇÃO

1. TIPO DE REGISTRO	01	2. TIPO DE REGISTRO	01
3. TIPO DE REGISTRO	02	4. TIPO DE REGISTRO	02
5. TIPO DE REGISTRO	03	6. TIPO DE REGISTRO	03
7. TIPO DE REGISTRO	04	8. TIPO DE REGISTRO	04
9. TIPO DE REGISTRO	05	10. TIPO DE REGISTRO	05
11. TIPO DE REGISTRO	06	12. TIPO DE REGISTRO	06
13. TIPO DE REGISTRO	07	14. TIPO DE REGISTRO	07
15. TIPO DE REGISTRO	08	16. TIPO DE REGISTRO	08
17. TIPO DE REGISTRO	09	18. TIPO DE REGISTRO	09
19. TIPO DE REGISTRO	10	20. TIPO DE REGISTRO	10
21. TIPO DE REGISTRO	11	22. TIPO DE REGISTRO	11
23. TIPO DE REGISTRO	12	24. TIPO DE REGISTRO	12
25. TIPO DE REGISTRO	13	26. TIPO DE REGISTRO	13
27. TIPO DE REGISTRO	14	28. TIPO DE REGISTRO	14
29. TIPO DE REGISTRO	15	30. TIPO DE REGISTRO	15
31. TIPO DE REGISTRO	16	32. TIPO DE REGISTRO	16
33. TIPO DE REGISTRO	17	34. TIPO DE REGISTRO	17
35. TIPO DE REGISTRO	18	36. TIPO DE REGISTRO	18
37. TIPO DE REGISTRO	19	38. TIPO DE REGISTRO	19
39. TIPO DE REGISTRO	20	40. TIPO DE REGISTRO	20

INSCRIÇÃO DO ESTABELECIMENTO SEDE

1. TIPO DE REGISTRO	01	2. TIPO DE REGISTRO	01
3. TIPO DE REGISTRO	02	4. TIPO DE REGISTRO	02
5. TIPO DE REGISTRO	03	6. TIPO DE REGISTRO	03
7. TIPO DE REGISTRO	04	8. TIPO DE REGISTRO	04
9. TIPO DE REGISTRO	05	10. TIPO DE REGISTRO	05
11. TIPO DE REGISTRO	06	12. TIPO DE REGISTRO	06
13. TIPO DE REGISTRO	07	14. TIPO DE REGISTRO	07
15. TIPO DE REGISTRO	08	16. TIPO DE REGISTRO	08
17. TIPO DE REGISTRO	09	18. TIPO DE REGISTRO	09
19. TIPO DE REGISTRO	10	20. TIPO DE REGISTRO	10
21. TIPO DE REGISTRO	11	22. TIPO DE REGISTRO	11
23. TIPO DE REGISTRO	12	24. TIPO DE REGISTRO	12
25. TIPO DE REGISTRO	13	26. TIPO DE REGISTRO	13
27. TIPO DE REGISTRO	14	28. TIPO DE REGISTRO	14
29. TIPO DE REGISTRO	15	30. TIPO DE REGISTRO	15
31. TIPO DE REGISTRO	16	32. TIPO DE REGISTRO	16
33. TIPO DE REGISTRO	17	34. TIPO DE REGISTRO	17
35. TIPO DE REGISTRO	18	36. TIPO DE REGISTRO	18
37. TIPO DE REGISTRO	19	38. TIPO DE REGISTRO	19
39. TIPO DE REGISTRO	20	40. TIPO DE REGISTRO	20

INSCRIÇÃO DO ESTABELECIMENTO SEDE

098120401

INSCRIÇÃO DO ESTABELECIMENTO SEDE

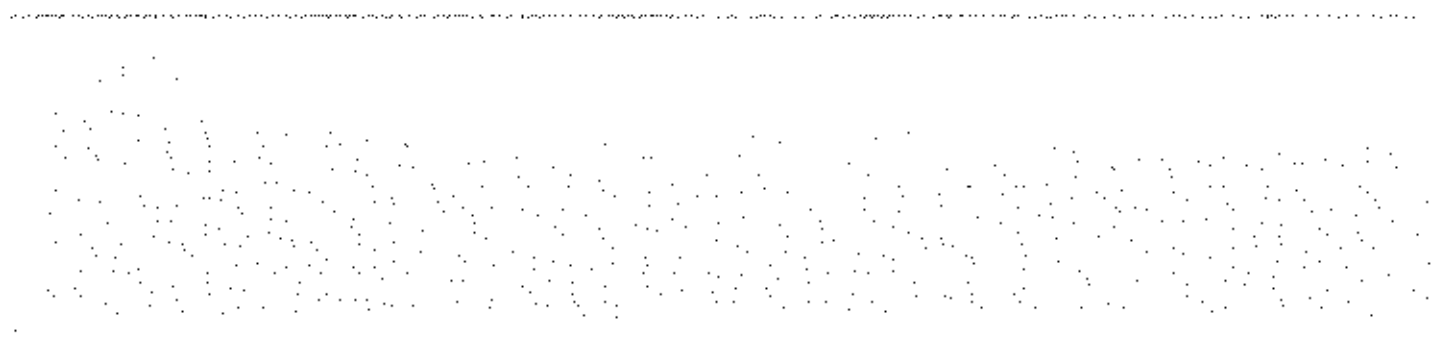
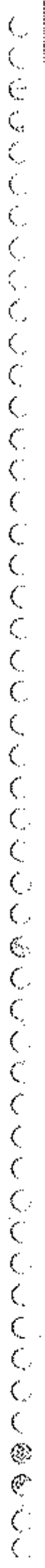
1010079201

Wanderley Pereira da Costa

01.1.01.93-0
04 MAR 1992
ARF - GOVERNADOR-DF

Brasília-DF, 28/02/1992

25103928 S.O.F. 2009



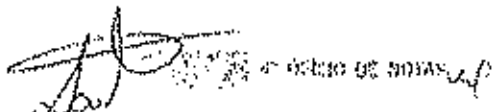
639

Evalásio de Jesus Araújo
Advocacia Geral

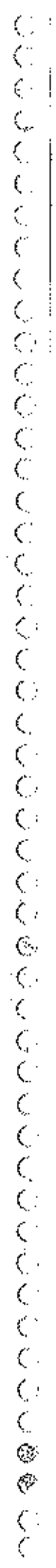
PROCURAÇÃO

Por este Instrumento Particular, o CONDOMÍNIO RESIDENCIAL "MEUS SONHOS", entidade residencial criada nos termos da Lei nº 4.591, de 16 DEZ 64, e regido por sua Convenção, cujo extrato foi publicado no D.O.U., Seção I, do dia 1º OUT 91, p. 21.201, e retificado no D.O.U., Seção I, do dia 31 OUT 91, p. 24.313, devidamente inscrito no CGC (MI) sob o nº 26.510.321/0001-20, com sede à Rodovia DF-150 Km 3,5, Área de Expansão Urbana da Cidade Satélite de SOBRADINHO-DF, neste Ato representado por seu Síndico PAULO ROBERTO LOPES BERNARDES, brasileiro, casado, comerciante, portador da Cédula de Identidade nº 677.703, emitida pela SSP/DF e CIC nº 258.781.901-68, residente e domiciliado no citado Condomínio, Lote nº 04, NOMEIA e CONSTITUI seus ADVOGADOS e PROCURADORES, os Bacharéis EVALASIO DE JESUS ARAUJO e NAILTON DE ARAUJO LIMA, brasileiros, casados, advogados inscritos na OAB/DF sob os nºs 5.865 e 7.541, respectivamente, com o fim especial de representá-lo em Juízo, em qualquer Instância ou Tribunal, em qualquer Unidade da Federação, bem como junto aos Órgãos da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal e perante a Ordem dos Advogados do Brasil, conferindo-lhes os poderes insertos nas Cláusulas AD JUDICIA ET EXTRA, bem como os especiais para, administrativamente, tudo requerer, assinar documentos, promover os procedimentos necessários à sua legalização junto à Secretaria de Desenvolvimento urbano, TERRACAP, CEB, TELEBRASÍLIA, CAESB e outros órgãos, Cartórios e entidades de classe; podendo, no âmbito do PODER JUDICIÁRIO, propor as Ações de seu interesse e defendê-lo naquelas Ações em que figurar no pólo passivo da demanda, conferindo-lhes todos os poderes constantes do art. 38, segunda parte, do Código de Processo Civil, salvo o de receberem citação em seu nome, enfim, tudo podem praticar e requerer, conjunta ou isoladamente, apresentando o presente mandado, que podem substabelecer, no todo ou em parte, com ou sem reserva de iguais poderes, tudo dando por bom, firme e valioso.

Brasília-DF, 20 de junho de 1994.



PAULO ROBERTO LOPES BERNARDES
Síndico do Condomínio "MEUS SONHOS"





PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

640

Advocacia - DOC -
PILASIO J. AFFRITO

Antonio Guilhermino Neto, matr.,
301.558
Escrivão (ã) Diretor(a) do Cartório do 1.º
Ofício Da Família e Sucessões
deste

, no forma da lei, etc.

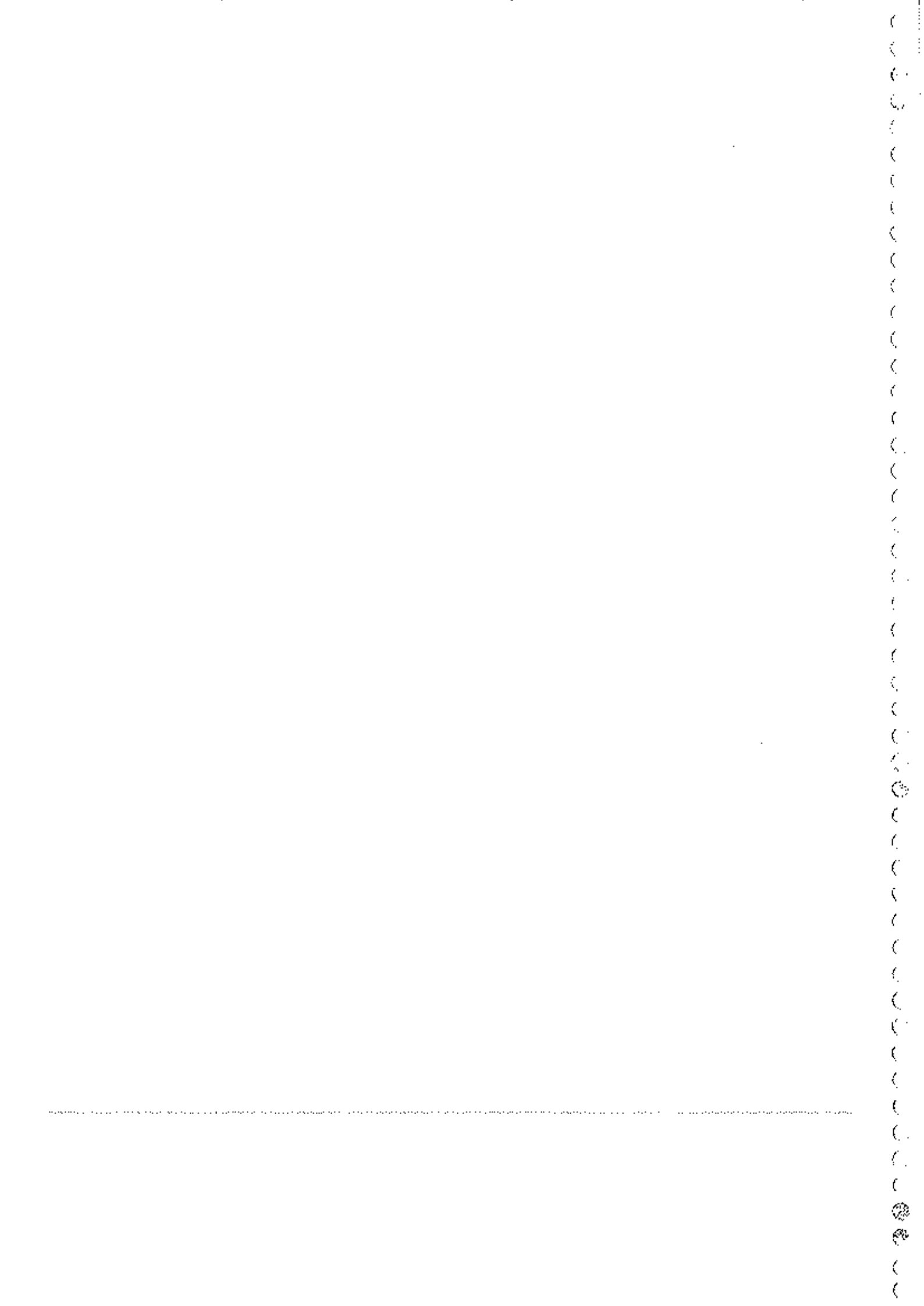
CERTIFICA,

atendendo o pedido verbal de pessoa interessada que reverdo os autos de nº
20.460, distribuídos em 27/09/1937, de oção de inventário dos
bens deixados por falecimento de JOSÉ CARDIDO DE SOUZA, dales'
verificou constar que o Senhor TARCISIO MARCIO ALONSO, foi no-
cendo inventariante das bens do Espólio, tendo prestado o devi-
do compromisso em data de 11 de fevereiro de 1937, achando-se'
até a presente data, no exercício desse cargo. Certifica, mais,
que nas primeiras declarações constou como único bem um imóvel
consistente numa gleba de terras com área de 1.588,5 hectares'
na Fazenda Paranoazinho, desmembrada da Faz. Sobradinho, trans-
crita no livro nº.3 "I, de fls.142, ano de 1923, sob nº.833, do
1º Ofício e Registro de Imóveis de Formosa, Goiás e, posterior-
mente no 3º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal'
livro, 2 de registro geral, sob matr. n. 135189 e R.1.135189. Na-
da Mais. O referido é verdade e dá fé. Dada e passada nesta
cidade de São Paulo, em 28 de maio de 1938. Eu, ~~Antonio Guilhermino Neto~~ Es-
crev. dat. e subscrevi. Eu, Antonio Guilhermino Ne-
to, Escrivão-Diretor, conferi e subscrevi.

Este certidão somente terá valor mediante autenticação mecânica

Ao Estado R\$630,00

Ao Estado



6487



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA

CERTIDÃO



BELA MARIA NOILDA M. RIBEIRO

Dirutor(a) do Secretaria da 1ª VARA CRIMINAL

da Circunscrição Judiciária de BRASÍLIA

, em pleno exercício de seu cargo e na

forma da lei, etc.

CERTIFICA,

a requerimento da parte interessada, que, revendo os livros e registros desta Secretaria notes verificou CONSTAR contra TARCÍSIO MÁRCIO ALONSO, filho de Zuleica Diva Balsamo e de pai não declarado, IP 120/90-DFD, recebido em 07.01.91 e tombado sob o nº 9026. Fato ocorrido em 07.11.90 tendo como vítima O Estado. Indiciado nas penas do art. 50, inc. I § único, I e II da Lei 6766/79. Os autos encontram-se com vista ao Ministério Público. PROC. 9027, oriundo do IP 118/90-DFD, recebido em 07.01.91. Fato ocorrido em 07.11.90, tendo como vítima O Estado. Denunciado em 08.02.93 incurso nas penas do art. 50 inc. I, c.c § único, I da Lei 6.766/79. Recebida a denúncia em 10.02.93. Os autos encontram-se em andamento nesta Secretaria. IP 122/90-DFD, recebido em 09. (V. O referido é verdade e dou fé. Dada e passada nesta cidade de Brasília, aos) dezoi- to dias) do mês do maio do ano de mil novecentos e noventa e quatro

Eu, *Raquel R. da Costa* (Raquel R. da Costa), Atend. Jud. a datilografar. E eu, (Maria Noilda M. Ribeiro) Diretora de Secretaria, a conferi, subcrevo e assino.

MARIA NOILDA M. RIBEIRO
Dirutor(a) do Secretaria da 1ª Vara Criminal
da Circunscrição Judiciária de Brasília

Prot.: guia: NCRS

01.91 e tombado sob o nº 9029. Fato ocorrido em 19.11.90, ten-
do como vítima O Estado. Indiciado nas penas do art. 50 inc.I
da Lei 6.766/79. Os autos encontram-se com baixa à delegacia de
origem em 16.03.94. É O QUE CONSTA,XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XX

MARIA NOLDA MARSALMAES RIBEIRO
Diretora de Serviços e de
Saúde
da
Secretaria de Saúde do
Estado

12 JUN 1994 15:00:25
SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E DE SAÚDE
RUA DO COMENDADOR JOÃO DE ALMEIDA
1001 - JARDIM SÃO CARLOS - SÃO PAULO - SP

Advogado
CANTO J. ALONSO
- DCC -
08

6428



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE SOBRADINHO-D.F.

CERTIDÃO


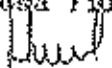

Diretor(a) do Secretário de V. CRIMINAL
da Circunscrição Judiciária de SOBRADINHO
D.F. , em pleno exercício do seu cargo e na
forma da lei, etc.

CERTIFICA.

a requerimento da parte interessada, que, revendo os livros e registros desta Secretaria pelos verificou: CONSTAR
contra TARCÍCIO MÁRCIO ALONSO, filho de Zuleica Díva Balsamo - pro-
cesso nº 4.036/91- DEF IP nº 138/91, denunciado em 08.10.92, nas
penas do art. 50, incisos I e II c/c 51 da lei 6.766/79, recebida
a denúncia em 09.10.92, encontrando-se os autos aguardando pauta
para instrução; - Processo nº 4.040/91 - DEF- IP nº 139/91, incor-
po nas penas do art. 50, incisos I e II da lei 6.766/79, encontra-
do-se os autos com baixa: - Processo nº 4.104/92-DEF- IP 02/92, de-
nunciado em 22.03.94, nas penas do art. 50 § único, inciso I e ar-
tigo 51, todos da lei 6.766/79, recebida a denúncia em 25.03.94,
encontrando-se os autos aguardando pauta para Interrogatório.

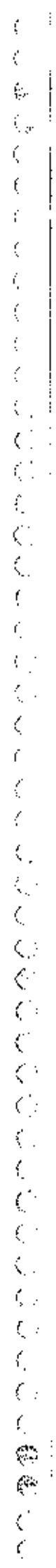
.x.
x.
x.

O referido é verdade e dou fé. Dada e passada nesta cidade de Sobradinho-DF , aos dezesse-
te dias do mês de maio do ano de mil novecentos e noventa e quatro.

Eu,  (João Lustosa Filho, Auxiliar Judiciário ,
a datilografar, e eu, 
) Distribuído  a conferi, subs-
crito e assinado.


VERA LÚCIA CARNEIRO MACIAS
Diretora de Secretaria

Pot. : guia: Cs



6438

09/06/94
14:03:29

Vara : 001 (PRIMEIRA VARA CRIMINAL) Tombo :
 Rec : JUSTICA PUBLICA
 Rdo : TARCISIO MARCIO ALONSO
 Feito : Inquerito Distr : 000320/91
 And : Dat And :

Vara : 111 (PRIMEIRA VARA DE FAZENDA PUBLICA) Tombo : 021169/90
 Rec : O DISTRITO FEDERAL
 Rdo : TARCISIO MARCIO ALONSO
 Feito : Acao Cautelar Distr : 000774/90
 And : 1333 (AUTOS-APENSADOS-VIOL TOMBO) Dat And : 13/05/74
 Comp : 03600292

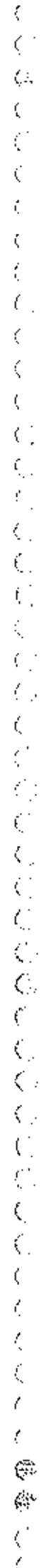
Vara : 0111 (PRIMEIRA VARA DE FAZENDA PUBLICA) Tombo : 021215/90
 Rec : O DISTRITO FEDERAL
 Rdo : TARCISIO MARCIO ALONSO
 Feito : Diversos Distr : 002000/90
 And : 1333 (AUTOS-APENSADOS-VIOL TOMBO) Dat And : 17/05/74
 Comp : 03000292

09/06/94
14:03:29

Vara : 002 (SEGUNDA VARA CRIMINAL) Tombo :
 Rec : JUSTICA PUBLICA
 Rdo : TARCISIO MARCIO ALONSO
 Feito : Inquerito Distr : 003074/90
 And : Dat And :

Vara : 205 (QUINTA VARA CIVEL) Tombo : 027246/92
 Rec : RUDERICO RANGEL
 Rdo : TARCISIO MARCIO ALONSO
 Feito : Ordinaria Distr : 005067/92
 And : 2122 (AUTOS-CONCLUIDOS COM PREJUIZO) Dat And : 24/05/74

Vara : 111 (PRIMEIRA VARA DE FAZENDA PUBLICA) Tombo : 022156/94
 Rec : FPDF
 Rdo : TARCISIO MARCIO ALONSO
 Feito : Execucão Fiscal Distr : 012592/94
 And : 2312 (CITACAO C/ AVISO RECRUTAMENTO) Dat And : 13/05/74



6448

09/06/94
 14153125

Vara : 209 (OCTAVA VARA CIVEL)
 Rte : MAIER ROOSELVES DE LIMA
 Rde : TARCISIO MARCIO ALONSO
 Feito : Notificacao
 And : 9023 (DESPACHO-AGO PRA DJ ENV OJA)
 Comp : 080694

Tombo : 015436/90

Distr : 012066/90
 Out And : 07/06/94

Vara : 114 (QUARTA VARA DE FAZENDA PUBLICA)
 Rte : PPDF
 Rde : TARCISIO MARCIO ALONSO
 Feito : Execucan Fiscal
 And : 2122 (AUTOS-CONCLUSOS COM PETICAO)

Tombo : 007966/92

Distr : 018029/92
 Out And : 06/05/94

Vara : 301 (PRIMEIRA VARA CRIMINAL)
 Rte : JUSTICA PUBLICA
 Rde : TARCISIO MARCIO ALONSO
 Feito : Inquerito
 And :

Tombo :

Distr : 027612/90
 Out And :

09/06/94
 14153125

Vara : 301 (PRIMEIRA VARA CRIMINAL)
 Rte : JUSTICA PUBLICA
 Rde : TARCISIO MARCIO ALONSO
 Feito : Inquerito
 And :

Tombo :

Distr : 027620/90
 Out And :

Vara : 203 (TERCEIRA VARA CIVEL)
 Rte : LEONARDO DE OLIVEIRA LOPES
 Rde : TARCISIO MARCIO ALONSO
 Feito : Sustacao de Provento
 And : 0333 (AUTOS-ABENDADOS-VOE JORNO)
 Comp : 0306691

Tombo : 030350/91

Distr : 029299/91
 Out And : 20/09/92

Vara : 202 (SEGUNDA VARA CIVEL)
 Rte : MOVELS CONFORT LTOA
 Rde : TARCISIO MARCIO ALONSO
 Feito : Agrava de Instrumento
 And : 9046 (OFFICIO-AGO RESPOSTA)

Tombo : 040200/09

Distr : 010476/89
 Out And : 05/03/91

Comércio do DF usa a URV semana inteira

umidor

...no Bem-
...se ser o segre-
p. Os consumidores
...figueiras entre
...ela Cássia levava
...pel higiênico e foi
...por José Marcelo
...por também massa
...levava uma dúzia

...comprava
...para uso pró-
...no Blatiro ele-
...CR\$ 500", con-
...sócios da fim de
...dos da SAI com
...na Beacomica,
...com a Suanir,
...do em 20 de

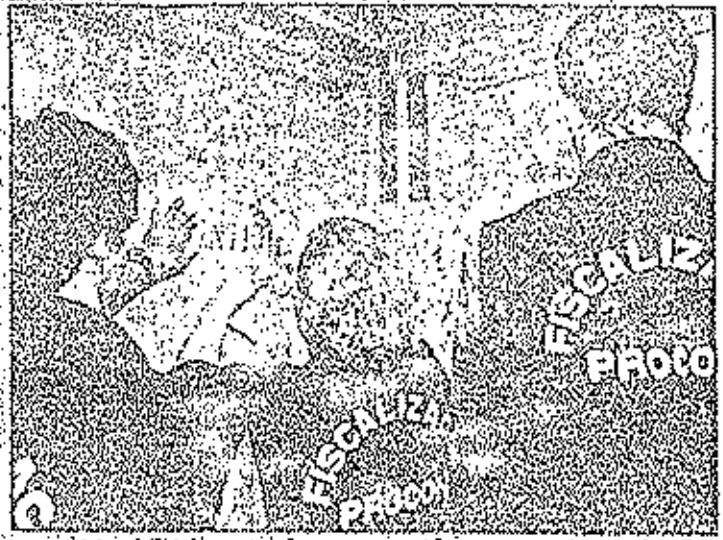
...near a costa
...minado", diz o
...Da "promoção
...a parte o bis-
...e, duas marcas
...o, café, sabão
...de mundoca,

Procon fecha imobiliária oportunistista

O escritório da Oportunidade Empreendimentos Imobiliários ficou pequeno para as cerca de 20 pessoas que participaram do seu fechamento na tarde de ontem. Os agentes do Procon e da Delegacia do Consumidor interditaram pela segunda vez em 20 dias a imobiliária, acusada de ter vendido pelo menos quatro lotes sem entregar. Desta vez, os proprietários estão sendo acusados também de crime contra a administração pública, por terem desrespeitado a interdição feita em 11 de fevereiro, rompendo o laço das portas e reabrindo o estabelecimento.

Existem quatro processos contra a imobiliária no Procon, sendo que os dois primeiros datam de 1991. Idália Moreira da Cruz e Josefa Ruthose Lopes afirmam que deram entrada em um lote cada uma e não receberam o imóvel. Arelde Campelo de Melo diz ter sido vítima de um golpe semelhante, enquanto a cliente Maria Mafalda Duarte acusa a empresa de ter vendido a outra pessoa o lote que havia sido vendido a ela.

Alvaro Costa, um dos donos da empresa, compareceu ao Procon no início de fevereiro, para que fosse tentado um acordo. O empresário negou-se a



A imobiliária tentou fechar consumidores mas se deu mal.

reparar os clientes lesados e afirmou nunca ter negociado com aquelas pessoas. Ao ser confrontado com compromissos de compra de imóvel feitos em papel timbrado da imobiliária, Costa se defendeu dizendo que os papéis haviam sido roubados da empresa. Diante da falta de acordo, o Procon interditou a imobiliária no último dia 11, lucrando as portas dos escritórios na CLN 406.

Segundo o assessor jurídico do Procon, Aluísio Alves de Almeida, os donos da empresa serão indiciados por estelionato. Além disso, responderão também por crime contra a administração pública, por terem rompido o laço e reaberto a imobiliária sem autorização. O

advogado lembra que os empre-
sários entraram com um manda-
do de segurança na Vara de
Fazenda pedindo a reabertura
da empresa, mas a ação foi inde-
ferida e portanto eles não podi-
am reabrir a imobiliária. "Se não
agissemos assim, as interdições
feitas pelo Procon seriam des-
moralizadas", justificou.

Ao ter "seu estabelecimento
interditado pela segunda vez,
Alvaro Costa alegou que as
ações são movidas contra a
Companhia Nacional de imó-
veis e não em prejuízo da Oportu-
nidade. No entanto, a docu-
mentação mostra que Oportu-
nidade nada mais é do que o
nome de fantasia da empresa
cuja razão social é Cia. Nacional
de Imóveis.

OMPIM

...gos para
...arta-feira
...EJA DO
...34 Guardá

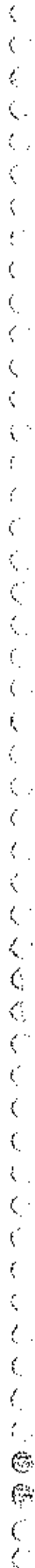
DE ABREU NOGUEIRA (LITA)

uardo, Manuela, Caroline (ausente) e os
no Rio de Janeiro, cumprem o doloroso
a querida sogra, mãe, avó e bisavó LITA
aneiro, e convidam para a missa de sétimo
às 18:30 h., na Igreja de São Camilo de

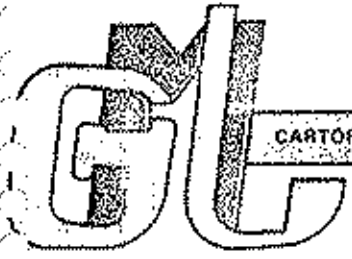
A esposa, filhos, genros, nora e netos agradecem as
solidariedade recebidas por ocasião do falecimento do

† ANTÔNIO ALVES DE

e convidam para a missa de 7º dia que será celebrada
às 19h, na Igreja Paroquial Santo Antônio, na Q. 911-SU



6468



TABELIAO MAURICIO GOMES DE LEMOS

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS Ass. Sul: Q. 804 - Bl. A - Loja 10 - Fones: 224-3436 - 321-7838 - BRASILIA-DF
Ass. Norte: D. 703 - Bl. A - Loja 35 - Fones: 224-7129 - 224-7227

LIVRO 1040
FOLHA 086
CERTIDÃO

ESCRITURA PÚBLICA DECLARATÓRIA, DE DIREITOS, OBRIGAÇÕES E UTILIZAÇÃO DE ÁREA EM CONDOMÍNIO E OUTRAS AVENÇAS, na forma abaixo:

SAIBAM quantos este público instrumento declaratório virem que, aos quatorze (14) dias do mês de junho (06), do ano de hum mil novecentos e oitenta e nove (1989), nesta cidade de Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, em meu Cartório, perante mim, Tabelião do 1º Ofício de Notas Local compareceram como OUTORGANTES DECLARANTES: RICARDO LUIZ COSTA, brasileiro, empresário, e sua mulher, DENISE DECKERS DO AMARAL COSTA, funcionária pública, brasileiros, casados entre si, pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6515/77, residentes e domiciliados nesta Capital, na CSB 06, lote nº 07, aptº 903, Taguatinga-DF., portadores das Cédulas de Identidades RG nº 449.608-SSP-DF e RG 635.865-SSP-DF e dos CPFs nºs 150.133.831-63 e 309.881.521-34, respectivamente, pessoas identificadas como as próprias de que trato e de cuja capacidade jurídica, dou fé. E, pelos ora outorgantes declarantes me foi dito que, através desta escritura declaratória, declaram-se senhores e legítimos possuidores de um gleba de terras rurais na Fazenda Paranoazinho, no lugar denominado TORTINHO, no perímetro do Distrito Federal, com a área de 55ha.66a.00ca.; adquirida de Felício Marcio Alonso, conforme escritura pública de compra e venda, lavrada no Cartório do Registro Civil e Notas de Ipameri-GO., livro nº 1-auxiliar, às fls. 30, que será levada a registro, no competente Cartório Imobiliário; que, pretendendo alienar sob forma de um Condomínio Rural, fica desde já através da presente escritura, denominado "RECANTO REAL", condomínio rural constituído de 380 frações ideais mais área verde, área para mercado, área órgãos públicos e vários, tudo, conforme mapa da área que será registrado no Cartório do Registro de Títulos e Documentos do Distrito Federal; sendo que as benfeitorias da área de uso e propriedade comum serão erigidas pelos ora outorgantes, e pagas pelos proprietários de frações ideais (condôminos); O Condomínio ora formado divide-se em duas partes: uma parte, privativa de uso exploratório dos adquirentes, denominada de fração ideal, sendo vedada sua subdivisão sob qualquer pretexto; e, outra par

te de uso coletivo, denominado de uso comum, constante de área verde, vias de acesso, portaria e demais benfeitorias a serem erigidas na área acima mencionada, áreas essas de uso exclusivo dos proprietários das frações ideais e de seus familiares, e, neste ato denominados de Condôminos; Cada proprietário da fração ideal, poderá de direito, desenvolver dentro de sua fração ideal cultivos de hortaliças, de cereais, arvores frutíferas, criações de aves, dentre outras atividades rurais, se comprometendo no entanto, perante os demais proprietários e condôminos e a administração do condomínio, a destinar 2/5 (dois quintos) de sua fração ideal para plantação de área verde; o presente condomínio será regido por uma convenção, baseada na Lei 4.591, de 16.12.1964 e legislação pertinente, e registrado no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos, onde se explicitarão as normas, regulamentos, organização, funcionamento do condomínio, assim como direitos e deveres dos proprietários e neste ato denominados de condôminos, atos esses que serão referenciados pela Assembleia Geral de Fundação do Condomínio Rural "RECANTO REAL", quando então serão eleitos o Síndico, o Sub Síndico, o Conselho Consultivo, o Secretário; e objetivando o estabelecimento de direito administrativo; os ora outorgantes declarantes elegem como Síndico - ANTONIO JOSE DIAS CHAVES NETO; Sub-Síndico - FRANCISCO DE SOUZA; Conselho Fiscal - JOSE TARGINO SALOMÃO e MARCOS SANTOS MENDES DINIZ; e Secretaria - ROSANA ADELIA COSTA. E, de como assim o outorgante, que dou fé, me pediram lhas lavrasse a presente, a qual feita e lhas ganhada, acharam-na em tudo conforme, outorgaram, aceitaram e assinaram. Dispensadas as testemunhas de acordo com a Lei 6952/81. Fica aqui arquivada a guia 9843, referente as custas cartorarias, recolhidas à CEF. Eu, Domingos Rui Barbosa dos Santos, Técnico Judiciário Autorizado, lavrei, li e encerro o presente ato, colhendo as assinaturas. E eu, Tabelião, a subscrevo(a) Maurício Gomes de Lemos. Ricardo Luiz Costa. Denise Deckers do Amaral Costa. NADA MAIS. Extraída por cartidão ao primeiro (1º) dia do mes de julho do ano de hum mil, novecentos e noventa e quatro. Eu, Antonio Carlos Chagas Cordeiro, auxiliar judiciário, a datilografei e conferi. Eu, Tabelião, a subscrevi, dou fé e assino.

RECANTO REAL

[Handwritten signature]



TABELIAO MAURICIO GOMES DE LEMOS

CARTÓRIO do 19 OFÍCIO DE NOTAS:

Ata Sub: O 804 - bl. A - loja 18 - Fones 225-1150 - 225-2110 - 225-2211
Ata Norte: O 103 - bl. A - loja 35 - Fones 226-5-103

às vias de acesso, recreação e demais finalidades que venham atender ao interesse sócio econômico da comunidade em consonância com a Legislação vigente; b) Uma segunda parte, composta por frações ideais, também indissolvemente ligas as áreas de uso comuns, que destinam ao uso privativo dos condôminos e de seus familiares. CLÁUSULA TERCEIRA: DA DENOMINAÇÃO E ENDEREÇO DO CONDOMÍNIO: - Para fins de localização dos endereços dos proprietários e o competente registro junto à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, bem como para outras finalidades, fica desde já convencionado a denominação "CONDOMÍNIO JARDIM EUROPA". Cada fração ideal será identificada conforme o exemplo a seguir: - CONDOMÍNIO JARDIM EUROPA, MÓDULO B, FRAÇÃO IDEAL Nº 03 - BRASILIA- DF; CLÁUSULA QUARTA - DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DO CONDOMÍNIO - O Condomínio será administrado por um síndico um sub-síndico e um conselho Consultivo, composto por três membros e por um Secretário, todos proprietários de frações ideais, eleito pelos Condôminos para um mandato de dois(2) anos, podendo serem reeleitos por igual período. As assembleias Gerais Ordinárias, órgão soberano nas deliberações do Condomínio, serão realizadas de seis(06) em seis(06) meses. O Síndico convocará os condôminos mediante carta onde constarão a pauta, a data e o local da assembleia, na sua ausência será convocada pelo Sub-Síndico. Quanto às Assembleias Gerais Extraordinárias poderão ser convocadas a qualquer tempo pelo Síndico, pelo Sub-Síndico ou por um quarto dos Condôminos. Ambas as assembleias serão presididas pelo Síndico e na sua ausência pelo Sub-Síndico ou por um dos membros do Conselho Consultivo, Ambas as assembleias terão duas convocações, com prazo de uma hora, no mínimo entre a primeira chamada e a segunda. Competirá ao Secretário consignar em Ata os assuntos deliberados nas Assembleias, cujas Atas serão assinadas pelo presidente e secretário e devidamente registrada no Competente Cartório, devendo os condôminos que participarem das reuniões, assinar em livro próprio de presença que ficará exposto na mesa diretora dos trabalhos por ocasião das assembleias, os assuntos deliberados nas reuniões serão de obediência obrigatória a todos os Condôminos, independente de sua comparecimento as reuniões cabendo ao Síndico cumpri-los e fazer cumpri-los, Cabe ainda ao Síndico, representar os Condôminos em Juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, em assuntos pertinentes ao Condomínio e de interesse dos Condôminos, contratar e dispensar funcionários, fixando-lhas a remuneração e as funções, supervisionar as obras de melhoramentos relacionadas ao Condomínio, prestar contas aos proprietários dos recursos arrecadados, manter sob sua guarda devidamente escriturados, os livros contábeis do Condomínio, cobrar e receber dos condôminos as taxas de Condomínio e taxas extras que vierem a ser estipuladas, podendo para tanto em caso de ins-

GRUPO

MAURÍCIO GOMES DE LEMOS



CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
 11-11-11-11
 José Milton - Diretor da Empresa
 Tereza Maria - Autorizando
 BRASÍLIA - D.F.

648

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS: Av. Sul: Q. 604 - Bl. A - Loja 18 - Fone: 225-2150 - 225-2110 e 225-2230
 Av. Norte: Q. 782 - Bl. A - Loja 35 - Fone: 226-5403 BRASÍLIA-DF

LIVRO 1529

FOLHA Nº 004

diplência, constituir advogados com poderes das Cláusulas Ad-Judicia, representar o Condomínio, junto a repartições Públicas Federais, Municipais e Autarquias, assinar contratos, assinar guias, pagar taxas, impostos, abrir e movimentar contas bancárias e assinar em conjunto com o Sub-Síndico os cheques emitidos em nome do condomínio, assinar contratos, estabelecer cláusulas e condições, comunicar aos Condôminos as citações que receber e entregar ao sucessor todos os livros e documentos de propriedade do condomínio. O Síndico será substituída temporariamente pelo sub-síndico em seus impedimentos eventuais e em caso de vacância até o término do mandato. O Síndico não é o único responsável pelas obrigações financeiras contraídas em nome do Condomínio, sendo elas de responsabilidade de todos os condôminos. Compete ao Conselho Consultivo, que exercerá suas funções gratuitamente, fiscalizar os atos e as contas do Síndico, comunicar aos Condôminos as irregularidades porventura existentes e verificadas, assinar os balanços mensais e auxiliar o Síndico na administração do condomínio. **CLÁUSULA QUINTA:- DAS BENFEITORIAS :-** As benfeitorias erigidas nas frações ideais pertencem aos Condôminos e se destinam ao uso e usufruto deles e de seus familiares. É vedado ao proprietário de fração ideal, construir em sua fração ideal, qualquer tipo de casa comercial, tais como hotel, mercearia, padaria, oficina mecânica, ou qualquer outra atividade comercial que descaracterize o fim residencial do imóvel. **CLÁUSULA SEXTA:- DAS TRANSFERÊNCIAS:-** As benfeitorias erigidas nas frações ideais pertencem aos condôminos e se destinam. digo, **DAS TRANSFERÊNCIAS:-** Os condôminos têm direito de transferir ou de qualquer forma alienar suas frações ideais a terceiros, observando, naturalmente o disposto na cláusula oitava do Contrato de Compromisso de Compra e Venda de Fração Ideal de imóvel rural e após o promitente comprador assinar o termo de adesão, documento esse que será devidamente registrado no Cartório do 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, documento esse que ficará em poder do Condomínio, indicando que o novo proprietário se submeterá as normas vigentes explicitas nesta Convenção. **CLÁUSULA SÉTIMA:- DOS DIREITOS DOS CONDÔMINOS:-** São direitos dos condôminos:- a) usar, explorar, administrar e usufruir sua unidade privativa, como lhes convier desde que não infrinjam as disposições desta Convenção; b) usar as partes comuns do condomínio; c) examinar os livros e arquivos do condomínio, solicitar esclarecimentos ao síndico; d) utilizar os serviços de portaria do Condomínio, ficando proibida a utilização dos funcionários do Condomínio, por parte dos Condôminos, para serviços particulares, salvo se autorizado pelo Síndico; e) comparecer às reuniões, participar, discutir, votar e ser votado; f) comunicar ao Síndico as irregularidades por eles observadas; g) executar as benfeitorias em sua área privativa; h) fazer-se representar por procuração, com direito a voto, condomínio

Handwritten signature

GL

TABELIÃO MAURÍCIO GOMES DE LEMOS

CARTÓRIO do 19 OFÍCIO DE NOTAS: Av. São: Q 824 - bl. A - sala 18 - Fones: 225 2150 - 225 2110 - 225 2230
Av. Norte: Q 703 - bl. A - sala 35 - Fones: 226 5483

ou não, nas assembleias realizadas pelo condomínio; e, j) Modificar essa convenção desde que seja pelo voto de dois terços dos Condôminos. CLÁUSULA OITAVA: - DOS DEVERES DOS CONDÔMINOS: - São deveres dos condôminos: - a) guardar o decoro e o respeito no uso das partes comuns, não se utilizando para fins diversos daquelas a que se destinam; b) contribuir financeiramente para com as despesas do condomínio, pelo número de frações ideais; c) comparecer as assembleias organizadas pelo condomínio; d) não permitir a instalação de casas comerciais, indústria, Hotel, oficina mecânica entre outras, em suas áreas privativas, conforme cláusula quinta; e) cumprir e fazer cumprir as normas explicitadas nesta Convenção; f) cumprir o que dispõe o regimento interno do Condomínio. CLÁUSULA NONA: - DAS DESPESAS COMUNS DO CONDOMÍNIO: - Constituem despesas comuns do condomínio: - a) as relativas à conservação, limpeza, reparos, consertos e reconstrução das partes comuns, especialmente as ruas, praças e áreas comunitárias; b) as relativas a residência do zelador e portaria; c) as relativas a remuneração e encargos sociais dos empregados; d) as relativas ao Pro-labore do síndico; e) despesas com impostos e ou taxas que sejam atribuídos ao Condomínio; e, f) pagamento das despesas de administração do condomínio, para com as quais os condôminos se obrigam a contribuir com sua quota parte; CLÁUSULA DÉCIMA: - DAS INADIMPLÊNCIAS: Os Condôminos em atraso com o pagamento das contribuições que forem exigidas em assembleias, pagarão juros de mora de 1% (um por cento) a.m. ou fração de mês e multa de 10% (dez por cento) sobre o débito. Após três (3) meses de atraso, o síndico poderá cobrar judicialmente o débito, com acréscimo de 20% (vinte por cento) de multa, mais juros de mora de 1% (um por cento) a.m., assumindo ainda o condômino em atraso, os honorários advocatícios. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: - DO FÓRO E DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS: - Fica eleito o fóro desta Capital, para dirimir quaisquer dúvidas, ações ou procedimentos fundados no condomínio, obrigando-se os proprietários de frações ideais, por si, herdeiros ou sucessores, ao fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições consubstanciadas na presente convenção. Os casos omissos serão resolvidos pelo Síndico, ouvidos o Sub-Síndico e o conselho consultivo, que aplicará onde couber, a Lei 4.591, de 16.12.1964, bem como a legislação pertinente. Assim, foi dito e eu lhes lavrei a presente, a qual feita e lida sendo lida em voz alta, achou-na em tudo conforme, aceitou, outorgou e assinou, e de como assim o disse do que deu fé. Dispensadas as testemunhas conforme os termos da Lei 6.952 de 06.11.1981, publicada no D.O.U. em 10.11.1981. Guia de Custas de nº 7.235- , devidamente recolhida junto a CEF-DF. Eu _____, MAURÍCIO GOMES DE LEMOS, Tabelião, a fiz datilografar, conferi, li e encerro o presente ato colhendo a assinatura e subcrevo.

STL



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
F. PROFISSIONAL
José Maurício Gomes de Lima
Técnico de Notário Autorizado
BRASÍLIA - D. F.

6498

TABELIÃO MAURÍCIO GOMES DE LIMA

CARTÓRIO do 1º OFÍCIO DE NOTAS: Av. Sul: Q. 804 - Bl. A - Loja 18 - Fones 225 2150 - 225 2110 e 225 2730 - BRASÍLIA-DF
Av. Norte: Q. 703 - Bl. A - Loja 25 - Fones 225 5483

LIVRO 1529

FOLHA Nº 005

[Empty notary record area with horizontal dashed lines]

Maurício de Lima
Maurício de Lima

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que o presente fotocópia
vale como Certidão. Extraída do livro n.º
1529 às folhas 003/005 em
27 de Setembro de 1989.
NADA MAIS.

Brasília, 01 de julho de 1994

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
F. PROFISSIONAL
José Maurício Gomes de Lima
Técnico de Notário Autorizado
BRASÍLIA - D. F.

[Handwritten signature and circular stamp]

19 OF 2000
TAD. PARAGUAY

12 JUN 12 5 15 PM 000840

AGENCIA A PROPOSITO
DE LA RESERVA DE LA
199 94 83 199 1199

650X

Brasília, 11 de abril de 1954

DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DECRETA E EM SANÇÃO A SEQUINTE LEI:

Art. 1º - A administração tributária será exercida pela Subsecretaria de Receita, órgão integrante da estrutura organizacional da Secretaria de Fazenda e Planejamento.

§ 1º - Integram a Subsecretaria de Receita as seguintes unidades:

- 1 - Departamento de Arrecadação e Tributação;
- 2 - Departamento de Fiscalização.

§ 2º - Na estrutura organizacional da Subsecretaria de Receita da Secretaria de Fazenda e Planejamento será dada ênfase às atividades relativas ao atendimento ao contribuinte.

§ 3º - O Poder Executivo especificará a composição das Unidades organizacionais de que trata esta Lei, bem como de suas respectivas divisões e serviços.

§ 4º - Para fins desta Lei aplica-se o disposto no art. 13 da Lei nº 408, de 13 de Janeiro de 1953.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 08 de abril de 1954
 1067 da República e 341 da Brasília



LEI Nº 1003 DE 08 DE ABRIL DE 1954
 JOAQUIM DOMINGOS RODRIGUES

Desafeta área pública de uso comum do povo limitada ao lote 03 da Praça Central de Zona Urbana I de Núcleo Bandeirante - RA VIII, de Região Administrativa do Núcleo Bandeirante - RA VIII, com superfície total de 217,00m² (217 metros e dez metros quadrados e cinquenta centésimos), que pertence à categoria de área dominial.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EM SANÇÃO A SEQUINTE LEI:

Art. 1º - É desafetada área pública de uso comum do povo nos fundos do lote 03 da Praça Central de Zona Urbana I de Núcleo Bandeirante - RA VIII, de Região Administrativa do Núcleo Bandeirante - RA VIII, com superfície total de 217,00m² (217 metros e dez metros quadrados e cinquenta centésimos), que pertence à categoria de área dominial.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a regular o lote de que trata o artigo anterior, para permitir a ocupação de área desafetada de acordo com esta Lei.

Parágrafo Único - O lote de que trata esta Lei terá área pertencente à categoria de uso de uso comum do povo, se suprir suas necessidades à área desafetada ocupada.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 08 de abril de 1954,
 1067 da República e 341 da Brasília -
 JOAQUIM DOMINGOS RODRIGUES

LEI Nº 1003 DE 08 DE ABRIL DE 1954
 LEI Nº 1003 DE 08 DE ABRIL DE 1954

Dispõe sobre os procedimentos para a regularização dos parcelamentos, lotes mentes e condições relacionadas e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EM SANÇÃO A SEQUINTE LEI:

Art. 1º - Os loteamentos abaixo relacionados são regularizados, atendidas as disposições desta Lei:

Nº DO CADASTRO (Cadastrado/Imp. nº 24.767/53)	REGULARIZADO	NOME DO LOTEAMENTO
001	72107	Condomínio Terceiro Fundacional Novo
002	72107	Condomínio Marcondes Pinheiro
003	132104	Condomínio Marcondes Pinheiro Lago Sul
004	132101	Condomínio Rincão Fátima
005	82101	Condomínio Quintas do Trópico
006	132104	Condomínio Nova Olímpiade São Francisco
007	132104	Condomínio Rural Terceiro Lago Sul
008	132104	Condomínio Rural São Francisco II
009	132104	Condomínio Rural Santa Bárbara
010	132104	Condomínio Jardim Atlântico III
011	92101	Condomínio Colúmbus Residencial Júpiter
012	62104	Terreno Área Desapropriada - (Lote 1)
013	62104	Condomínio Park Mirante
014	62104	Condomínio Rural Sítio de São João Itoqueira
015	62104	Marcondes Mestre O'Área I
016	62103	Sítio de Marcondes Pinheiro Qd 44
017	62103	Vila Nova Esperança-Chácara 33
018	62103	Salvadora Planaltina VITADO
019	62104	Núcleo Rural Mestre O'Área
020	92101	Condomínio Vista Bela
021	92101	Condomínio Diana
022	92101	Condomínio Fátima
023	92101	Condomínio Travessa Olímpiade
024	92101	Condomínio
025	92101	Condomínio Nova Olímpiade
026	92101	Condomínio Rincão Fátima
027	92101	Condomínio Quintas do Trópico
028	92101	Condomínio Rural Residencial Intermares
029	92101	Condomínio Residencial Villavermes
030	92101	Condomínio Rural Vinte e Quatro
031	92101	Condomínio Quintas dos Trópicos
032	92101	Condomínio Anjo dos Anjos
033	92101	Condomínio Residencial Santa Helena
034	92101	Condomínio Vale das Águas
035	92101	Vitória Park
036	92101	Vitória Alameda
037	92101	Condomínio Residencial Terceiro Lago Sul
038	92101	Condomínio Rural Marcondes dos Neves
039	92101	Condomínio Residencial Sítio de Marcondes Pinheiro
040	92101	Condomínio Vinte e Quatro
041	92101	Condomínio Rincão Fátima
042	92101	Condomínio Rincão Fátima
043	92101	Condomínio Rincão Fátima
044	92101	Condomínio Contagem

024 - 92101 - Condomínio Nova Olímpiade
 025 - 92101 - Condomínio Rincão Fátima
 026 - 92101 - Condomínio Quintas do Trópico
 027 - 92101 - Condomínio Rural Residencial Intermares
 028 - 92101 - Condomínio Residencial Villavermes
 029 - 92101 - Condomínio Rural Vinte e Quatro
 030 - 92101 - Condomínio Quintas dos Trópicos
 031 - 92101 - Condomínio Anjo dos Anjos
 032 - 92101 - Condomínio Residencial Santa Helena
 033 - 92101 - Condomínio Vale das Águas
 034 - 92101 - Vitória Park
 035 - 92101 - Vitória Alameda
 036 - 92101 - Condomínio Residencial Terceiro Lago Sul
 037 - 92101 - Condomínio Rural Marcondes dos Neves
 038 - 92101 - Condomínio Residencial Sítio de Marcondes Pinheiro
 039 - 92101 - Condomínio Vinte e Quatro
 040 - 92101 - Condomínio Rincão Fátima
 041 - 92101 - Condomínio Rincão Fátima
 042 - 92101 - Condomínio Rincão Fátima
 043 - 92101 - Condomínio Rincão Fátima
 044 - 92101 - Condomínio Contagem

045	SEURJ	Comunidade Rural Jardim Inhamã
046	SEURJ	Residência Petrópolis
047		VEIADO
048		Comunidade Residencial Vermeles
049	SEURJ	Residência Brasília
050	SEURJ	Residência Sobradinho em Município da Zona
051	SEURJ	Lotamento III
052	SEURJ	Comunidade Vendas de Seta

Parágrafo Único - Todos os loteamentos terão seus perímetros definidos por polígonos topográficos, a serem publicados no Diário Oficial do Distrito Federal.

Art. 31 - Ficam transformadas em Urbanas as áreas objeto de parcelamento integrantes de Zona Rural ou de Zona de Expansão Urbana.

Art. 32 - Os interessados deverão, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir do 30º dia da publicação desta lei, retirar na Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia - SEMATEC, e no Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - IPTU, respectivamente, o Termo de Referência para a elaboração do PLANOJA e as diretrizes previstas no art. 6º da Lei nº 6.766 de 19 de dezembro de 1973.

§ 1º - Os interessados poderão elaborar o PLANOJA individualmente ou em conjunto por sub-lotes, desde que não haja impedimento de ordem técnica.

§ 2º - Entende-se como interessados, para efeito desta lei, o alçido ou o empreendedor do loteamento.

Art. 41 - Os interessados terão o prazo de 120 (cento e vinte) dias corridos, a partir da entrada em vigor da referida lei, para realização e apresentação do PLANOJA à SEMATEC.

§ 1º - A SEMATEC terá o prazo de 10 dias corridos para a convocação da audiência pública de apresentação do PLANOJA.

§ 2º - Após a audiência pública, a SEMATEC terá o prazo de 60 (sessenta) dias corridos para emitir o parecer técnico final do PLANOJA.

§ 3º - No parecer de análise e a aprovação do PLANOJA, a SEMATEC informará acerca dos danos ambientais que podem ocorrer com a implantação do loteamento, devendo o interessado cumprir as condições constantes deste parecer e relatório, no prazo estabelecido pelo órgão ambiental, sob pena de responsabilização perante o órgão da Procuradoria Geral do Distrito Federal para ajustamento de ação própria.

Art. 54 - Os interessados deverão comparecer junto ao Instituto de Planejamento Territorial do Distrito Federal - IPTU, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a partir da publicação das diretrizes previstas no artigo 31 desta lei, o projeto urbanístico de loteamento.

§ 1º - O projeto urbanístico será acompanhado dos documentos previstos nos artigos 6º e 27 da Lei 6.766/73.

§ 2º - O projeto urbanístico será apresentado na forma prevista na Norma Técnica de Apresentação para Aprovação de Projeto de Parcelamento Urbano, emitida pelo IPTU.

§ 3º - V E T A D O .

Art. 61 - Para os loteamentos planejados em regime de loteamento, localizados em áreas desapropriadas, ou em áreas com terceiros, fica o Distrito Federal, por intermédio da TERRACAP, por assistência da Procuradoria Geral, autorizado a promover a divisão originária.

Art. 7º - O IPTU terá, após aprovação final do PLANOJA, o prazo de 60 (sessenta) dias corridos para anexo da documentação apresentada pelo interessado.

Art. 8º - Aos interessados, após fixado o preço pelo órgão competente, para realização de obras e serviços ou adoção de medidas necessárias à execução do projeto urbanístico de normas vigentes, bem como, para execução das medidas mitigadoras dos impactos ambientais determinados pelo PLANOJA.

§ 1º - As despesas decorrentes da execução das obras e serviços referidos à conta do empreendedor ou dos requerentes de lotes.

§ 2º - Os preços referidos no "caput" deste artigo deverão ser publicados no Diário Oficial do Distrito Federal e notificados aos interessados.

Art. 9º - Decorrido o prazo estipulado para a execução de obras e/ou serviços ou adoção de outras medidas, as concessões em que os interessados tenham a propriedade, fica o Governo do Distrito Federal autorizado a executar, mediante orçamento prévio contando tais despesas do empreendedor ou dos requerentes de lotes.

Art. 10 - Aprovado o PLANOJA, por parecer da equipe técnica da SEMATEC, bem como, analisado o Projeto Urbanístico pelo IPTU, as Secretarias de Obras e do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia - SEMATEC, em conjunto, elaborarão relatório final contendo os aspectos urbanísticos e os aspectos ambientais referentes ao loteamento.

§ 1º - O relatório final de que trata o "caput" deste artigo será encaminhado à apreciação conjunta do CONPLAN e do CPA.

§ 2º - O relatório final, após aprovação conjunta do CONPLAN e CPA, será encaminhado à Procuradoria Geral do Distrito Federal para análise dos aspectos jurídico-legais submetendo-se, em seguida, à aprovação do Governador do Distrito Federal.

Art. 11 - V E T A D O .

Art. 12 - Qualquer obra ou serviço em andamento ou que esteja sendo executado no artigo 3º desta lei não ficará proibida, salvo quando mencionada no seu artigo 8º.

Art. 13 - V E T A D O .

Parágrafo Único - O Governo do Distrito Federal poderá fornecer alvará, em caráter provisório, para funcionamento de atividades comerciais.

Art. 14 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15 - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de abril de 1974.
1041 da República e 24 de Brasília.

JULIANO DOMINGOS RIBEIRO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 019/74

Handwritten text, possibly bleed-through from the reverse side of the page, running vertically along the right edge.

Advogado
WILSON J. SILVA

ADVOCACIA - ESCRITÓRIO J. ARAÚJO

6527

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JULZ DE DIREITO DA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO DISTRITO FEDERAL
28 DE 1507 5 020934
COORDENADORIA GERAL DE EXPEDIENTES

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL "MEUS SONHOS", entidade
de residencial criada nos termos dos dispositivos aplicáveis
da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, em Processo de Re-
gularização junto à Secretaria de Desenvolvimento Urbano do
Governo do Distrito Federal, conforme dispõe os arts. 54 a 62,
da Lei Distrital nº 353, de 18 de novembro de 1992, e a Lei
Distrital nº 694/94, e regido por sua Convenção (DOC 01), cujo
extrato foi publicado no D.O.U., Seção I, do dia 01 OUT 91, p.
21.201, e retificado no D.O.U., Seção I, do dia 31 OUT 91, p.
24.313, cópias anexas (DOCs 02 e 03), devidamente inscrito no
CCC(MF) sob o nº 26.510.321/0001-20 (DOC 04), com sede à Rodo-
via DF-150, Km 3,5, Área de Expansão Urbana da Cidade Satélite
de Sobradinho - Distrito Federal, neste ato representado por
seu Síndico, PAULO ROBERTO LOPES BERNARDES, brasileiro, casado,
comerciante, portador da Cédula de Identidade nº 677.703, emi-
tida pela SSP/DF, e CIC nº 258.781.901-68, residente e domici-
liado no Lote 04, do mesmo Condomínio; Mandato incluso (DOC 05);
e os CONDOMINOS abaixo qualificados, a sa-
ber:

- WANDERLEY PEREIRA DA COSTA e sua Mulher,
SÍLVIA MARIA DA SILVA RIBEIRO COSTA, brasileiros, casados en-
tre si, residentes e domiciliados no Lote 01, do citado CONDO-
MÍNIO; etc, servidor público federal, portador da Cédula de I-
dentidade nº 305.475-SSP/DF e CIC nº 098.120.401-53; ela, do
- CONTINUA -

Handwritten text, possibly bleed-through from the reverse side of the page, running vertically along the right edge.

653



- CONTINUAÇÃO - pág. 02.

lar, portadora da Cédula de Identidade nº 608.895-SSP/DF e CIC nº 227.365.141-49, Mandato incluso (DOC 06);

- SHIGUETAKA HATUSHIKANO e sua Mulher, DINÃ CORREIA COSTA HATUSHIKANO, brasileiros, casados entre si, residentes e domiciliados no Lote 01-A, do mesmo CONDOMÍNIO; ele, bancário, portador da Cédula de Identidade nº 5.603.699-SSP/SP e CIC nº 987.586.298-68; ela, do lar, portadora da Cédula de Identidade nº _____, e CIC nº 987.586.298-68; Mandato Procuratório anexo (DOC 07);

- CUSTÓDIO BARRETO TOSTES e sua Mulher, MARIA DE FÁTIMA ALMEIDA TOSTES, brasileiros, casados entre si, residentes e domiciliados na SQN 303 Bloco "B" Ap. 102; possuidores do Lote 02; ele, militar, portador da Cédula de Identidade nº 017964221-0-Min. Exército e CIC nº 318.488.777-49; ela, do lar, portadora da Cédula de Identidade nº 032992072-2-Min. Exército e CIC nº 382.666.106-06; Mandato anexo (DOC 08);

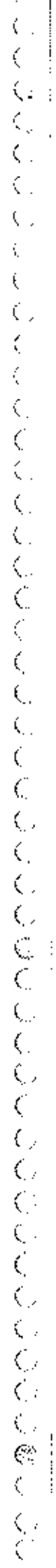
- PAULO ROBERTO VASCONCELOS, brasileiro, solteiro, servidor público federal, portador da Cédula de Identidade nº 236.579-SSP/GO e CIC nº 149.686.141-87, residente e domiciliado no mesmo CONDOMÍNIO, no Lote 03; Mandato incluso (DOC 09);

- PAULO ROBERTO LOPES BERNARDES e sua Mulher, FÁTIMA APARECIDA BERNARDES, brasileiros, casados entre si, residentes e domiciliados no Lote 04, do CONDOMÍNIO; ele, comerciante, portador da Cédula de Identidade nº 677.703-SSP/DF e CIC nº 258.781.901-68; ela, do lar, portadora da Cédula de Identidade nº 755.412, emitida pela SSP/DF, e CIC nº 259.577.401-87; Mandato incluso (DOC 10);

- EVILASIO DE JESUS ARAUJO e sua Mulher, MARIA MARTINS FREIRE ARAUJO, brasileiros, casados entre si, residentes e domiciliados nos Lotes 05 e 07, do CONDOMÍNIO; ele, Advogado em CAUSA PRÓPRIA, portador da Cédula de Identidade nº 403.023-SSP/DF e CIC nº 120.358.401-63; ela, do lar, portadora da Cédula de Identidade nº 651.056-SSP/DF e CIC nº 225.798.421-87, Mandato desta última anexo (DOC 11);

- CARLOS ALBERTO SANTOS DA SILVA e sua Mulher, WILZA CRISTINA VALENTE DA SILVA, brasileiros, casados entre si, residentes e domiciliados no Lote 06, do mesmo CONDOMÍNIO; ele, portador da Cédula de Identidade nº 505.286-SSP/DF e CIC nº 179.115.241-49; ela, CI nº 1.045.773-SSP/DF e CIC nº 605.722.991-68; Mandato Procuratório junto (DOC 12);

CONTINUA



654


- CONTINUAÇÃO - pág. 03.

- JOEL FÉLIX DE ARAUJO e sua Mulher, MARIA AUXILIADORA DE ARAUJO, brasileiros, casados entre si, residentes e domiciliados no Lote 08, do mesmo CONDOMÍNIO; ele, Contador, portador da Cédula de Identidade nº 144.949-SSP/DF e CIC nº 021.990.171-68; ela, do lar, portadora da Cédula de Identidade nº 469.389-SSP/DF e CIC idêntico; Mandato incluso (DOC 13);

- JOILSON ALBUQUERQUE DE GUSMÃO e sua Mulher, MARIA LAURA RIBEIRO DE GUSMÃO, brasileiros, casados entre si, residentes e domiciliados no Lote 09, do CONDOMÍNIO; portadores, respectivamente, das Cédulas de Identidade nºs 098.574 e 102.084-SSP/DF e CIC nºs 057.139.351-91 e 666.416.401-91; Mandato junto (DOC 14);

- CÂNDIDO ALBERTO DA COSTA GOMES e sua Mulher, LÓCIA GEORGETTE PEDROSA DA COSTA GOMES, brasileiros, casados entre si, residentes e domiciliados no Lote nº 10, do CONDOMÍNIO; ele, servidor público federal, portador da Cédula de Identidade nº 1.967.635-SSP/DF e CIC nº 038.244.707-72; ela, do lar, portadora da Cédula de Identidade nº 1.113.464-SSP/DF e CIC nº 602.962.911-53; Mandato incluso (DOC 15);

- ROGÉRIO CUNHA CARVALHO e sua Mulher, SANDRA TEREZA DE AZEVEDO CARVALHO, brasileiros, casados entre si, residentes e domiciliados no Lote 11, do mesmo CONDOMÍNIO; ele, Analista de Sistema, portador da Cédula de Identidade nº 638.162-SSP/DF e CIC nº 270.672.201-06; ela, do lar, portadora da Cédula de Identidade nº 1.046.524-SSP/DF, e CIC nº 666.652.131-53; Mandato junto (DOC 16);

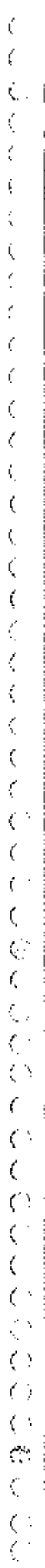
- VICENTE DE BARROS ROQUEIRA e sua Mulher, MARIA CELINA CHAVES ROQUEIRA, brasileiros, casados entre si, residentes e domiciliados no SHIS QI 27 Conj. 03 Casa 22 - Lago Sul, possuidores dos Lotes nºs 12 e 14, do mesmo CONDOMÍNIO; portadores, respectivamente, das Cédulas de Identidade nºs 208.174-IMI/DF e 251.383-SSP/DF, e CIC nºs 076.541.541-00 e 025.556.111-34; Mandato Procuratório anexo (DOC 17);

- FERNANDO JOSÉ POZZI DE VASCONCELLOS CRUZ, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado no Lote 13, do mesmo CONDOMÍNIO, portador da Cédula de Identidade nº 190.684, emitida pelo IPF/RJ, e CIC nº 087.066.891-91; Mandato incluso (DOC 18);

- OSCAR FELIPPE VARGAS MOREIRA e sua Mulher, ANA LOURDES DAVID CERQUEIRA MOREIRA, brasileiros, casados en-

- CONTINUA

.....





- CONTINUAÇÃO - pág. 04.

tre si, residentes e domiciliados no Lote 15, do citado CONDOMÍNIO; ele, Analista de Sistema, portador da Cédula de Identidade nº 1.272.679-SSP/DF e CIC nº 382.401.227-87; ela, do lar, portadora da Cédula de Identidade nº 969.349-SSP/DF e CIC nº 366.798.441-34; Mandato anexo (DOC 19);

- HÉLIO SOCOLIK, brasileiro, solteiro, servidor público federal, residente e domiciliado na SQS 109 Bloco "C" Ap. 216, nesta Capital Federal, possuidor do Lote nº 16, do mesmo CONDOMÍNIO; portador da Cédula de Identidade nº 1.910.669-SSP/RJ e CIC nº 094.445.997-87; Mandato Procuratório anexo (DOC 20);

- MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO DE ARAUJO BARBOSA e seu Marido, EUZÉLIO MACEDO BARBOSA, brasileiros, casados, professores, residentes e domiciliados no Lote 17, do CONDOMÍNIO, portadores, respectivamente, das Cédulas de Identidade nºs 1.323.166-SSP/DF e 87.255-SSP/PI; e CIC nºs 060.546.788-92 e 087.383.978-11; Mandato incluso (DOC 21);

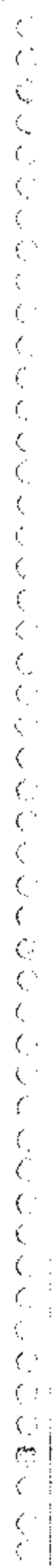
- FERNANDO GERALDO FROES DA FONSECA e sua Mulher, JANICE MARIA MELLO FROES DA FONSECA, brasileiros, casados entre si, residentes e domiciliados no Lote 18, do citado CONDOMÍNIO; portadores, respectivamente, das Cédulas de Identidade nºs 7672-CRM/DF e 7.214.195-SSP/MG; e CIC nºs 263.209.757-15 e 469.040.697-91; Mandato anexo (DOC 22);

- MARCO AURÉLIO NOGUEIRA e sua Mulher, MARIA CHRISTINA DE CAMARGO HOMEM DE MELLO, brasileiros, casados entre si, residentes e domiciliados no Lote 19, do CONDOMÍNIO, portadores, respectivamente, das Cédulas de Identidade nºs 1.231.547-SSP/DF e 7.154.098-SSP/SP, e CIC nº 666.390.428-00 e 666.390.428-00; Mandato anexo (DOC 23);

- LUIS CESAR LIMA COSTA e sua Mulher, BEATRIZ DE MENDONÇA JORGE E COSTA, brasileiros, casados entre si, residentes e domiciliados no SHIN QL 02 Conj. 11 Casa 04 - Lago Norte, nesta Capital Federal, portadores, respectivamente, das Cédulas de Identidade nº 344.532 3 757.587-SSP/DF, e CIC nºs 093.046.301-34 e 316.538.471-15, possuidor do Lote 20; Mandato incluso (DOC 24);

- JOSÉ SANTA CRUZ PAIM e sua Mulher, LEILA MARIA FILARDI PAIM, brasileiros, casados entre si, residentes e domiciliados na SQS 108 Bl. "J" Ap. 105, possuidores do Lote 21, portadores, respectivamente, das CI nºs 95.945 e 1.091.473-SSP/DF e CIC 003.917.861-72 e 063.579.015-53; Mandato incluso (DOC 25);

- CONTINUA -





- CONTINUAÇÃO - pág. 05.

- NEWTON EDUARDO SANTANA e sua Mulher, NANCY SANTOS DE ANDRADE, brasileiros, casados entre si, residentes e domiciliados na SQS Quadra 112 Bloco "A" Ap. 508, nesta Capital Federal, possuidores do Lote nº 22, do mencionado CONDOMÍNIO, portadores, respectivamente das Cédulas de Identidade nºs 177.706-DFSP e 105.439-SSP/DF, e CIC nºs 042.379.861-87 e 003.073.121-53; Mandato junto (DOC 26);

- DEUSÉLIO BRUNO DA CRUZ, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado no SHCE/Sul Quadra 1.113 Bloco "C" Ap. 401 - Cruzeiro Novo, possuidor do Lote 23 do CONDOMÍNIO, portador da Cédula de Identidade nº 1.070.824, emitida pela SSP/DF, e CIC nº 145.801.011-20; Mandato anexo (DOC 27);

- ODAIR LUCIETTO e sua Mulher, MARIA CRISTINA BASTELLI LUCIETTO, brasileiros, casados entre si, residentes e domiciliados na SQS 108 Bl. "C" Ap. 304, possuidores do Lote nº 24, portadores, respectivamente, das Cédulas de Identidade nºs 391.011-SSP/DF e 9.197.577-SSP/SP e CIC nºs 603.411.738-00 e 603.411.738-00; Mandato anexo (DOC 28);

- GERSON COSTA e sua Mulher, ELSIE DE ARAUJO MAILON, brasileiros, casados entre si, residentes e domiciliados na SOS 402 Bloco "P" Ap. 205, possuidores do Lote nº 25, portadores, respectivamente, das Cédulas de Identidade nºs 3823-OAB/DF e 491.644-OAB/DF, e CIC nºs 007.940.586-04 e 223.570.251-15; Mandato junto (DOC 29);

- ELVÉSCIO CEOLIM e sua Mulher, HELENILA ARANTES CEOLIM, brasileiros, casados entre si, residentes e domiciliados na SQS 313 Bloco "E" Ap. 507, portadores das Cédulas de Identidade nº 049.636 e emitidas pela SSP/DF, e CIC nº 001.613.221-15 e , possuidores do Lote nº 26; Mandato anexo (DOC 30);

- EURICE DE SOUZA e sua Mulher, ALCINEA MULLER DE SOUZA, brasileiros, casados entre si, residentes e domiciliados na SQN 107 Bloco "G" Ap. 102, tendo imóvel construído no lote 27, do citado CONDOMÍNIO; ele, professor universitário, portador da Cédula de Identidade nº 02671332-1, emitida pelo IFP/RJ, e CIC nº 280.227.857-68; ela, do lar, portadora da Cédula de Identidade nº 5.050.760, emitida pela SSP/RJ; Mandato anexo (DOC 31);

- SEBASTIÃO PIRES GOMES, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado no SRI-NCA, casa 12, Brasília-DF,

- CONTINUA -



.....

- CONTINUAÇÃO - pág. 07.

I - DA QUESTÃO DAS TERRAS DO DISTRITO FEDERAL E A
COMPETÊNCIA RATIONE MATERIAE.



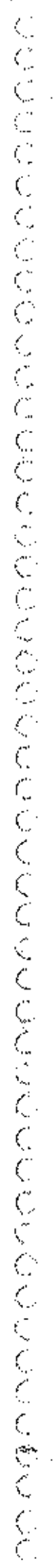
1. A questão das terras do DISTRITO FEDERAL, ou onde este seria estabelecido, sempre mereceu, no escopo histórico nacional, privilegiado destaque, no contexto jurídico-legal. É que a transferência da Capital do País para o interior, desde os albores da nacionalidade, tornou-se tema estratégico de maior relevância. Por isso, não admira que já no início da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891, se pode ver a seguinte dicção:

"Art. 39 - Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital federal".

2. Daí, diversas Cartas Políticas cuidaram da matéria, como se vê no art. 49, das Disposições Transitórias, da Constituição de 16 de julho de 1934. Com a transferência do Distrito Federal do atual Estado do Rio de Janeiro para o Planalto Central, várias formalidades jurídicas necessárias não foram atendidas, restando, de certa forma, um *imbroglio* na questão das terras distritais.

3. Por isso, parece oportuno considerar-se o tema da COMPETÊNCIA DO JUÍZO PARA CONHECER DO PRESENTE FEITO, desde logo, pois, conforme acima mencionado, a questão das terras situadas no Distrito Federal, máxime nos tempos atuais, com a proliferação de Condomínios em Áreas Rurais decretadas como de Expansão Urbana, tornou-se uma situação jurídico-social irreversível, a que os Poderes Públicos distritais vêm-se envolvendo, à busca de uma solução consentânea com os interesses coletivos.

4. Com efeito, com a formação dos Condomínios Rurais, e o advento das Leis Distritais nºs 353/92 e 694/94, a problemática dos Condomínios Rurais assumiu nova fisionomia jurídica, perdendo, de forma substancial, o antigo cariz de ilegalidade, uma vez que contemplado pelo Legislador em amplo espectro de possível e irreversível regularização. Uma vez que a matéria deixou, visivelmente, de inserir-se no âmbito de assunto entre particulares, não sendo, de fato e de direito, *sacæ den parteín*, para compor o patrimônio jurídico



.....

.....
.....
.....
.....
.....

- CONTINUAÇÃO - pág. 08.

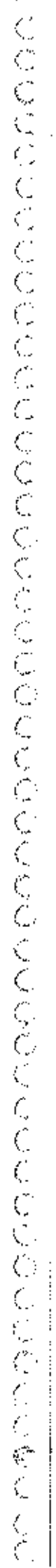
da sociedade, como um todo, é mister que se discuta o real interesse do Distrito Federal no assunto, porque foi a mesma Unidade Federada que, utilizando-se de prerrogativas constitucionais, como adiante se verá, tomou a iniciativa de chamar a si a solução do problema que se avultava, com a construção de vários Condomínios em áreas, ora consideradas particulares, porque não desapropriadas; ora consideradas terras devolutas da União, por força do retrocitado preceito constitucional. Em ambos os casos, é irretorquível a prevalência do interesse do Distrito Federal - que, como visto, optou por regularizar os Condomínios, considerando-os já consolidados no bojo da paisagística candanga.

5. A competência para processar e julgar Ações de Usucapião, no caso do Especial, disciplinado pela Lei nº 6.969, de 10 DEZ 81, é do Juízo da Comarca onde se situar o imóvel (art. 49, do citado Diploma Legal). Todavia, considerados os fatos acima elencados, bem como os aspectos jurídicos pertinentes, abaixo delineados, além de o presente feito submeter-se aos ditames do artigo 941 e seguintes, do Código de Processo Civil, é mister que seja processado e julgado por uma das Varas da Fazenda Pública do Distrito Federal, tendo presentes os seguintes fatos adicionais:

5.1 - O Distrito Federal, através do Decreto nº 12.898, de 13 de dezembro de 1990, inscreveu a área toda da chamada "Fazenda Paranoazinho", onde o Condomínio Residencial "Meus Sonhos" está erigido em pequena área (2,9653 hectares, incluindo a área verde), como Zona de Expansão Urbana, codificada como "S 2RU 1", da Região Administrativa de Sobradinho - RA V, segundo documento anexo (DOC 67);

5.2 - O Distrito Federal, considerando-se sua competência legislativa similar aos dos Estados e Municípios (art. 32, § 1º, da Constituição Federal), pode dispor sobre as questões de áreas urbanas e sobre as rurais que se tornarem "urbanizáveis", podendo, na realidade, em face da inércia do proprietário, efetuar parcelamento compulsório. Assim, a questão dos Condomínios construídos em áreas abandonadas há décadas, pelos proprietários, e há décadas sob posse mansa e pacífica de terceiros, deixou de inserir-se em tema de interesse particular, para tratar-se de matéria de interesse público. Aliás, é o que lemos na própria Constituição Federal, legitimando, assim, a conduta do Distrito Federal, ao legislar a regularização dos Condomínios (Leis 353/92, arts. 54 a 62; e 694/94), na seguinte passagem:

- CONTINUA -





- CONTINUAÇÃO - pág. 09.

"Art. 187. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para as cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º omissis

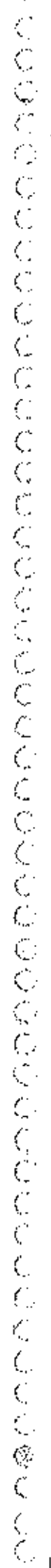
§4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - PARCELAMENTO ou edificações COMPULSORIOS".

Em face dessa cristalina dicção constitucional, a questão dos Condomínios, como já dito, tornou-se tema de maior relevância, escapando do âmbito de relação entre particulares, para sobreviver como matéria de Direito Público municipal (distrital), a merecer a tutela do Poder Público, como está acontecendo aqui, no Distrito Federal. Mais uma vez, portanto, vê-se que a competência para este tipo de Usucapião deve ser de uma das Varas da Fazenda Pública;

5.3 - Há interesse de Órgãos do Distrito Federal neste tipo de Ação de Usucapião, eis que do desfecho do feito poderá ser regularizada a escrituração da terra, uma vez que as terras onde estão construídos os Condomínios encontram-se sob a posse mansa, pacífica e antiga de particulares. No caso específico do Condomínio Autor, mister registrar que há nele propriedade da COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA (CEB), conforme "Con-

- CONTINUA -





- CONTINUAÇÃO - pág. 10.

trato de Doação que entre si celebram a COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASÍLIA-CEB e o CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MEUS SONHOS", cópia anexa (DOC 68). Ora, por tudo exposto, aplicável o art. 27, da Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991); e, por último,

5.4 - Vêm sendo ajuizadas Ações de Usucapião, inclusive contra o mesmo Réu, nas Varas de Fazenda Pública, onde está em curso, por exemplo, na veneranda Primeira Vara da Fazenda Pública, o Processo nº 36.366/87 (nº da distribuição), o que mostra a anuência de Magistrados com a competência do Juízo, que tem jurisdição sobre todo o Distrito Federal (art. 18, da Lei 8.185/91, e art. 119, do Provimento Geral da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal e Territórios - DJU de 16 JUN 94).

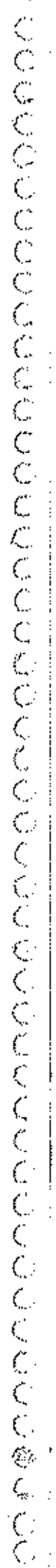
II - DOS FATOS

6. WANDERLEY PEREIRA DA COSTA e sua Mulher, SILVIA MARIA DA SILVA RIBEIRO COSTA, brasileiros, casados entre si, já devidamente qualificados ao pórtico desta petição, eram justos possuidores do imóvel cognominado "Gleba Rural Meus Sonhos", situado no então Núcleo Rural Sobradinho II, da antiga Fazenda Paranoazinho, com endereço à Rodovia DF-150 Km 3,5, com área total de 2,9653 (dois vírgula nove seis cinco três) hectares, conforme Mapa anexo (DOC 69). O imóvel, alegadamente, antes da criação do Distrito Federal, integrava a "Fazenda Paranoazinho" - uma extensa área que atingia parte da própria Cidade Satélite de Sobradinho, que teria pertencido ao Sr. JOSÉ CÂNDIDO DE SOUZA, falecido na Década de 1930, pelo menos em parte.

7. Com o tempo, toda a área se subdividiu, com a criação de várias Chácaras, ocupadas por particulares, sendo oportuno esclarecer que essa vasta área que formava a "Fazenda Paranoazinho" nunca fora objeto de desapropriação, pela UNIÃO, ou pelo Distrito Federal, através da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, como dão conta os documentos anexos (DOCs 70/71).

8. Residindo na mesma Chácara, os citados WANDERLEY PEREIRA DA COSTA e SILVIA MARIA DA SILVA RIBEIRO COSTA viram ser erigidos em sua volta vários Condomínios Rurais, o que, inegavelmente, veio a prejudicar a sua intenção de criar porcos e peixes, além de pequeno cul-

- CONTINUA



- CONTINUAÇÃO - pág. 11.

tivo de hortaliças e frutas iniciado no local. Assim, após residirem vários anos no local, optaram por também lotear a área a amigos e colegas de trabalho, que, não possuindo imóvel próprio residencial, vislumbraram no negócio uma saída para esse angustiante problema nacional. Por ser uma área relativamente pequena, diante dos demais Condomínios, a Chácara foi loteada em número de 31 Lotes, com área exclusiva de 600 metros quadrados, embora uns poucos Lotes possuam tamanho superior a esse.

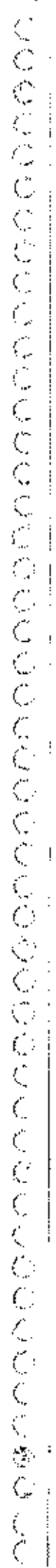
9. Enquanto Chácara, os mencionados possuidores fizeram elevado investimento no local, o que pode ser mensurado pelas seguintes benfeitorias: construção de casa de madeira, foto anexa (DOC 72); portaria de entrada (DOC 73); uma Caixa d'Água, com capacidade total de 15 mil litros (DOC 74); um poço semi-artesiano, com bomba marca "Leão", instalada a 72 metros de profundidade no mesmo poço, com vazão de oito mil litros/hora; rede de iluminação elétrica, com luminárias e lâmpadas foto-células; uma subestação trifásica com transformador de 30 KVA; cerca com postes de concreto, com nove fios de arame farpaço, entre outras. Portanto, havia toda infra-estrutura para a constituição de um Condomínio, o que veio a se concretizar mais à frente, conforme adiante explicitado (DOCs 75 a 80).

10. Portanto, a primeira Chácara foi transformada num Condomínio Residencial, nos mesmos moldes dos tantos outros que foram criados em Brasília.

III - FATOS HISTÓRICOS. A CADEIA POSSESSÓRIA.

11. Até 1972, a área onde hoje está construído o CONDOMÍNIO RESIDENCIAL "MEUS SONHOS" estava sob a posse do Sr. RAIMUNDO NONATO SARAIVA GOMES, cujos direitos possessórios foram por ele transferidos para LIONEAS PEREIRA AIRES, conforme Recibo anexo (DOC 81), de quem os citados WANDERLEY e SILVIA adquiriram a posse sobre a Chácara, conforme "Declaração de Compra e Venda", datada de 09 FEV 89 (DOC 82). Os últimos possuidores, como dito anteriormente, efetuaram grande investimento na área, inclusive a regularização dos alinhamentos dos limites da Chácara, como faz prova o "Termo de Mútua Isenção", junto (DOC 83). Ademais, sob elevado dispêndio, os Srs. WANDERLEY PEREIRA DA COSTA e MULHER instalaram luz elétrica no local, plantaram inúmeras árvores de pomar e outras, o que se pode provar por várias fo-

- CONTINUA



- CONTINUA - pág. 12.

tos locais (DOCs 84 a 87), além da construção de dois tanques para a criação de peixes, vistos em fotos. No local, existia uma simples casa, cuja foto original encontra-se no Processo de Regularização do Condomínio, junto à Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal, anexando-se cópia xerox da mesma foto (DOC 88).

12. A situação do imóvel era de regularizado junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, conforme comprova a documentação anexa (DOCs 89/90), sendo efetuado o recolhimento ao tributo devido, ou seja, o Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (DOCs 91/92). No local, também residiam o caseiro e familiares, sendo ele legalmente contratado, para prestar serviços na chácara, satisfeitas as formalidades legais (DOCs 93 a 96).

13. A Cadeia Possessória, portanto, contando do ano de 1972 - para fixar-se um marco -, já permite antever que o pressuposto da posse longa, justa e pacífica, posse vintenária, foi satisfeito perfeitamente, como se cuidará adiante. Portanto, o Legislador pátrio, tendo presente que a terra é o maior bem destinado ao ser humano - é onde ele vive, de onde retira seu sustento e edifica sua família, sendo seu último descanso - estabeleceu regras de fácil manejo para adquirir-lhe o domínio, uma vez já tendo a posse do imóvel.

IV - DO DIREITO - PRIMEIRA PARTE.

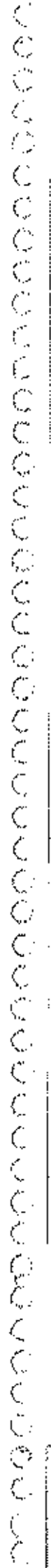
14. Com efeito, uma vez estabelecida a cadeia possessória acima, a qual exhibe a ocorrência de mais de 20 (vinte) anos ininterruptos, é de ser aplicável o disposto no artigo 489, do Código Civil, onde lemos:

"Art. 489. É justa a posse que não for violenta, clandestina, ou precária".

Justamente, essa era a situação da posse dos Senhores RAIMUNDO NONATO SARAIVA GOMES, LIONEAS PEREIRA AIRES e WANDERLEY PEREIRA DA COSTA E SUA MULHER nestes últimos 22 (vinte e dois) anos. Assim, é evidente, a toda prova, que se operou a cadeia possessória estatuída na forma do Código Civil Brasileiro, no qual lemos:

"Art. 552. O possuidor pode, para o fim de contar o tempo exigido pelos artigos ante-

- CONTINUA -



664

- CONTINUAÇÃO - pág. 12.

cedentes, acrescer à sua posse a do seu antecessor (art. 190), contando que ambas sejam contínuas e pacíficas".



Conforme ficará plenamente provado em audiência, por vários vizinhos da antiga Chácara, todos os possuidores, ao transmitir os direitos possessórios ao subsequente possuidor, fê-lo sem qualquer violência, de quem quer que fosse. Nunca apareceu, nesses anos todos, quaisquer pessoas alegando quaisquer direitos sobre a terra em que se acha agora edificado o CONDOMÍNIO RESIDENCIAL "MEUS SONHOS". Portanto, a cadeia vintenária de que cuida o artigo 550, do Código Civil está firmemente estabelecida em favor dos Requerentes.

15. Assim, por possuírem, em conjunto, atualmente, em forma de "CONDOMÍNIO", a pequena área formada de 31 (trinta e um) Lotes, os Autores se reportando ao estabelecido direito vintenário, na forma do dispositivo acima transcrito, pretendem regularizar o domínio, posto que inexistente qualquer impedimento, eis que todos satisfazem a condição legal, já que cristalina a Lei Substantiva:

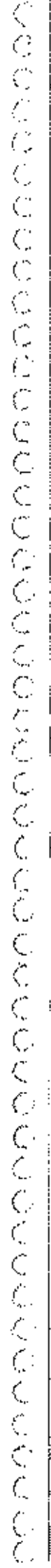
"Art. 550. Aquele que, por vinte anos sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe-o domínio, independentemente de título e boa-fé que, em tal caso, se presume, podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual lhe servirá de título para a transcrição no registro de imóveis".

Em consequência, os Autores têm mais do que o mínimo para que se operasse a PRESCRIÇÃO AQUISITIVA, além de, a teor do art. 552, do Código Civil, exercêrem sua posse de forma contínua, pacífica e incontestavelmente, com o claro "animus domini e notória boa-fé, durante todo o lapso temporal em que ali se encontram.

16. Uma vez claramente firmada a posse ad usucapionem, é mister uma exame detido da área objeto da presente lide.

V - DOS ASPECTOS FÍSICOS DA ÁREA USUCAPIENDA

17. Pelo "Memorial Descritivo", elaborado por
- CONTINUA



665



- CONTINUAÇÃO - pág. 14.

profissional habilitado (DOC 99), observa-se a seguinte descrição:

"O marco 1 está cravado à margem direita da Rodovia DF-150 (DF-007), a 40m de seu eixo (sentido Brasília-Fercal), no local em que este imóvel faz divisa com o Condomínio Jardim América; desse marco, segue com azimute $60^{\circ} 59' 28''$ e distância de 319,25 m até o marco 2; daí, segue com azimute $146^{\circ} 38' 52''$ e distância de 98,80 m até o marco 3, dividindo do marco 1 ao 3 com o Condomínio Jardim América; daí, segue com azimute $243^{\circ} 16' 29''$ e distância de 326,07 m até o marco 4, dividindo com a Chácara do Japonês; daí, segue com azimute $330^{\circ} 22' 29''$ e distância de 85,53 m até o marco 1, início da presente descrição, dividindo com a faixa de domínio da Rodovia DF-150 (DF-007), fechando um polígono de forma irregular com área de 2,9653 ha".

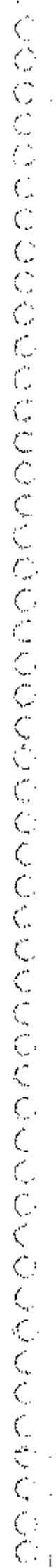
E o mesmo Memorial ainda descreve a constituição da Área:

"CONSTITUIÇÃO: A referida CLEBA RURAL é constituída de 31 (trinta e uma) frações ideais, somando uma área de 2,0547 ha, ou seja, 69,29% da área total, sendo que a área restante de 0,9106 ha, ou seja 30,71%, é destinada aos arruamentos internos e às benfeitorias de uso comum dos titulares de direito".

18.

Assim, observa-se que ao lado esquerdo e ao fundo, postando-se de frente à área, vendo-se ao fundo a cidade satélite de Sobradinho, o CONDOMÍNIO limita-se com o CONDOMÍNIO JARDIM AMÉRICA; à frente, com a própria Rodovia DF-150; e ao lado direito, com a CHÁCARA DO JAPONÊS. Estes são os LIMITES e CONFRONTAÇÕES. Por ser uma área muito pequena (há Condomínios com 40, 50 e muito mais hectares), o Condomínio Residencial "Meus Sonhos" é de fácil mensuração, não despertando maiores constatações, exceto que a imprensa o tem considerado o mais bem planejado e urbanizado de Brasília (DOCs 100 e 101).

- CONTINUA



6668

- CONTINUAÇÃO - pág. 15.

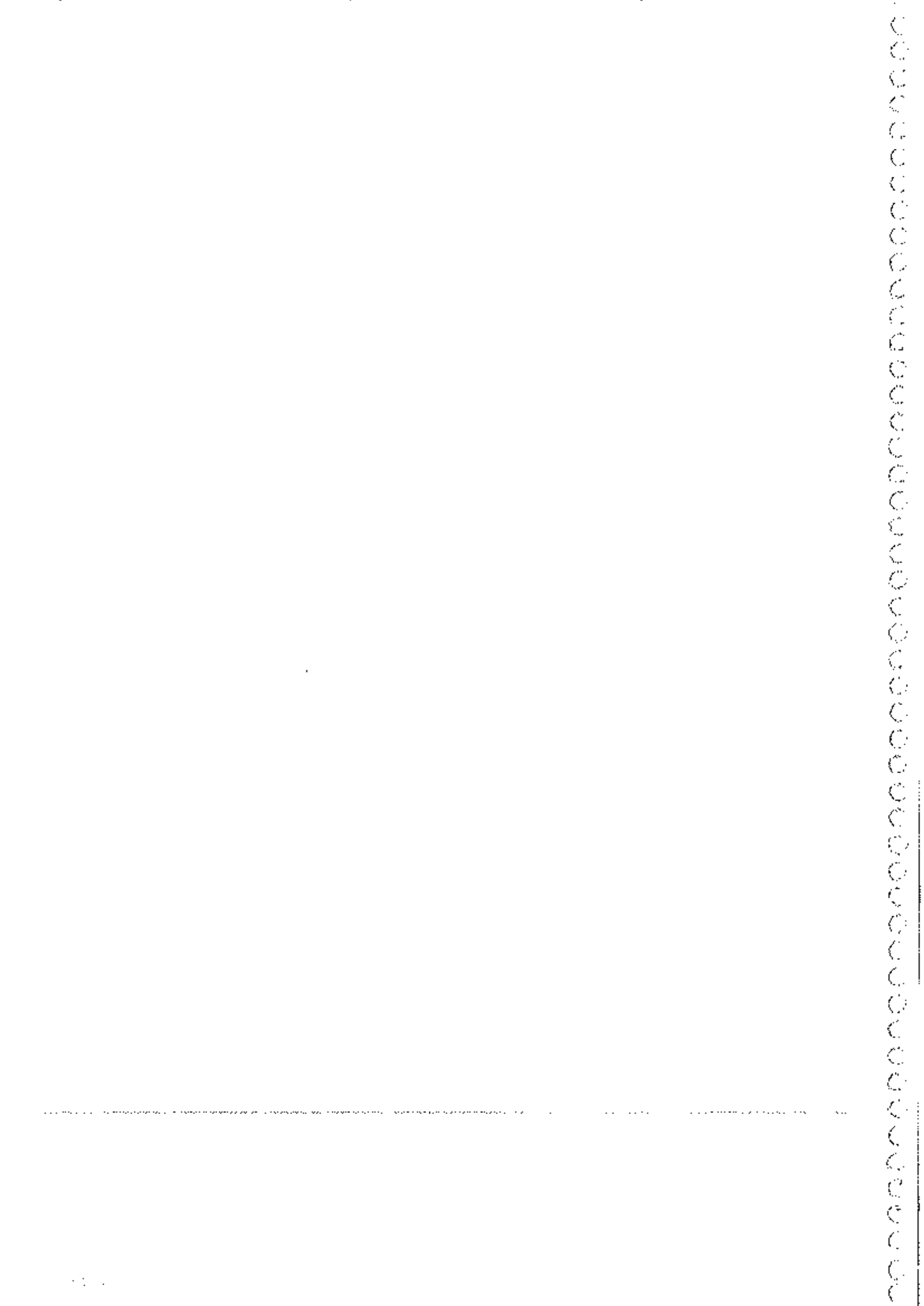
VI - DA CONSTITUIÇÃO DO CONDOMÍNIO. ASPECTOS LEGAIS

19. Como anteriormente registrado, a própria proliferação de Condomínios na proximidade da "Chácara Meus Sonhos" levou seus possuidores a encetar um projeto de loteamento entre amigos, com o fito de melhor aproveitamento da área, eis que a criação de animais ou mesmo plantio e piscicultura se mostravam impertinentes para o local, à medida que mansões de classe média se construíam nos seus limites. Assim, empôs alienar a maioria dos Lotes, os próprios adquirentes, com vistas à melhor ocupação da área e estabelecendo regras mínimas para um convívio social proveitoso a todos, decidiram fundar o "CONDOMÍNIO RESIDENCIAL 'MEUS SONHOS'", o que ocorreu no dia 13 de julho de 1991, conforme Ata de Fundação, cópia anexa (DOC 102), ocasião em que foi aprovada CONVENÇÃO DO CONDOMÍNIO (DOC 01), cujo extrato e retificação foram publicados, respectivamente, no "Diário Oficial da União" dos dias 19 e 31 OUT 91, pp. 21.201 e 24.313, Seção I (DOCs 02 a 03).

20. Evidentemente, a criação do Condomínio inseriu-se na firme expectativa antanho dominante, de que os Condomínios Rurais seriam regularizados, até porque essa promessa, registrada em Cartório, integrava a "bandeira" da Campanha do Governador JOAQUIM RORIZ. Com o tempo, de fato, vieram a lume várias normas do Distrito Federal, que, à uma, deixavam claro que a regularização seria inevitável, pelo que foi permitida a instalação de luz elétrica nos Condomínios Rurais, qualquer que fosse sua situação (Lei nº 122, de 12 SET 90), e, posteriormente, foram estabelecidos mecanismos jurídicos para a regularização dos Condomínios. Nesse contexto salienta-se o trabalho da Comissão criada pelo Decreto 14.762/93, destinada a estudar a situação dos Condomínios e indicar aqueles julgados "regularizáveis", sendo certo que a primeira relação publicada, no "Diário Oficial do Distrito Federal", do dia 30 SET 93, indicava o "CONDOMÍNIO RESIDENCIAL 'MEUS SONHOS'", como apto a habilitar-se e prosseguir com o processo de regularização (DOC 103).

21. O CONDOMÍNIO, desde a sua fundação, deflagrou uma sistemática busca de inserção no convívio social distrital de forma plena, tendo sido inscrito no CGC (MF) sob o nº 26.510.321/0001-20, e aderido, desde seus primórdios, à defesa do Meio Ambiente, reservando área bastante ex-

- CONTINUA



- CONTINUAÇÃO - pág. 16.

pressiva de seu pequeno 'território' para finalidades ecológicas, como consta dos arts. 19, letras "b" e "c", e 69, da Convenção.

22. Ainda, por oportuno, menciona-se que a criação do Condomínio não foi presidida por qualquer cariz de exploração financeira e muito menos de ilegalidade ou simulação, pois até mesmo o extrato da Convenção foi publicada no "Diário Oficial da União", Seção I, como dito anteriormente. Nada foi feito escondido, até porque o lapso vintenário se cumprira sem que houvesse qualquer moléstia, da parte de particulares, à posse. O fato é que o Condomínio consolidou-se e ali residem os Condôminos que, não possuindo casa própria, precisavam deixar o galopante preço nos alugueres, além de auferirem vantagens outras, como a relativa segurança que se pode obter em residências abrigadas por algum dispositivo de guarda.

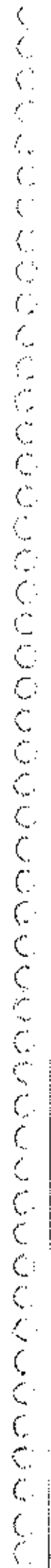
VII - DO DIREITO - SEGUNDA PARTE

23. Conforme já tratado no item I, "Da Questão das Terras do Distrito Federal", a questão dos Condomínios Rurais de Brasília tornou-se matéria bastante discutida na Câmara Legislativa do Distrito Federal, tendo sido promulgadas duas Leis específicas sobre o tema (Leis 353/92, arts. 54 a 62; e 694/94). No tocante a esta Ação de Usucapião, o que interessa, nesse contexto, é a invocação dos aspectos constitucionais autorizadores da regularização, conforme citação do art. 182, da Carta Política, bem como de outros dispositivos pertinentes (art. 30, VIII). A autonomia conferida ao Distrito Federal, que possui competência legislativa tanto dos Estados quanto dos Municípios (art. 32, § 1º, da CF), assegura-lhe, inclusive, a competência de transformar, por lei, áreas rurais em áreas urbanas. Esse tema, aprende-se do saudoso Mestre HELY LOPES MEIRELLES:

"A jurisdição sobre as terras rurais é da União, através do INCRA (Dec. 97.886, de 28.6.89), e sobre os terrenos urbanos ou urbanizáveis é do Município (CF, art. 30, VIII), que pode transformar, por lei, áreas rurais em urbanas, desde que atenda aos requisitos mínimos estabelecidos no art. 32 da CF...

"Para a fixação do perímetro urbano o Município não depende de concordância da União,

- CONTINUA -



6687



- CONTINUAÇÃO - pág. 17.

bastando que satisfaça os requisitos legais para a urbanização da área, promulgue a lei local e comunique ao INCRA e aos registros imobiliários, para as competentes averbações" ("DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO", São Paulo, Nulheiros Editores, 18^a ed., pp. 456/457).

24. E a busca de uma solução, para o registro dessa terra, seja em forma de Condomínio, seja de forma individualizada, passa, necessariamente, pela Ação de Usucapião, que, conforme a Lei e a Doutrina, é o instrumento adequado para a titularização e registro. Diante da situação do imóvel, atualmente, a saber, nele está constituído um CONDOMÍNIO RESIDENCIAL e a própria área, de toda a chamada "Fazenda Paranoazinho", ter sido decretada como de expansão urbana, pelo Governo do Distrito Federal (Decreto nº 12.898, de 13 DEZ 90), não foi mais pertinente utilizar-se do USUCAPIÃO ESPECIAL, previsto na Lei nº 6.969, de 10 DEZ 81, mas cabível a via do USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO, que alberga, plena e perfeitamente, a pretensão do CONDOMÍNIO AUTOR e demais COMPOSSESSORES. Nesse diapasão, a diferença entre os dois constitutos, formulada no brilhante trabalho de NELSON LUIZ PINTO:

"Essa espécie de usucapião distingue-se do extraordinário, porque, para este, a lei aboliu alguns dos requisitos essenciais ao usucapião ordinário, estendendo, em contrapartida, o lapso de tempo necessário para sua configuração (...) para o usucapião extraordinário, basta a posse, e que seja ela 'animus domini', contínua e incontestada, prolongando-se durante um determinado espaço de tempo..." ("AÇÃO DE USUCAPIÃO", Ed. Revista dos Tribunais, p. 46).

25. Como um fato irreversível no Direito, a constituição de Condomínios, pelo menos em nossa Capital Federal, está a reclamar do intérprete da Lei, a mesma visão de SAUVILLI, em sua famosa obra "Les Méthodes Juridiques", contendo suas aulas no Collège Libre des Sciences Sociales, em 1910, citada por CARLOS MAXIMILIANO em sua fidedigna obra, de todos acatada, "HERMENEUTICA E APLICAÇÃO DO DIREITO", pela sua natureza permanente e autorizada, apesar dos seus 70 anos de

- CONTINUA -

.....

.....

- CONTINUAÇÃO - pág. 18.

publicada, na qual lemos, como os comentários do seu
doso Autor pátrio:



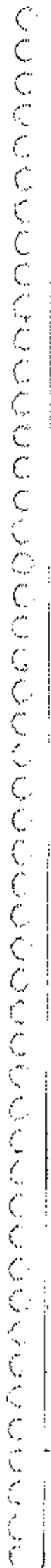
"As mudanças econômicas e sociais constituem o fundo e a razão de ser de toda a evolução jurídica; e o Direito é feito para traduzir em disposições positivas e imperativas toda a evolução social. Como, pois, recusar interpretá-lo no sentido das concepções sociais que tendem a generalizar-se e a impor-se?

"Não queremos o arbítrio do juiz. Não o admitimos por preço nenhum. Pretendemos, entretanto, quando a lei não ordene com uma certeza imperativa, que o magistrado possa marchar com o seu tempo, possa levar em conta os costumes e usos que se criam, idéias que evoluem, necessidades que reclamam uma solução da justiça'.

É diante dos fatores sociais a serem considerados pelo intérprete, MAXIMILIANO evoca vários autores, para formar a seguinte conclusão:

"Toda ciência que se limita aos textos de um livro e despreza as realidades é ferida de esterilidade'. 'Cumpra ao magistrado ter em mira um ideal superior de justiça, condicionado por todos os elementos que ingoformam a vida do homem em sua comunidade'. 'Não se pode conceber o Direito a não ser no seu momento dinâmico, isto é, como desdobramento constante da vida dos povos'. A própria evolução desta ciência realiza-se no sentido de fazer prevalecer o interesse coletivo, embora timbre a magistratura em o conciliar com o do indivíduo, ATÉ MESMO RELATIVAMENTE AO DOMÍNIO SOBRE IMÓVEIS A DOCTRINA MUDOU: HOJE O CONSIDERA FUNDADO MAIS NO INTERESSE SOCIAL DO QUE NO INDIVIDUAL: O DIREITO DE CADA HOMEM É ASSEGURADO EM PROVEITO COMUM E CONDICIONADO PELO BEM DE TODOS. Eis porque os fatores sociais passaram a ter grande valor para a Hermonêutica...

- CONTINUA -



.....

- CONTINUAÇÃO - pág. 19.

" O Direito constitui apenas um fragmento da nossa cultura geral, que é particular e inseparavelmente ligada às correntes de idéias e necessidades éticas e econômicas". Não basta conhecer os elementos lógicos tradicionais: opte-se, na dúvida, pelo sentido mais consentâneo com as exigências da vida em coletividade e o desenvolvimento cultural de um povo; atenda-se também à praticabilidade do Direito" (Op. cit., Forense, 10^a ed., 1988, pp. 159/160 e 158).

26. Em face dessa postura bem identificada com a matéria submetida aqui ao ESTADO-JUIZ, mister evocar os ditames da Constituição Federal também sobre o direito de propriedade, assegurado no art. 5º, inciso XXII, não poder ser encarado de forma absoluta, máxime em se tratando de imóvel abandonado, ao que parece, lá no início do século, pois, é também a Constituição que garante, no mesmo artigo 5º:

"XXIII - a propriedade atenderá a sua função social".

Por isso, a facilidade do procedimento de usucapião. Quem não precisa da terra, não pode retê-la, pois estaria a trabalhar contra os interesses da Humanidade. O lapso de 20 (vinte) anos, ininterruptos, de modo pacífico, com o animus domini, assegura aos AUTORES, sem sombra de dúvida, o reconhecimento do domínio sobre o imóvel, independentemente de qualquer cantilena processual que pudesse ser ensaiada por supostos interessados, que, aliás, nada fizeram nessas duas décadas, ficando em aberto o fato de que os sucessores do Sr. JOSÉ CÂNDIDO DE SOUZA se encontram em lugar incerto e não sabido, possivelmente em SÃO PAULO, onde ele falecera, conforme informação disponível. Estado o patrono desta Ação a viajar à Capital paulista, posteriormente informará ao Juízo o que de interesse obtido.

27. A análise colhida da lição de CARLOS MAXIMILIANO, dantes tratada, visa a demonstrar que a questão dos Condomínios integra o cotidiano do Distrito Federal, com repercussões em várias esferas da vida político-social distrital. No caso específico desta Ação de Usucapião Extraordinário, os Autores - o CONDOMÍNIO e os CONDOMINOS, por si - considerando

- CONTINUA -



- CONTINUAÇÃO - pág. 20.

os fatos e o Direito, pretendem obter a tutela jurisdicional para, diante do Processo de Regularização em andamento, cópia anexa (DOC 104), poderem atender a exigência de a área do Condomínio vir a ser registrada no Cartório de Registro de Imóveis, conforme documento encaminhado ao CONDOMÍNIO pelo Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal, cópia anexa (DOC 105).

28. Portanto, o CONDOMÍNIO RESIDENCIAL "MEUS SONHOS" e, de per si, cada um dos CONDÔMINOS, vêm perante o ESTADO-JUIZ buscar o abrigo jurisdicional para ver reconhecido do seu justo direito, uma vez que, pela regra insculpida nos arts. 550, 551 e 552, da Lei Substantiva Civil, todos juntos, como possuidores, dentro da cadeia de posse vintenária, pretendem que esse direito dominical lhes seja declarado por sentença, que servirá de título para a transcrição no registro de imóveis.

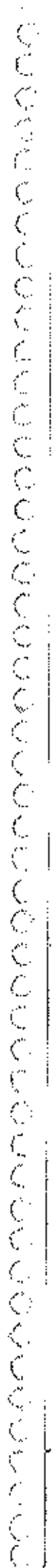
VIII - DO PEDIDO

EX POSITIS, requerem a Vossa Excelência seja designada prévia audiência de justificação de posse, do imóvel descrito nesta peça inicial (Item V), juntando-se, anexo, o necessário Rol de Testemunhas.

Requerem, ainda, a citação pessoal do suposto Representante Legal e Inventariante do Espólio de JOSÉ CÂNDIDO DE SOUZA e MARIA ANGÉLICA FERREIRA DA ROSA E SOUZA, como possível Cessionário, a saber, o Sr. TARCÍSIO MÁRCIO ALONSO, no endereço informado ao pòrtico desta petição, para, querendo, comparecer à audiência de justificação e, após, contestar a presente Ação, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato.

Requerem, porém e desde logo, que, não podendo o citado e alegado Representante, comprovar a condição que assumiu, inclusive se pairarem dúvidas sobre sua idoneidade, já que conditio sine qua non para o exercício dessa função, à luz do art. 990, inciso VI, do Código de Processo Civil, que seja determinada a citação editalícia dos Herdeiros, uma vez se, até então, não for conhecido o seu paradeiro; e que, de qualquer forma, se dativo o suposto Inventariante, sejam todos os Herdeiros citados para compor a lide, na condição de réus, conforme preceitua o art.12 § 1º, do CPC.

Requerem, ademais, a citação por Edital de
- CONTINUA -



672

- CONTINUAÇÃO pág. 21.

Terceiros interessados - ausentes, incertos e desconhecidos.

Requerem, outrossim, a citação pessoal dos confinantes a seguir enumerados, para também responderem à presente Ação de Usucapião Extraordinário, sob as penas da Lei:

a) CONDOMÍNIO JARDIM AMÉRICA, situado à Rodovia DF-150, Km 3,5 - Área de Expansão Urbana de Sobradinho - DF, na pessoa do seu ilustre Síndico; e

b) CHÁCARA KOICHI - Rodovia DF-150 Km 3,5, representada por TEOTÔNIO DO NASCIMENTO - Cédula de Identidade nº 19.561-SSP/DF.

Requerem, também, a notificação, mediante AR, do douto Representante da Fazenda Pública.

Requerem, ainda mais, a intimação das seguintes Autoridades:

a) Representante da União Federal, para pronunciar-se sobre o interesse no feito, o que, evidentemente, não desloca a competência do foro pleiteado (aplicação analógica da Súmula 11, do Egrégio Superior Tribunal de Justiça);

b) Representante do Ministério Público, para acompanhar o feito;

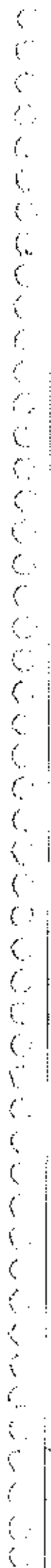
c) Procurador do Distrito Federal, para explicitar se há interesse no feito;

d) Representante Legal das Empresas Públicas do Distrito Federal, in casu, a Companhia Imobiliária de Brasília-TERRACAP e a Companhia Energética de Brasília-CEB, para expressarem seu interesse, ou não, no presente feito.

Protestam pela produção de todas as provas em direito admitidas, a serem especificadas oportunamente.

Por último, requerem a PROCEDÊNCIA DO PEDIDO, para o fim de declarar que a área onde está erigido o CONDOMÍNIO RESIDENCIAL "MEUS SONHOS" é de propriedade de cada um dos CONDÔMINOS, seja com relação a cada um dos Lotes individualizados e autônomos; seja no tocante à Área Comum do CONDOMÍNIO, a qual, se não reclamada pelo Distrito Federal, na forma da Legislação específica, integrará, como até hoje, o patrimônio

CONTINUA -



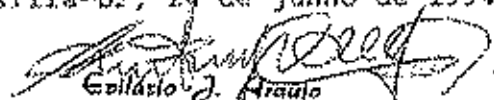
- CONTINUAÇÃO - pág. 22.

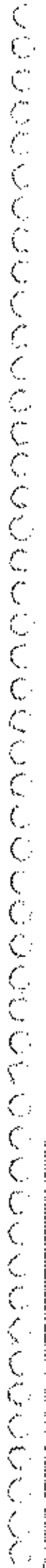
ideal do CONDOMÍNIO, que também é possuidor de uma área onde se encontra construída a Casa do Zelador, medindo a área privativa desse imóvel 200 (duzentos) metros quadrados, cuja propriedade também requerem lhes seja declarada, sendo reconhecido e declarado, em cada caso, o DOMÍNIO PLENO E INCONTESTE SOBRE TODA A ÁREA DO CONDOMÍNIO, ou seja, os quase três hectares, ou mais precisamente, 2,9653 (dois vírgula nove seis cinco três) hectares, de forma que possa cada Lote vir a ser escriturado na forma da Lei, expedindo-se a competente Comunicação ao Cartório de Registro de Imóveis, para os fins de direito, em nome de cada CONDOMÍNO, ou se Área Comum, do CONDOMÍNIO.

Termos em que, distribuída e autuada a presente Ação com os documentos que a instruem, condenados os vencidos nos consectários da sucumbência, e dando ao valor da causa a importância de 1.000.000,00 de URVs (um milhão de Unidades Reais de Valor), considerando-se o seu valor venal (RJTJ ESP 114/363),

pedem e esperam deferimento.

Brasília-DF, 24 de junho de 1994.


Ellias J. Araujo
ADVOGADO
O/C Nº 20.350/401-11
OAB/DF 6697



ROL DE TESTEMUNHAS

a) MANUEL IONEIDE FONSECA, residente e domiciliado na "CHÁCARA DO FONSECA" - Rodovia DF-150, Km 3,5 - Área de Expansão Rural de Sobradinho, portador da Cédula de Identidade nº 090.068-SSP/DF, e CIC 004.077.551-87;

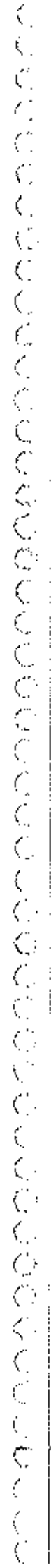
b) LIONEAS PEREIRA AIRES, residente e domiciliado à Rua 04 Lote 06 - Planaltina de Goiás (Brasilinha), portador da Cédula de Identidade nº 101.501-SSP/DF, e CIC nº 226.175.311-04;

c) ABRÃO SOARES COSTA, residente e domiciliado na OE 34 Conj. "R" Casa 04 - Guarã II - DF; portador da Cédula de Identidade nº 489.412-SSP/DF; e CIC nº 214.742.651-20;

d) ANTÔNIO FERNANDES QUIRINO DE SOUZA, residente e domiciliado no SHCE Quadra 703 Bloco "I" Ap. 402, Cruzeiro Novo; portador da Cédula de Identidade nº 426.688-SSP/DF e CIC nº 119.637.191-15;

e) YOLANDA SILVA RIBEIRO, residente e domiciliada na SQN 310 Bloco "L" Ap. 302 - Brasília - DF; e

f) JOÃO MARIA DANTAS DA COSTA, residente e domiciliado (não é Condômino) no CONDOMÍNIO RESIDENCIAL "MEUS SONHOS", Rodovia DF-150, Km 3,5, Lote 07.



6758

GOV. DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE FINANÇAS E ECONOMIA DA FAZENDA		TCEC		DS	MICROFILME
TAXAS, CUSTAS, EMOLUMENTOS E CONTRIBUIÇÕES					
GUIA DE RECOLHIMENTO					
01	CONTRIBUINTE OU INTERESSADO	RECEITA	CÓDIGO	VALOR	
	DOMÍNIO RESIDENCIAL "MEUS SONHOS" Rod. DF-150 Km 3,5 - SOBRADINHO BRASÍLIA DF	TAXA DE REGISTRO DE ATOS JUDICIAIS, TÍTULOS DE CARTÓRIOS, QUANTIDADES OU NÃO DE ATOS JUDICIAIS, TÍTULOS DE CARTÓRIOS, QUANTIDADES OU NÃO DE ATOS JUDICIAIS	230		
		CUSTAS PERTENCENTES AO ESTABECIMENTO DE REGISTRO DE ATOS JUDICIAIS	244		
		CARTAS DE REGISTRAÇÃO DE ATOS JUDICIAIS	304		
		CARTAS DE PREVIDÊNCIA DAS DETENTAS NÃO OFICIALIZADAS	318		1,29
		TAXA DE FISCALIZAÇÃO E DESEMPENHO	167		
		TAXA DE REGISTRO DE ATOS JUDICIAIS	426		
		TAXA DE AGREVIAMENTO	349		
		EMOLUMENTOS EM JUÍZA GONCALVES	370		
		TAXA DE REGISTRO E DESEMPENHO	184		
		TAXA JUDICIAL (REGISTRO E DESEMPENHO)	261		
		TOTAL	977		
				02 CARIMBO PADRONIZADO DO BANCO, 29	
				1ª VIA - SEGR. FAZENDA 2ª VIA - CONTRIBUINTE 3ª VIA - CONTRIBUINTE 4ª VIA - CONTRIBUINTE	
				2ª VIA CONTRIBUINTE	
				AUTENTICAÇÃO MECÂNICA 04	

SERVIÇO DE REGISTRO DE ATOS JUDICIAIS
 Rua 150 Km 3,5 - Sobradinho - Brasília - DF
 Tel. (061) 304-1111

157 700 1882 94 01 12980754

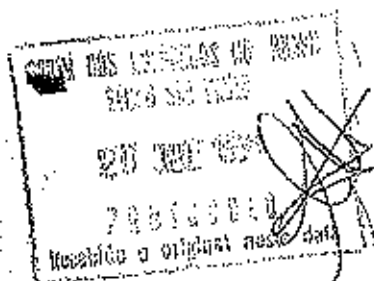
100

100

EVILASIO DE JESUS ARAUJO
ADVOCACIA GERAL

676 f

Excelentíssimo Senhor Doutor Advogado Presidente da Ordem dos
Advogados - Seção São Paulo.

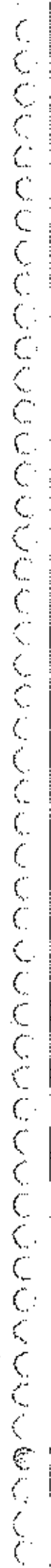


Tenho a elevada honra de dirigir-me ao Ilustre Colega, cumprindo formalidade determinada no Estatuto de nossa veneranda Ordem, com o fito de comunicar que estou peticionando no Processo nº 20.46Q/37, em trâmite na honrada e digna Primeira Vara de Família, Órfãos e Sucessões - Capital, sendo esta a minha primeira atuação profissional na jurisdição da OAB/SP no ano em curso.

Colho a oportunidade para apresentar a V.Exa. meus protestos de elevada estima e consideração.

São Paulo-SP, 20 de julho de 1994.


EVILASIO DE JESUS ARAUJO
Advogado - OAB/DF 5.868



07

Em 25 de Julho de 1994

faço estes autos conclusos a MM. Juiza de Direito, Dra. MARIA DE LOURDES RACHID VAZ DE ALMEIDA.

Eu, [Signature] Esc. subst.

Proc. n.º 20460

Digam os interessados.

Int.

S. P. 07 de 07 de 1994

MARIA DE LOURDES RACHID VAZ DE ALMEIDA
Juiza de Direito

RECEBIMENTO

Em 25 de 07 de 1994

re. ai l. p. [Signature] n.º despacho supra

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a cópia do despacho de n.º 677, foi enviada ao [Signature] Oficial em 27/07/94 e publicado em 02/08/94, ficando as partes devidamente intimadas.

fls. 169

Em 02 de 08 de 1994

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé, que decorreu o prazo de 10 dias para manifestação dos interessados em conformidade com a publicação de fls. supra em 23 de 08 de 1994

[Signature]

CONCLUSÃO

Em 24 de agosto de 1994

faz estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito
Dr. RENATO DE SALLES ABREU FILHO.

Eu, [assinatura] Escr. subscr.

n. 20.460

Expeça-se Carta de Aviso de Recebimento ao Inventariante com o prazo de cinco (5) dias a fim de que se manifeste sobre o teor da petição de fls. 620/623 do Condomínio Residencial "Meus Sonhos" e esclareça, também, sobre o cumprimento da precatória remetida à Comarca de Brasília-Distrito Federal- para o recolhimento dos tributos devidos.

Int.

SP, 24/08/1.994

RENATO DE SALLES ABREU FILHO
Juiz de Direito

RECEBIMENTO

Em 24 de agosto de 1994

recebi estes autos com o despacho

supra

Eu, [assinatura] Escr. subscr.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a cópia do despacho de fls. 677 foi arquivada no dia 29/08/94

em 01/09/94, ficando as partes devidamente intimadas.

Em 01 de setembro de 1994

Eu, [assinatura] Escr. subscr.

fls. 151

CONSULTA

678
Consulto V.Exs. sobre o cumprimento do r. despacho de fls. 677 verso, pois, revendo estes autos constatai que o inventariante, Sr. Tarcisio Márcio Alonso, é residente e domiciliado na Cidade de Brasília - Distrito Federal. Assim sendo, promovo estes autos à conclusão para novas determinações de direito. Eu, Angela Aranha Melo, Escrevente, subscrevi.

CONCLUSÃO

Em 08 de 09 de 1994
faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito
Dr. RENATO DE SALLES ABREU FILHO.
Eu, Angela Aranha Melo Escre. subscr.

p. 20.460

Consulta supra: depreque-se à Cidade de Brasília-Distrito Federal- a fim de que o Sr. Inventariante tome as providências necessárias.

Int.

SP, data supra

RENATO DE SALLES ABREU FILHO
Juiz de Direito

RECEBIMENTO

Em 08 de 09 de 1994
recebi estes autos nos autos do despacho supra

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a cópia do despacho de fls. 678, foi entregue ao Sr. Tarcisio Márcio Alonso em

12/09/94

15/09/94

intimadas.

Em 15 de 09 de 1994

1994

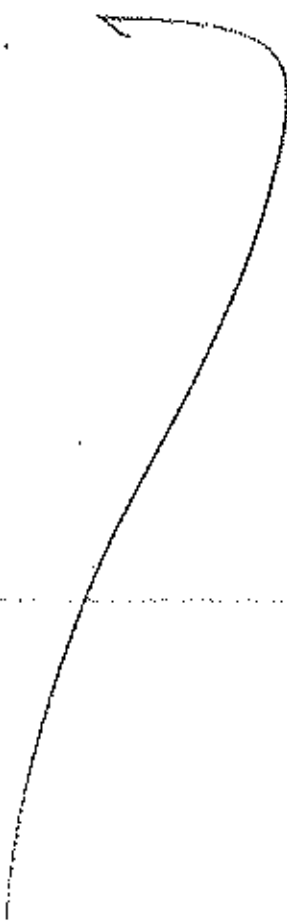
fls. 15c

CERTIDÃO

Certifico e dou fe hágor expedido a Carta
Precatória (R. 478) de 16 de 09 de 1994
Em 16 de 09 de 1994
Em. subsc.

JUNTADA

Em 16 de 09 de 1994, com Ofício
junto a estes autos de carta
precatória de 16 de 09 de 1994
Em. subscr





PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

Comarca São Paulo - Capital

1.ª Vara da Família e das Sucessões - Central

FÓRMULAS JOÃO MENDES JR.
1.ª Vara de 1.ª. Cl. Fam. - Capital
MAY R. O. BITTENCOURT MARQUES
Escritor Público Substituto
Fon: 262-0400 ramal 1159
São Paulo - Capital

CARTA PRECATÓRIA	PRAZO PARA CUMPRIMENTO: DIAS
	PROCESSO Nº 20.460
	VALOR DA CAUSA:

DISTRIBUIÇÃO	ADVERTÊNCIA

DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA Primeira Vara da Família e das Sucessões - Central

DEPRECADO: JUÍZO DE DIREITO DA Comarca de Brasília - Distrito Federal

DESPACHO

Consulta supra: depreque-se à Cidade de Brasília - Distrito Federal a fim de que o Sr. Inventariante tome as providências necessárias.

Int.
SP., data supra.

O Exmo. Sr. Dr. Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida
Meritíssimo Juiz de Direito da Primeira Vara da Família e das Sucessões Central
Estado de São Paulo, na forma da lei, etc.

FAZ SABER ao Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Brasília - Distrito Federal a qual esta for distribuída, que, perante este Juízo e respectivo Cartório se processam os termos e atos de ação: de Inventário dos bens deixados por falecimento de JOSÉ CÂNDIDO DE SOUZA

tudo de conformidade com as peças que seguem, as quais ficam fazendo parte integrante desta.

FINALIDADE
Intimação do inventariante na Comarca de Brasília, Distrito Federal, para se manifestar juntamente com os demais interessados quanto ao teor da petição de fls. 620/623 do Condomínio Residencial "Meus Sonhos" e esclarezça, também, sobre o cumprimento da precatória remetida à Comarca de Brasília - Distrito Federal - para o recolhimento dos tributos devidos, datada de 18/08/92 e reiterada em 06/12/93

continua no verso

PESSOAS QUE DEVERÃO SER CITADAS (OU INTIMADAS)

O inventariante, Sr. Tarcisio Marcio Alonso, residente à, digo, no SMUDN, conjunto nº 13, casa nº 10, na Cidade de Brasília, Distrito Federal.

PROCURADORES: FUNCIONAM COMO PROCURADORES E ADVOGADOS, OS DRS.:

Dr. Mauro Rafael Vido (O.A.B./SP. nº 60.202)

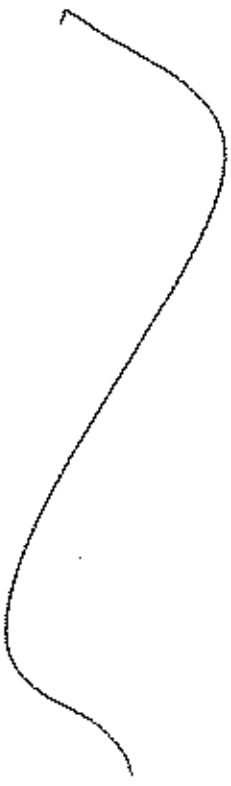
ENCERRAMENTO: Assim, pelo que dos autos consta, expediu-se a presente, pela qual depreco a Vossa Excelência qua, após exercer o seu respeitável "cumpra-se", se digne determinar as diligências para o seu integral cumprimento, com o que estará prestando relevantes serviços à Justiça. Cada e passada nos ta cidade e Comarca de São Paulo aos 16 de setembro de 1994. Eu, (ANGELA APARECIDA MELO) Escrevente que a datilografiei. Eu, (JAQY R.O. BITEENCOURT MACHADO) m. 30.737, a conferi e subscrevo.

Certifico, sob autentica assinatura
da(s) Dr. (a)
Machid Vaz de Almeida
Veríssimo Juiz de Direito
da 1ª Vara da Família e Sucessões
Central
Em 16 de setembro de 1994
Jaoy R. O. B. Machado m. 30.737
Escrivão(a) Diretora

MARIA DE LOURDES MACHID VAZ DE ALMEIDA
Juiz(a) de Direito

Acompanham a presente _____ folhas por mim, _____, rubricadas.

6807



Em 23 de **JUNTA D**
 09 de 1994
 Juiz a estes autos **proferido** ref. **Carta**
Precatória (fl. 679) segue. **Primeiro Ofício**
 Ex. **terceiro.**



PODER JUDICIÁRIO
 Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

6807

EXPEDIDOR: Primeiro Ofício da Família e das Sucessões - Central	
REMETE: Carta Precatória ref. ao Proc. 20.460- Inv. de (OBJETO) JOSÉ CÂNDIDO DE SOUZA - 1ª seção	
DESTINATÁRIO: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE BRASÍLIA	GRUPO
ENDEREÇO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL PRASA DO BURITI BLD 1320	
CIDADE: BRASÍLIA 71.260.0700094-9002	ESTADO DF.
RECEBIMENTO ____/____/99	ASSINATURA OU CARIMBO

JUNTADA

En 30 de 09 de 2004. ante Oficial
junto a estos señores. protocolo ref.
Carta Presentación según. El Lago este terreno.
En _____

6818

7



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

6818

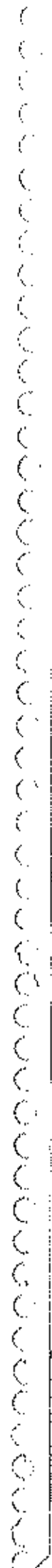
EXPEDIDOR: Primeiro Ofício da Família e das Sucessões - Central	
REMETE: Carta Precatória ref. ao Proc. 20.460- Inv. de (OBJETO) JOSÉ CÂNDIDO DE SOUZA - 1ª seção	
DESTINATÁRIO: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE BRASÍLIA	GRUPO
ENDERECO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL PRAÇA DO BURITI, BI D-2	
CIDADE: BRASÍLIA CEP 70094-900	ESTADO: DF.
RECEBIMENTO 1 / 19	26 SET 1994 ASSINATURA OU CARIMBO

50.01.001

7

.....

.....



682X

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé, que decorreu o prazo de
lei p/ manifest. dos interessados sendo conformes
 a *Junta* de fls. *678 v.*
 São Paulo, 04 de *11* de 19*94*

CONCLUSÃO

Em 08 de novembro de 1994,
 lido estes autos com o Sr. JUIZ de Direito
 Dr. RENATO DE SALLES ABREU FILHO.
 Eu _____ Espr. subscr.
 p. 20.460

Aguarde-se em Cartório pelo
 prazo de trinta (30) dias as providên-
 cias que se fizerem necessárias.

Se nada for requerido, tor-
 nem conclusos. Int.

SE, data supra

RENATO DE SALLES ABREU FILHO
 Juiz de Direito

RECEBIMOS

Em 08 de 11 de 1994
 recebi estes autos com *o despacho suprac*
 Eu _____ Espr. subscr.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a *lei* de fls. *682*
 foi lida no dia *11/11/94* e *21/11/94*
 e os autos foram conclusos
 em 21 de 11 de 1994
 Eu _____ Espr. subscr.

fls. 117

VOTO EM SEPARAÇÃO
Em 18 de Junho de 1914
[Signature]

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé, que decorreu o prazo de
15 dias para manifestação de interesse, observado conforme
publicação de Sr. netas
São Paulo, 14 de Junho de 1915
[Signature]

[Large handwritten mark]

683
7

CONCLUSÃO

Em 15 de 02 de 1995

faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito
Dr. MARIO ANTONIO SILVEIRA.

El feço este termo.

Eu, [Signature] Escr. subscr.

Processo n.º 20.460

Nada requerido em 10 dias.

arquivada-se Int.
São Paulo 15 de 02 de 1995.

MARIO ANTONIO SILVEIRA
Juiz de Direito

RECEBIMENTO

Em 15 de 02 de 1995
recebi estes autos com as despacho supra

Eu, [Signature] Escr. subscr.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a cópia do despacho
de fls. 683 foi enviada ao MM. Juiz de Direito em
20/02/95 e por
24/02/95, ficando os autos
devidamente intimados.

Em 24 de 02 de 1995
Eu, [Signature] Escr. subscr.

fls. 153

[Large Handwritten Mark]

JUNTADA

Em 08 de 03 de 1995 neste Ofício
junto a estes autos petição
_____ de alg. 7 logo esse termo.
In _____ Escr. rubrica

6848

Mauro Rafael Vido
ADVOGADO

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL.

PROCESSO Nº 20.460
INVENTÁRIO

J. Conforme Port. Conjunta nº 1/81:
dos MM. Juizes da Vara da Família
e Sucessões.
Em 07 de 3 de 1995

DETERMINAÇÃO
Nº 13336-201092

TARCÍSIO MÁRCIO ALONSO, inventariante nos Autos de Sobrepartilha, apenso aos Autos de Inventário, processo nº 20.460, em virtude do falecimento de JOSÉ CÂNDIDO DE SOUZA, vem, à presença de V. Exa., por seu procurador, requerer o que segue:

1. O inventariante reitera a cobrança da devolução da Carta Precatória remetida à comarca de Brasília - Distrito Federal, devidamente cumprida (fls. 537), bem como, ofício remetido por meio do Tribunal de Justiça (fls. 618), vez que não satisfeita esta fase processual, não se pode praticar os atos subsequentes.

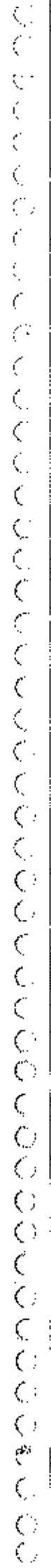
Por último, informa o inventariante, que a pretensão do indigitado Condomínio Residencial "Meus Sonhos", como menciona seu próprio representante, encontra-se "sub-judice" sendo inútil sua linguagem agressiva e desrespeitosa.

Termos em que
P. deferimento.

São Paulo, 06 de março de 1995.

MAURO RAFAEL VIDO

OAB/SP: 60.202.



.....

685
7

CONCLUSÃO

Em 09 de março de 1995,
faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito
Dr. MARIO ANTONIO SILVEIRA.
E faço este termo.
Eu, _____ Escr. subscr.

p. 20.460

1. Cobre-se na forma solici-
tada as fls. 684, im meio.
2. No mais, diga o Condomínio Residencial "Meus Sonhos" quanto à manifestação do Inventariante.

Int.

SP, data supra

MARIO ANTONIO SILVEIRA
Juiz de Direito

RECEBIMENTO

Em 09 de 03 de 1995
recebi estes autos com o despacho supra
Eu, _____ Escr. subscr.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que a cópia do despacho
da fls. 685, foi enviada ao MM. Juiz de Direito em
14/03/95 e publico em
21/03/95, ficando as partes
devidamente intimadas.

fls. 184.

Em 21 de 03 de 1995
Eu, _____ Escr. subscr.

Ciente, dos termos do r. despacho
supra. Retirei os autos para dizer.
Em 20.03.95

[Handwritten signature]

JUNTADA

Em 22 de 03 de 1995, neste Ofício
junto a estes autos petição e
documento que segue. E faço este termo.
Du. _____ Escr. subscr

SALA DOS ADVOGADOS

686ff

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES - CENTRAL.

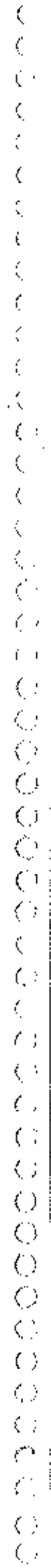
Ref.: Proc. nº 20.460/37.
Ação de Inventário.

J. Gonçalves
Em 21 de 2 de 1995
Juiz de Direito

1ª VARA DE FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES
CENTRAL

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL "MEUS SONHOS", nos autos do feito em epígrafe, atento ao r. despacho de fl. 685, item 2º vem à honrosa presença de Vossa Excelência, com as merecidas homenagens, com o fito de dizer e requerer o quanto segue:

1. Diferentemente do que afirma o pretensor inventariante nos autos do Processo de Sobrepartilha, que flui perante esse preclaro Juízo, os fundamentos da inicial e das falas que lhe seguiram encontram inarredável supedâneo fático-jurídico: documentação juntada no petítório de fls. 620 usque 623, não haver qualquer antinomia gratuita, como tenta fazer crer o Inventariante em sua inane fala de fl. 684.
2. Por oportuno, e visando a robustecer a tese justa e escoreita agitada pelo Condomínio, ora Habilitante, requer a juntada dos inclusos documentos, ao tempo em que esclarece que é irreversível a regularização do Condomínio Residencial "Meus Sonhos", o que, aliás, tem sido objeto de iterativas decisões, em quanto o Governo do Distrito Federal, sim, reconhecendo, de logo, pela via administrativa, essa regularização, conforme preceito até Lei Distrital nº 694, de 08.04.94 (fls. 650/651). Ora, não foi por outro motivo, conforme pode-se ver nos recortes do principal jornal de Brasília - o "Correio Braziliense" -, anexos, que a Administração do DF, no intuito de pacificar, definitivamente, essa importante questão social, que restou resolvida, pelo Poder Legislativo Local, anunciou a regularização, não só deste, mas de todos os relacionados na citada Lei 694/94.



Moradores satisfeitos com a regularização

Pequeno condomínio não reclama por ter de pagar as taxas

Karla Alessa

No Condomínio Men Soubro, um dos 53 que serão regularizados, tudo parece ser perfeito. Desde a sua inauguração, em 1992, as obras foram feitas de acordo com o projeto aprovado de 21 habitações, com 110 metros de frente e 15 metros de fundo de cada unidade habitacional.

A infraestrutura do local foi toda planejada, desde o sistema de esgoto até a rede elétrica. Os moradores não reclamam de nada. Pelo contrário, eles estão satisfeitos com a regularização. "O IPTU é bom para nós porque nos dá segurança em relação às escrituras e para o governo receber mais arrecadação", afirma Felipe, morador do condomínio.

Segundo Felipe, entre os moradores há alguns que não gostam de pagar o IPTU, mas todos esperam que o governo cumpra a sua parte. "O IPTU é bom para nós porque nos dá segurança em relação às escrituras e para o governo receber mais arrecadação", afirma Felipe, morador do condomínio.

versos da cidade, "construiu este bairro e a maioria de sistemas e no meio de vários empreendimentos, como a construção de condomínios, a construção de prédios comerciais e a construção de residências. A parte burocrática é solucionada através de reuniões com todos os moradores para decidir o que vai ou não ser feito no condomínio. "No momento estamos construindo uma quadra de esportes. A decisão foi tomada em reunião, assim como com todos os outros que foram feitos aqui", afirma.

Segundo Felipe, entre os moradores há alguns que não gostam de pagar o IPTU, mas todos esperam que o governo cumpra a sua parte. "O IPTU é bom para nós porque nos dá segurança em relação às escrituras e para o governo receber mais arrecadação", afirma Felipe, morador do condomínio.

Mesmo concordando com o pagamento da taxa, ele não esquece a sua preocupação porque os condomínios da região funcionam muito bem com auto-gestão e não exigem que o governo interaja no bom funcionamento deles.

No Men Soubro a única rua não tem asfalto e isso é uma preocupação para os moradores. A pavimentação da rua foi iniciada pela CEB, a pedido dos moradores, que pagam por ela todo mês. "É uma iluminação de rua que não é pública, pois nos paga-

mos por ela", observa.

Agora vem de poucos artistas e a coleta de lixo foi regularizada depois de acordo feito com o SLL. Problemas - A regularização urbanística do condomínio é o fato de não haver um plano diretor aqui em Curitiba. "Tudo mundo aqui tem o direito por uma questão de necessidade, mas há muitas irregularidades no meio das ruas", observa Felipe.

Em outra oportunidade diz respeito à segurança. "Temos um sistema de segurança 24 h por dia, mas mesmo assim de vez em quando temos problemas com pequenos furtos". O setor policial não participa, que fica no posto Colômbia, não tem relação com o condomínio, mas com relação à segurança pública.

há de vez em quando, esperamos que com a regularização essa situação melhore bastante.

Mesmo com esses pequenos problemas, nenhum morador quer sair de lá. E o que garante Felipe, também morador do condomínio. Segundo ele, a família que antes morava no Selo Militar Urbano não vai se mudar para alguma outra parte da cidade. "Antes os moradores participavam das reuniões de condomínio", diz Felipe.

Um outro fato que é decisivo para os moradores é a solidificação da documentação. "Aqui nós conseguimos a documentação", acrescenta.

Serviços são providenciados

Os serviços básicos dos condomínios, que até agora foram providenciados pelos próprios moradores, a partir da regularização e do pagamento do IPTU serão mantidos pelo governo. Fazer serviços de manutenção pública, assessoramento das reuniões, manutenção de rede elétrica, vigia e segurança são garantidos pelo governo para quem paga IPTU.

Segundo informações da Secretaria de Viação e Obras, os serviços e seu pagamento são mantidos a partir da data de regularização, não sendo cobrados pelos proprietários.

A Associação de Condomínios da Curitiba informou que ainda não tem um plano para a implementação das redes de água e esgoto. Informam que o serviço será feito

Paralelamente com a Terraplan, o Norberto e o Senac e que nenhuma reunião ainda foi feita nesse sentido.

O SLL, que já fez coleta de lixo no seu próprio condomínio, garante que a partir da regularização, a coleta de lixo será feita regularmente em todos os condomínios. Os serviços de manutenção dos prédios condominiais, como a manutenção das redes de água e esgoto, serão mantidos pelo governo.

O sistema dos serviços, a manutenção dos prédios, a manutenção das redes de água e esgoto, serão mantidos pelo governo. O sistema dos serviços, a manutenção dos prédios, a manutenção das redes de água e esgoto, serão mantidos pelo governo.

O sistema dos serviços, a manutenção dos prédios, a manutenção das redes de água e esgoto, serão mantidos pelo governo. O sistema dos serviços, a manutenção dos prédios, a manutenção das redes de água e esgoto, serão mantidos pelo governo.



O condomínio Men Soubro está na fase de regularização pelo governo

1000

CIDADE

Grupo de 10 pessoas

Antonio Vital

Um restrito grupo de dez pessoas controla, nada menos, que 53 condomínios em diversos pontos do Distrito Federal.

Os grupos, que disputam palmo a palmo as terras do Distrito Federal, se interligam no controle de dezenas de condomínios, ao ponto de formarem um verdadeiro cartel.

O Correio Braziliense obteve com exclusividade os cadastros de todos os condomínios inscritos no Sistema Integrado de Fiscalização (Sisif), e constatou eles entre vários empreendedores.

As ligações entre eles só se tornam visíveis após um cuidadoso exame dos cadastros e o cruzamento dos dados dos responsáveis e dos empreendedores dos condomínios.

Base — O núcleo dessas conexões funciona nas salas 613 e 615 do Edifício Anhanguera, no Setor Comercial Sul.

Seis pessoas, entre eles o advogado Kleber de Andrade Pinto, e uma instituição, a Associação Brasileira de Condomínios Rurais (ACRL), começaram este mesmo endereço nas fichas cadastrais dos empreendimentos.

Juntas, eles aparecem como "empreendedores" de 17 condomínios e "responsáveis", ou seja, administradores, de outros 52.

Além de Kleber e da ACRL, durante este endereço Elson de Araújo Amorim, Fábio Romero de Souza Leão, Juscelino Correia da Mota, Francisco de Souza e José Francisco Barbosa Xavier.

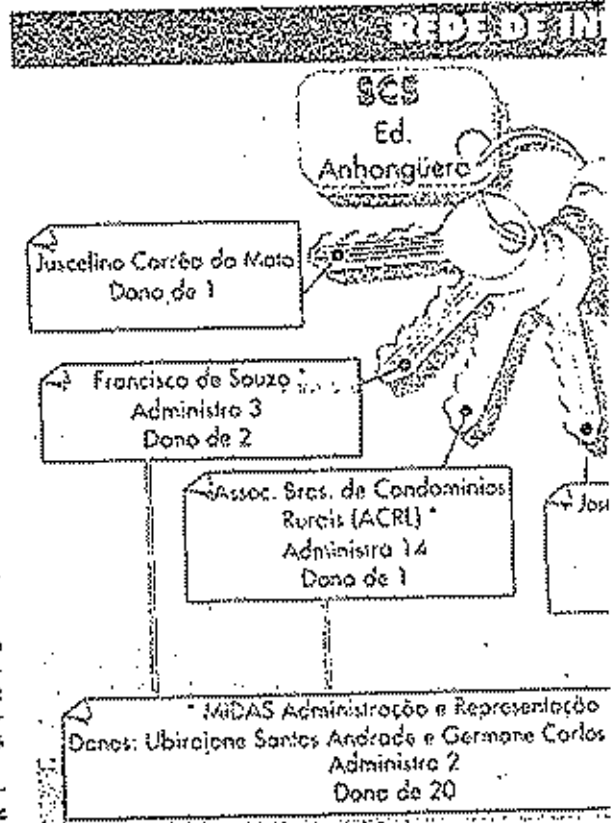
Kleber é o advogado de Márcio da Silva Passos, um dos quatro irmãos sócios na firma Benvirá Construções e Incorporações.

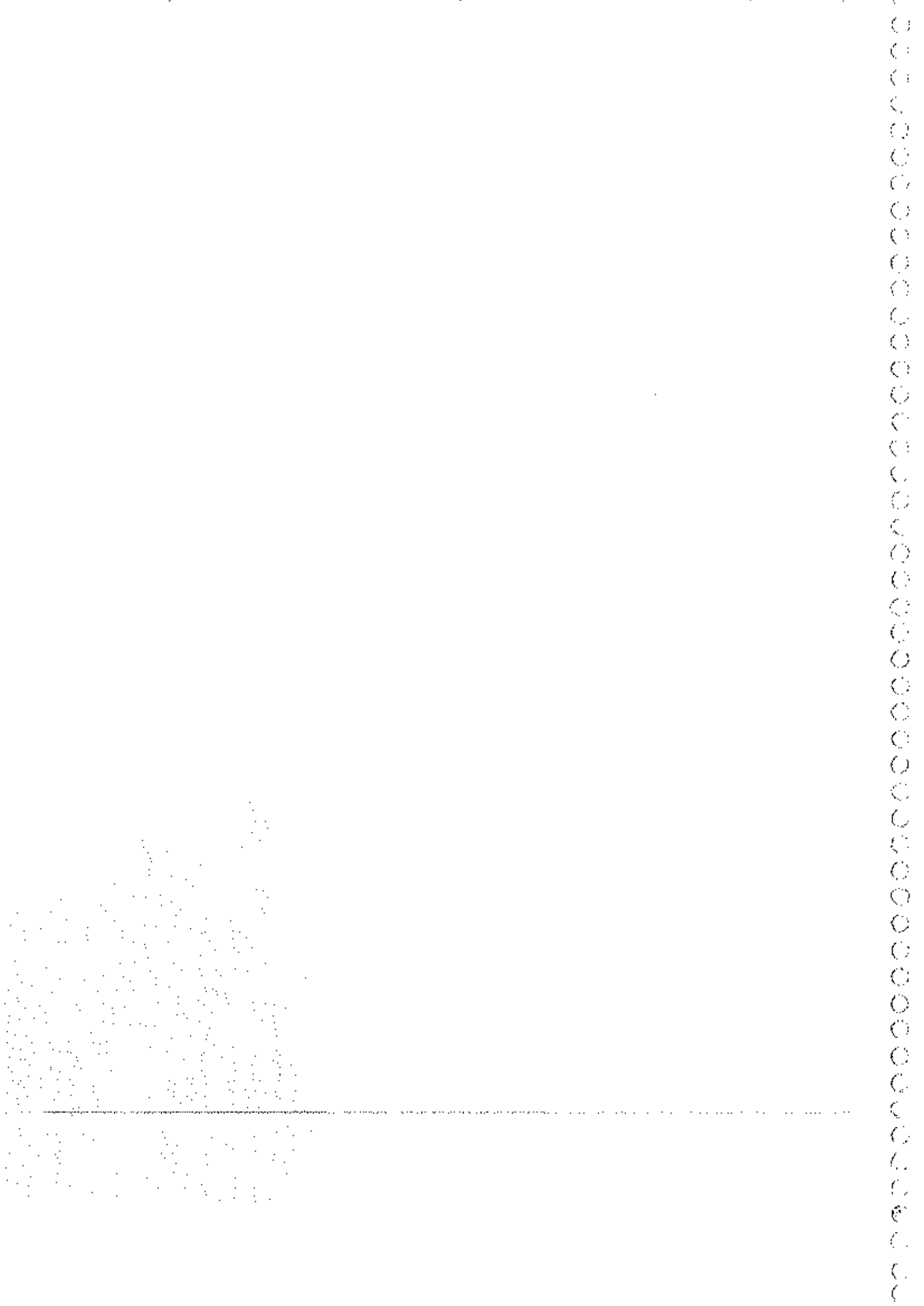
Disputas — Os irmãos são apontados em duas disputas judiciais, uma movida pelo advogado Amarílio Paciello e outra por Janúcio Azevedo, como os verdadeiros interessados em duas áreas no Lago Sul, próximas à barragem.

Para garantir a propriedade, eles usariam como testa-de-ferro o técnico em informática Paulo Gracia, que presta serviços à Benvirá. Kleber, também, é o responsável pelo cadastramento, em 1992, de diversos condomínios fechados.

Estes cadastros estão sendo usados para regularizar condomínios recém-formados, como o Iaparica, no Lago Norte, e o RJ, em Sobradinho.

O núcleo original do cartel, formado por Kleber, a ACRL e as outras cinco pessoas, se ligam à empresa Midas Administração e Representação e ao empreendedor Tarésio Márcio





6907

Controla 83 condomínios

QUEME QUEM

Kleber de Andrade Pinto — Ligado a Tarcísio Márcio Alonso através do condomínio Jardim América, em Sobradinho. Este condomínio só foi cadastrado em dezembro de 1992, mas consta como "ópio à regularização", no Sisi, desde 1990. Aparece ainda como "responsável" por condomínios registrados em nome de Elson Amorim, como o Versalhes Residencial, em Sobradinho, e em empreendimentos de Francisco de Souza, como o Jardim Europa, também em Sobradinho.

Francisco de Souza — Aparece como "responsável" pelo condomínio Residencial Espelho D'Água, de Fábio Romero Leão. Este condomínio foi registrado no último dia do prazo legal, 21 de dezembro de 1992, e ficaria dentro do área do Instituto Israel Pinheiro, colado do Ermita Dom Bosco. Em outro condomínio, o Império dos Nêbres, em Sobradinho, ele já aparece como proprietário. Souza é, ainda, o administrador oficial do condomínio Jardim Europa II, de propriedade da imobiliária Midos.

Midos Administração e Representação — Seus proprietários são Ubirajara Soares Andrade, o "Biro", e Germano Carlos Alexandre. A firma está vendendo lotes no condomínio Itaparica, no Lago Norte, registrado por Elson Amorim e Kleber Pinto. O dono oficial do condomínio, localizado dentro de uma área desapropriada pelo Terracap, destinado ao Centro de Atividades, é o comerciante Jefferson Nascimento de Souza. A Midos também aparece como proprietária do Recanto dos Azeites, antigo nome do Condomínio RK, em Sobradinho.

Elson de Araújo Amorim — É o responsável oficial pelo condomínio fantasma Residencial Apollo, registrado como existente no Gomo, e divide com Kleber a responsabilidade sobre o Itaparica, no Lago Norte. Além disso, aparece como dono do Residencial Versalhes, em Sobradinho, considerado ópio à regularização pelo Sisi. Outro condomínio em seu nome é o Residencial Villeverde, em Sobradinho, também considerado ópio pelo Sisi, apesar de locali-

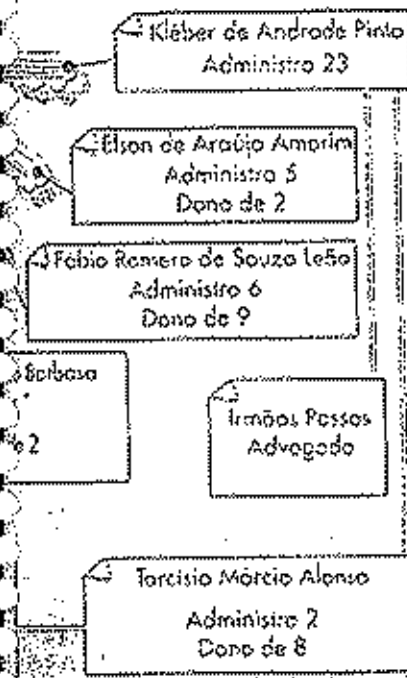
zado em área pública.

Fábio Romero de Souza Leão — Dono do Residencial Espelho D'Água, condomínio fantasma vizinho à Ermita Dom Bosco, cujo responsável é Francisco de Souza. Está em seu nome o Mirante do Paranoé e o Granjas Reunidas do Mirante. Estes dois ficam exatamente em cima do área reivindicada por outros dois condomínios no Lago Norte: o Dijon e o Mirante do Castelo. Fábio responde ainda pelo Residencial São Francisco, descastrado, porém implantado em Santo Antônio do Descoberto.

Associação Brasileira de Condomínios Rurais — Aparece como proprietário do Estância Quintas do Alvorado, um dos condomínios mais conhecidos do Lago Sul. O dono oficial é Francisco de Souza. Até setembro do ano passado constava como responsável pelos condomínios Recanto dos Azeites I e II, que deram origem ao condomínio RK, em Sobradinho. Hoje, os responsáveis são Rivaldo Gomes Leite e Carlos Victor Benatti. Rivaldo, por sua vez, é o proprietário do La Font Privé Residencial.

José Francisco Barbosa Xavier — Até setembro do ano passado aparecia como proprietário do Recanto dos Azeites I, que tinha como responsável o ACRL. O problema é que o condomínio era fantasma: só existia o cadastro. O Sisi autorizou então o mudança do lugar e do nome do condomínio, que passou a se chamar RK. A Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e Meio Ambiente desconfia que José e o ACRL venderam o cadastro de 1992 para o Midos. O cadastro permite ao condomínio pleitear a regularização.

Tarcísio Márcio Alonso — Empreendedor do condomínio Morada dos Nêbres, em Sobradinho, administrado pelo Midos. Se liga também à ACRL, através de outro condomínio de nome parecido, o Recanto dos Nêbres. É dele também o Jardim América, administrado por Kleber Pinto, e os condomínios Privé Lago Norte I e II, localizados sobre a área destinada ao Residencial Atlântico, registrada por Carlos Fernando da Silva Lopes.



Itaparica teve endereço trocado

O Residencial Itaparica, no Lago Norte, foi mudado de lugar pelo cartão dos condomínios.

Ele foi registrado por Elson Amorim e Kleber Pinto no dia 18 de dezembro de 1992.

Na ficha, não constava o nome do empreendedor nem a localização exata. Informava apenas que estava localizado dentro da fazenda Brejo ou Tano.

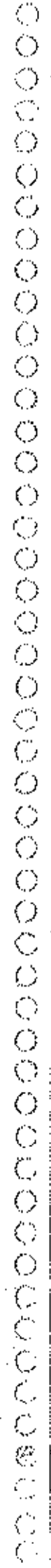
Fiscais da Fundação Zoobotânica fizeram uma visita na área, no dia 30 de novembro de 1992, mas não o localizaram.

No dia 27 de setembro do ano passado, o comerciante Paulo de Tarcísio da Silva Costa, alegando ser o proprietário da área, enviou ao Sisi um pedido para que fosse mudado o lugar do condomínio.

Ele argumentou que um condomínio precisava um erro de localização.

O condomínio era Elson de Araújo Amorim e o advogado que deu entrada com o pedido, Kleber Pinto.

Hoje, a área reivindicada por outro comerciante, Jefferson Nascimento de Souza, fica exatamente no local em



CIDADE

Moradia para classe média

O Governo do Distrito Federal criará novas áreas habitacionais para solucionar o problema de moradia da classe média brasileira. Entre elas, os setores Catequino e Noroeste, no Plano Piloto, conforme anunciou ontem o governador Cristovam Buarque.

O Banco de Brasília (BRB) abrirá linhas de crédito para construção de moradias. E o governo procurará também obter financiamentos da Caixa Econômica Federal (CEF).

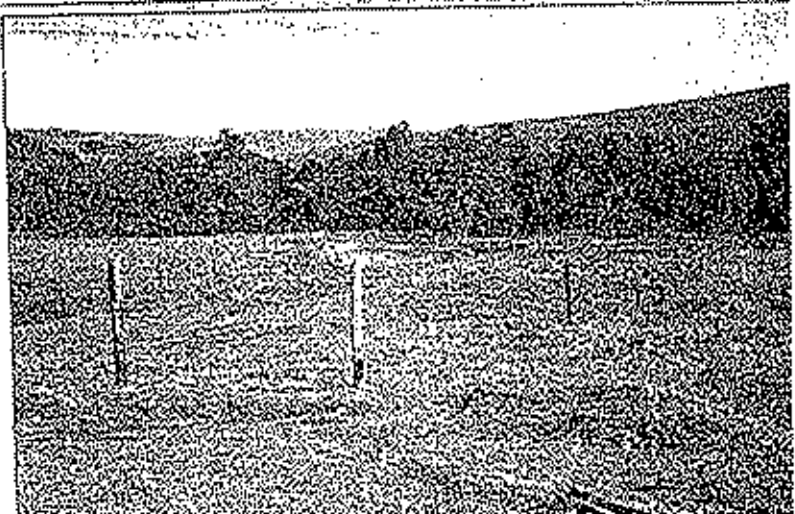
"Não vamos substituir especuladores ilegais por especuladores legais", disse o governador, referindo-se às empreiteiras que compram lotes por meio de licitação da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap).

Ganância — "As empreiteiras trabalham na legalidade, mas não contribuem para solucionar o problema habitacional do DF", disse o governador. "Não podemos substituir a ilegalidade dos especuladores pela voracidade dos incorporadores".

Cristovam quer que os critérios de licitação de terras públicas sejam reformulados a partir de discussões com a comunidade. "Os terrenos devem ser usados para melhorar a situação de moradia da população", afirmou.

Da mesma forma que as outras medidas anunciadas, a abertura de novas áreas e linhas de crédito para moradia ainda não têm data prevista.

"Queremos que isso aconteça o mais rápido possível", disse o governador, lembrando que o prazo máximo para começar a colocar as medidas em prática é de 90 dias.



O governo vai rever contratos a combater a ocupação irregular de terras

Revisão para arrendamento

O governo vai rever todos os contratos de arrendamento de terras rurais celebrados pela Fundação Zoológica e vai elevar as taxas de ocupação, equiparando-as a valores de mercado.

As medidas, propostas pela comissão que avaliou a ocupação irregular de terras rurais, foram anunciadas ontem pelo governador Cristovam Buarque.

Ele afirmou ainda que será dada solução imediata a uma denúncia da comissão: o favorecimento de servidores da Fundação e de autoridades dos governos anteriores na concessão de arrendamentos.

"Todos os contratos de terras públicas que estejam ocupadas por funcionários da Fundação Zoológica serão rescindidos", antecipou Cristovam.

Nomes — O relatório não menciona quais servidores e autoridades de governos anteriores teriam sido favorecidos indevidamente.

O governador sinalizou que os renditários que não utilizam o terreno para a agricultura, como os que ergueram mansões, perderão os contratos de arrendamento.

"Esses contratos foram feitos para produzir alimentos e hoje servem apenas para lazer", afirmou o governador.

Cristovam disse ainda que as taxas cobradas pelos arrendamentos que hoje são simbólicas, serão equiparadas a preço de mercado.

Segundo o relatório, as atuais taxas fazem com que "a cobrar muitas vezes, seja mais onerosa o valor a ser recebido".



"Se tiver critério acho justa a cobrança de algum imposto pela ocupação da área"

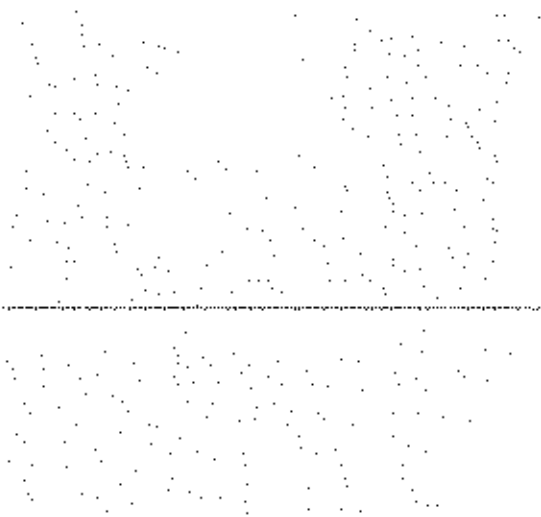
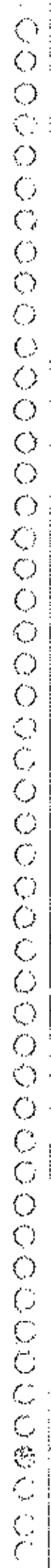
Márcio Curi
morador

MORADORES AG

O cineasta e produtor Márcio Curi, morador há três anos do Condomínio Vivendas Serranas, Sobradinho, considera justa a cobrança retroativa do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) mas não a dos lotes situados em áreas públicas.

Ele não deverá ser atingido pela medida porque o Condomínio Serranas está situado em propriedade particular.

Mesmo assim, considera a cobrança dos lotes uma medida rígida, já que as invasões, na avaliação, foram facilitadas



Áreas recentes serão desfeitas

Os condomínios registrados no Sistema Integrado de Fiscalização (Sisif) criados até 18 de novembro de 1992, data prevista pelo Plano Diretor de Ocupação Territorial, serão desfeitos.

O Sisif divulgará a relação desses condomínios em duas semanas e abrirá um serviço para receber requerimentos de regularização de parte dos moradores, dentro de critérios a serem estabelecidos.

O governo estudará a situação dos condomínios implantados entre essa data e 13 de novembro de 1994, desde que estejam fora de Áreas de Proteção Ambiental (APAs).

Segundo o governador Cristovam Buarque, os condomínios implantados em terras públicas depois de 15 de novembro de 1994 não têm chance de regularização.

Lei — O Governo do Distrito Federal vai regularizar 50 condomínios criados em terras de propriedade particular e fora de APAs, em Sobradinho e Planaltina, de acordo com a lei 94/94.

Os moradores pagarão o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) retroativo à data da ocupação.

As propostas apresentadas pelo governo serão discutidas e detalhadas a curto prazo com os moradores de condomínios. O governo terá prazo máximo de 30 dias para colocá-las em prática.

Os loteamentos em terras públicas não serão regularizados de imediato. Para legalizar a propriedade dos lotes, os moradores terão que pagar ao GDF pela terra que compraram dos grileiros.

"Não é porque o especulador vendeu lotes públicos que o DF vai abdicar de receber o que é do povo", disse Cristovam, ressaltando que o GDF não vai expulsar ninguém que esteja morando nesses condomínios.

Roubados — "Até agora os moradores não pagaram. Foram roubados pelos grileiros", declarou.

O GDF participará de forma indireta da briga entre condôminos e grileiros, criando um serviço de assistência jurídica para apoiar compradores que desejarem entrar na Justiça contra especuladores.

"Se possível, que o comprador bote o vendedor na cadeia, porque vendeu o que não era dele", afirmou o governador.

Mas o governo não pretende cobrar ninguém na cadeia antes da conclusão do inquérito policial 006/95, sobre a máfia da grilagem de terras no DF.

"Lutamos muito contra a prisão arbitrária de subversivos, não vamos cometer essa arbitrariedade, nem com os grileiros", disse.

A situação dos loteamentos situados em APAs é mais complicada. A regularização, quando for possível, dependerá do zoneamento das áreas.

REGULARIZADOS

Condomínio Park Residencial Mênico
 Condomínio Mansões Paripari
 Condomínio Marston Rendas Logo Sul
 Condomínio Kincho Fala
 Condomínio Quintas do Trevo
 Condomínio Rural Chépe São Francisco
 Condomínio Rural São Logo Sul
 Condomínio Rural São Francisco II
 Condomínio Rural Santa Bárbara
 Condomínio Jardim Atlântico Sul
 Condomínio Górgias Rústicas São Bento Jôze de
 propriedade em comum
 Condomínio Park Mênico
 Condomínio Rural Seter de Mendes Aguiar
 Moradas Mestre D'Amos I
 Seter de Mendes Sobradinho QMS 44
 Vila Nova Espiranga-Chépe 33
 Estação Planetária
 Habitação Rural Mestre D'Amos
 Condomínio Vila Bela
 Condomínio Blonco
 Condomínio Façoel
 Condomínio Prêdo Chépe Calcevalto
 Condomínio Meus Sonhos
 Condomínio São Negro
 Condomínio Quinta do Espirito
 Condomínio Rural Residencial Sobradinho
 Condomínio Residencial Wilton
 Condomínio Rural Veredas Alameda
 Condomínio Quintas dos Tocantins
 Condomínio Recanto dos Nove
 Condomínio Residencial Morada
 Condomínio Vale das Águas
 Villas Perfeito
 Villas Alameda
 Condomínio Residência São Lou de Mendel
 Condomínio Rural Morada dos Nove
 Centro Comercial Residencial Seter de Mendes Sobradinho
 Condomínio Seter das Sereias
 Condomínio Minicidades Sobradinho Planaltina Sobradinho
 Moradas Ultras I
 Condomínio Sobradinho Novo
 Condomínio Rural Morada Quintas do Campo
 Condomínio Condiagem
 Condomínio Rural Jardim Primavera
 Residencial Interpol
 Condomínio Residencial Moradas Residencial Sunpar
 Moradas Sobradinho de Alameda do Seter Loteamento JK
 Condomínio Villas da Serra

SEM O PAGAMENTO

omissão do governo anterior.

"Se for considerada como critério a indenização das bonfeitorias feitas por nós, acho justo que se cobre algum imposto pela ocupação da área", defende.

Morador há dois anos e meio do Condomínio Mansões Califórnia, o programador de computadores Alvaro Lima Neiva também concorda com a cobrança do IPTU retroativo, mas diz que não pode pagar novamente pelo lote em que mora.

O Mansões Califórnia está localizado numa área da Terracap, den-

tro da Apa do rio São Bartolomeu.

"Tudo o que eu tinha está investido na casa. Não tenho condições de pagar novamente, nem de forma parcelada", diz, lembrando que seu lote está avaliado em R\$ 25 mil.

"Eu sabia que o condomínio era irregular mas optei por ele confiando nas promessas de regularização do ex-governador Joaquim Roriz e do ex-deputado Gilson Araújo", afirma.

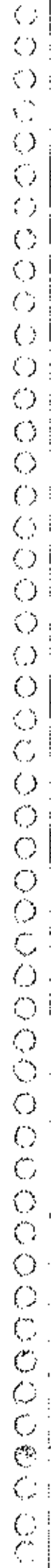
Segundo ele, Cristovam Buarque deve tentar "consertar alguns erros", mas sempre ouvindo os

moradores.

Nas contas do presidente da Associação dos Compradores de Lotes, o advogado Joel Câmara, "faltam 17 condomínios na lista de regularizáveis divulgada pelo GDF".

Segundo ele, trata-se de condomínios que se encontram na mesma situação dos 50 que serão imediatamente regularizados e já foram considerados aptos pelo Sisif.

Joel Câmara considera a lei da Enfiticose "a única solução viável a curto prazo tanto para os condomínios como para os assentamentos irregulares".



693
7

CONCLUSÃO

Em 23 de março de 1995

faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito
Dr. MARIO ANTONIO SILVEIRA.

E faço este termo.

Eu, [assinatura] Escr. subscr.

p. 20.460

1. Fls. 686/687: ao inven-
tariante.

2. Fls. 685: cumpra-se.
Int.

SP, data supra

[assinatura]
MARIO ANTONIO SILVEIRA
Juiz de Direito

RECEBIMENTO

Em 13 de

recebi estes autos com o despacho supsc 10/95

Eu, [assinatura] Esc. subscr.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a cópia do processo
de fls. 691, foi expedida em 28/3/95

em 04/04/95, para os devidos
providamentos necessários fls. 161

Em 04 de

Eu, [assinatura] Esc. subscr. 04/95

CERTIDAO

Certifico e dou fe haver existido no _____

Oficio (No. 685/95)

_____ cidade,

Em 10 de 04 de 1995

Eu _____ Esc. subscr.

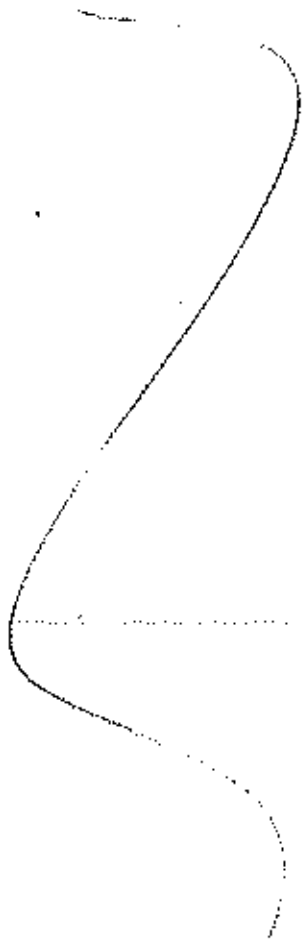
JUNTADA

Em 11 de 04 de 1995 - 7 Officio

junto a esses autos *pagina do oficio*

n.º 267/95 e projeto

Eu _____ Esc. subscr.





PODER JUDICIÁRIO

SÃO PAULO

6924

FÓRM. M. JOÃO MENDES JR.
 Cartório de 1.º Of. Fam. - Central
 JACY R. O. BAYROCOURT MACHADO
 Escrivã Oficial
 Fone: 232-9400 e 1169
 São Paulo - Capital

JUIZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES CENTRAL

Ofício : 267/95 (reiterando n/ ofícios n.ºs. 205-4/92 de 12/11/92, 325/93 de 05/05/93 e 283/94 de 10/05/94.
 Processo : 20.460 (1ª seção)

São Paulo, 10 de abril de 1.995 .

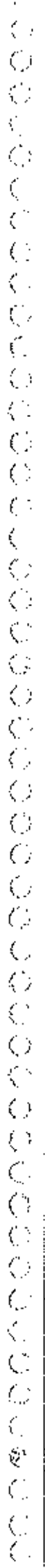
Atendendo ao que foi requerido nos autos da ação de Inventário sob o nº 20.460, suscitada deixada por falecimento de José Cândido de Souza, em trâmite perante esta Vara e respectivo Ofício, solicito de V. Ex.ª a devolução das Cartas Precatórias datadas de 18/08/1.992, 08/12/1.993 e 16/09/1.994, devidamente cumpridas, conforme já solicitado anteriormente através de n/ofícios n.ºs. 205-4/92, 325/93 e 283/94, data de 12/11/1.992, 05/05/1.993 e 10/05/1.994, respectivamente, para que seja dado andamento ao processo em epígrafe.

Apresento a V. Ex.ª protestos de elevada estima e consideração.

FÉLIX ANTONIO BIVIANA
 Juiz de Direito

Certifico ser autêntica a assinatura do(a)
 Sr.(a) _____
 MM. Juiz(a) de Direito _____
 da _____ Vara _____
 do _____

 Secretário(a)



6938



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

6938

EXPEDIDOR: Primeiro Ofício da Família e das Sucessões - Central	
REMETE: Ofício nº 267/95 (ref. Proc. 20460, Inv. de José (OBJETO) Cândido de Souza - 1ª seção)	
DESTINATÁRIO: Juízo de Direito de Brasília-Distr.Federal	GRUPO
ENDEREÇO: Tribunal de Justiça do Distrito Federal - Praça do Buriti - BID -2 -	
CIDADE: Brasília - Distrito Federal CEP 70094-900	ESTADO DF.
RECEBIMENTO ____/____/19____	ASSINATURA OU CARIMBO

50.11.001

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé, que é o prazo de
Lei p/ manif. de interessados do conforme
publicação 681, item "1"

São Paulo, 19 de 04 de 19 95

[Signature]



PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

694
7

CONCLUSÃO

Em 19 de abril de 1995

faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito
Dr. MARIO ANTONIO SILVEIRA.

E faço este termo.

Eu,  Escr. subses.

p. 20.460

Requeiram os interessados o
que entender de direito em dez(10) dias.

Int.

SP, data supra

MARIO ANTONIO SILVEIRA
Juiz de Direito

RECEBIMENTO

Em 19 de 04 de 1995
recebi estes autos com *despache supra*

Eu,  Escr. subses.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que foi suspenso o andamento processual destes autos, conforme determinado pelo r. despacho de fls. 02, proferido aos 18 de abril de 1.995, nos autos sob nº 373/95, de ação de Embargos de Terceiro requerido pelo Sr. Paulo César Gontijo contra o Espólio de José Cândido de Souza. São Paulo, 24 de abril de 1.995. Eu, (Angela Aranha Nallo), Escrevente, datilografei.....

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a cópia ^{Ciência da} ~~original~~ ^{autógrafo supra.} de fls. 694^o foi enviada ao em 24/04/95 em 27/04/95 de fls. 171 devidamente minuciosas.
Em 27 de 04 de 1995
Eu, Escr. subscr.

JUNTADA

Em 27 de 04 de 95, no Ofício
junto a estes autos protocolo ref. ofício
nº 267/95 termo.
Eu, Escr. subscr.

7

6958



DO 24/04.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

6958

EXPEDIDOR: Primeiro Ofício da Família e das Sucessões - Central	
REMETE: Ofício nº 267/95 (ref. Proc. 20460, lav. de José	
OBJETO) Cândido de Souza - 1ª seção)	
DESTINATÁRIO: Juízo de Direito de Brasília-Distr. Federal	GRUPO
ENDEREÇO: Tribunal de Justiça do Distrito Federal - Praça do Buriti - BID -2 -	
CIDADE: Brasília - Distrito Federal	REMETIDO: ESTADO 1ª Associação DP.
RECEBIMENTO ___/___/19___	★ 17 ABR 1995 ASSINATURA OU CARIMBO 60.11.001

Handwritten mark resembling a stylized 'L' or '7' at the bottom of the page.

Mauro Rafael Dido
ADVOGADO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA DA
CIVIL E DAS SUCESSÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ.

Processo n.º 20.460
INVENTÁRIO

J. Contador de Honorários n.º 176.,
dos MM. Juizes das Varas de Família
e Sucessões.

Em 06 de Junho de 1995

PROTOCOLADO

13 JUN 1995 002691
E DAS SUCESSÕES

O ESPÓLIO DE JOSÉ CALISTO DE MENEZES, representa-
do por seu Inventariante TARCÍSIO MARCIO ALONSO, vez, à presença
de Vossa Excelência, requerer, por seu procurador, VLSTA dos Au-
tos de Inventário, processo n.º 20.460, fora do Cartório, pelo
prazo legal.

Terceira via que
F. de Inventário
São Paulo, 13 de Junho de 1995.

MAURO RAFAEL DIDO - adv.
O.A.P. 20.208 - 97.



CONCLUSÃO

Em 14 de junho de 1995

faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito
Dr. MARIO ANTONIO SILVEIRA.

E faço este termo

Eu, _____ Escri. subscr.

p. 20.460

Defiro o requerimento de fls. 696, concedendo VISTA dos autos fora de Cartório, mediante carga no livro próprio, e pelo prazo de cinco (5) dias.

Int. SP, data supra

MARIO ANTONIO SILVEIRA
Juiz de Direito

RECEBIMENTO

Em 14 de junho de 1995
recebi estes autos em _____
a. despacho supra

Eu, _____

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que os autos foram conclusos
de fls. 697. _____
devolvidos _____

Em _____ de _____ de 1995

Eu, _____ Escri. subscr.

Quente
S. P. 14/6/95

Certifico que as ~~originais~~ ^{iniciais} desta carta foram
recebidas.

São Paulo, 18 de 07 de 1995



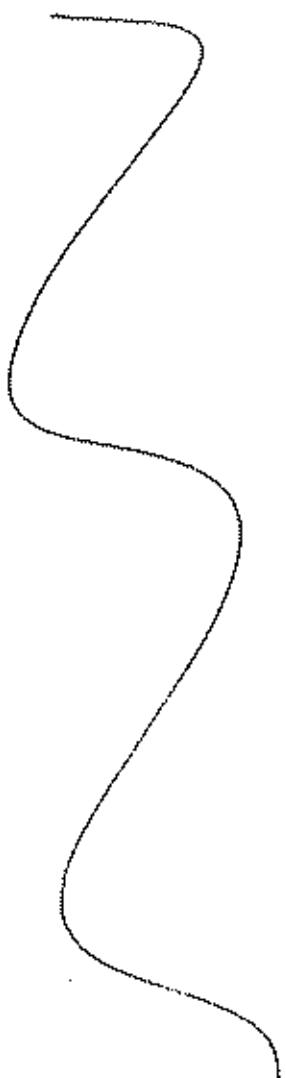
JUNTADA

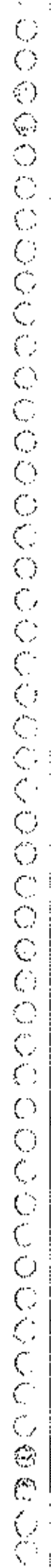
Em 21 de 09 de 1995

junto a estes autos petições e

documentos de comprovação deste termo

de _____ Escrivão





JOSÉ EUGÊNIO MORAES LATORRE
HIDEKI TERAMOTO
ADVOGADOS

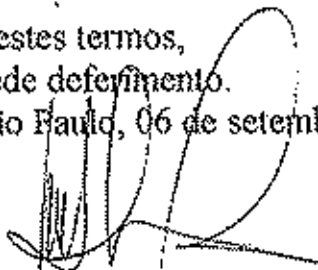
Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 1ª Vara da Família das Sucessões do Forum Central da Comarca da Capital-SP

J. Conforme Po. e Cont. n.º 1781,
dos MM. Juizes das Varas da Família
e Sucessões.
Ed. de 9 de Setembro de 1995

Processo n.º 20.460

MARIA ANGELICA DE SOUZA DIAS GERASSI e ANTONIO GERASSI NETO, vem juntar aos autos de INVENTÁRIO dos bens deixados por OSWALDO CRUZ DE SOUZA DIAS, os inclusos instrumentos de procuração e substabelecimento, para os devidos fins e efeitos de direito, e bem assim requerer "vista" dos respectivos autos fora de Cartório, pelo prazo legal e mediante carga no respectivo livro de registro.

Nestes termos,
pede deferimento.
São Paulo, 06 de setembro de 1995.

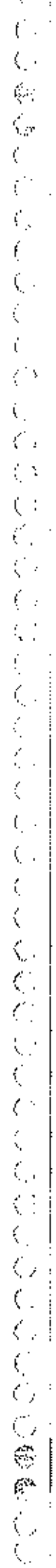

Maria de Lourdes Ribeiro
OAB/SP. 71.224

PROTÓCOLO

20 SET 16 59 55 006658

1ª VARA DA FAMÍLIA
E SUCESSÕES

69



700

PROCURAÇÃO

Maria Angélica de Souza Dias Gerassi, brasileira, psicóloga, portadora da cédula de identidade RG no. 4.377.992-8 SSP/SP e do CPF/MF no. 042.535.998-38, e seu marido Antonio Gerassi Neto, brasileiro, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG no. 6.932.637-X SSP/SP e do CPF/MF no. 846.354.798-20; residentes e domiciliados na Rua Dr. Carlos Norberto de Souza Aranha no. 409, Alto de Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05450-011, pelo presente instrumento particular de mandato, nomeiam e constituem seus bastante procuradores os advogados Dr. Cassiano Pereira Viana, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB-DF sob o no. 7978 e no CPF/MF sob o no. 318.954.091-87 com escritório no SCS Edifício Baracat, salas 1105/7, Brasília/DF CEP 70309-900 e Dr. José Eugênio Moraes Latorre, brasileiro, casado, inscrito na OAB-SP sob o no. 17775 e no CPF/MF sob o no. 005.599.388-53, com escritório à Rua Jerônimo da Veiga, 164 3o. andar conjunto 3B, Jardim Europa, São Paulo/SP CEP 04536-000, para exercerem os poderes contidos na cláusula "ad judicium"; no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, conjunta ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, podendo propor contra quem de direito qualquer tipo de ação judicial, requerimento e processo administrativo que julgar necessário, e defendê-la nas contrárias, podendo ainda confessar, transigir, desistir, firmar compromisso, receber, dar quitação, especialmente com o fim de praticar todos os atos necessários à abertura, prosseguimento e término dos inventários e sobrepartilha dos bens deixados por José Cândido de Souza e sua esposa Maria Angélica Ferreira da Rosa e Souza, avós da outorgante, por representação de seu pai Oswaldo Cruz de Souza Dias, para o que poderão assinar as declarações de estilo, retificar e ratificar as mesmas, concordar com valores, cálculos e estimativas ou impugná-los, propor plano de partilha, retificar e ratificar este plano, pedir separação de quinhões e adiantamento, representar os outorgantes extra-judicialmente, inclusive perante repartições públicas e autarquias Federais, Estaduais e Municipais, dos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário e substabelecer, com ou sem reserva de iguais poderes, na pessoa de quem convier, tudo para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

São Paulo, 29 de agosto de 1995.

Maria Angélica de Souza Dias Gerassi

Maria Angélica de Souza Dias Gerassi

LOPES LIMA

Antonio Gerassi Neto

25^o CARTÓRIO DE NOTAS . M I L A N E

Maria Angélica de Souza Dias Gerassi
Antonio Gerassi Neto

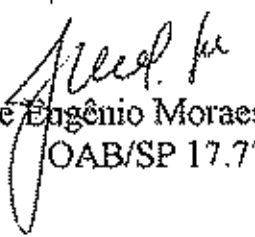
29 AGO 1995

JOSE VICTOR LATORRE
 Escrevente Autorizado

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reserva de iguais, os poderes que me foram outorgados por Maria Angélica de Souza Dias Gerassi e Antonio Gerassi Neto nos autos de inventário dos bens deixados por José Cândido de Souza em trâmite perante a 1ª Vara da Família e Sucessões do Foro Central da Comarca de São Paulo - Processo n. 20.460-, aos advogados Hideki Teramoto, casado, Maria de Lourdes Ribeiro, solteira e à estagiária de Direito Francine Martins Latorre, solteira, todos brasileiros, inscritos na OAB/SP sob n. 34.905, 71.244 e 61.371-E e no CPF/MF sob n. 957.019.888-72, 988.225.518-34, 005.599.388-53, todos com escritório nesta Capital à Rua Jerônimo da Veiga, 164, cj. 3-B.

São Paulo, 20 de setembro de 1.995.


José Eugênio Moraes Latorre
OAB/SP 17.775

Maria Angélica de Souza Dias Gerassi

Carlos Norberto de Souza Aranha, 409
P. 881-6549
São Paulo

Carteira de Prev. dos Advogados
de SP- Mandato Judicial

Inventário nº 20460-la. Vara Fam. e Sucessões
Foro Central

20 09 95

304-9

042.535.998-38

4,00

4,00

RECEBIMOS

RECEBIMOS

202



SALA DOS ADVOGADOS

7031

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 1ª Vara da Família e das Sucessões do Fórum Central da Comarca da Capital-SP

J. Conforme Port. Conjunta n.º 1/81, dos MM. Juizes das Varas de Família e Sucessões. Conclusos
Em 21 de set de 1995

RECEBIDO
21 SET 11 35 55 0045
1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES

Processo nº 20.460

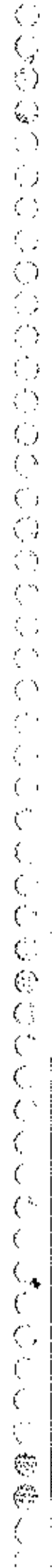
MARIA ANGELICA DE SOUZA DIAS GERASSI e ANTONIO GERASSI NETO, por sua advogada signatária, nos autos do inventário de bens deixados por JOSÉ CÂNDIDO DE SOUZA, vem requerer se ja substituída a petição datada de 06/09/95 e protocolada sob nº 004638 em 20/09/95, por esta, uma vez que naquela constou como inventariado "Oswaldo Cruz de Souza Dias", quando o correto seria " JOSÉ CÂNDIDO DE SOUZA".

Nestes termos, reiterando o pedido de vista fora de cartório e mediante carga no competente livro de registro, pedem deferimento.

São Paulo, 21 de setembro de 1.995.

Maria de Lourdes Ribeiro

OAB/SP. 71.244



CONCLUSÃO

Em 22 de setembro de 1995,
faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito
Dr. MARIO ANTONIO SILVEIRA.

E faço este termo.

Eu, _____ Escri. subscr.

p. 20.460

Defiro o requerimento de fls.
703, concedendo VISTA dos autos fora de Car-
tório, mediante carga no livro próprio, e pe-
lo prazo de cinco (5) dias.

Int.

SP, data supra

MARIO ANTONIO SILVEIRA
Juiz de Direito

RECEBIMENTO

Em 22 de _____ de 1995
recebi estes autos com _____
Eu, _____

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que o auto de fls. 704
foi enviado _____
devidamente intimado _____

Em 29 de _____ de 1995
Eu, _____ Escri. subscr.

JUNTA DA

Em 25 de 09 de 1995 neste Ofício

junto a estes autos carta precatória recebida
de Brasília (DF) /

Ass. _____ Rec. _____



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PROC. N.º 19.242

ANO 1961

JUIZO DE DIREITO
DA VARA DE ORFÃOS E SUCESSÕES
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Juiz: SILVANO BARBOSA DOS SANTOS

J. Contador
dos MM. Juizes
Substitutos
Em 10 de

TOMBO LIV. 07 FLS. 12

FEITO

CARTA PRECATORIA

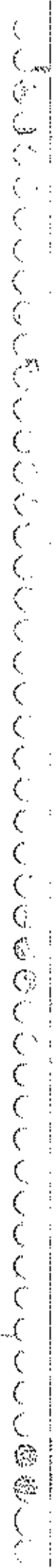
Reqdo(a): JOSE CÂNDIDO DE SOUZA

Reqte:

AUTUAÇÃO

Aos 11 dias do mês de outubro de 1961
nesta Cidade de Brasília, em cartório, autuo a petição inicial e docum
Do que, para constar lavro este termo.

Brasília, 11 de outubro de 1961





PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

Comarca São Paulo - Capital

1.ª Vara da Família e das Sucessões. - Central

OK
FÓRUM JOÃO MENDES JR.
Cartório do 1.º Of. Fam. - Central
JACY R. O. BITENCOURT MACHADO
Escrivão Chefe Substituto
Fon: 232-0400 ramal 169.
São Paulo - Capital

CARTA PRECATÓRIA

PRAZO PARA CUMPRIMENTO: DIAS
PROCESSO Nº 20.460
VALOR DA CAUSA:

DISTRIBUIÇÃO

ADVERTÊNCIA

Distribuição: 832368/94 (Aleatoria)
Vara: VARA DE ORFÃOS E SUCESSÕES
Feito: Carta Precatória
Requerente: TARCISIO BARCIO ALONSO
Requerido: R&O-NA

30/09/94 16:58:41

Ass. Maria Espartaco
Juiz de Direito Substituto
De. 10/10/94
Silvânio Barbosa dos Santos-Juiz

DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA Primeira Vara da Família e das Sucessões - Central

DEPRECADO: JUÍZO DE DIREITO DA Comarca de Brasília - Distrito Federal

DESPACHO

Consulta supra: depreque-se à Cidade de Brasília - Distrito Federal a fim de que o Sr. Inventariante tome as providências necessárias.

Int.

SP., data supra.

O Exmo. Sr. Dr.ª Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida
Meritíssimo Juiz de Direito da Primeira Vara da Família e das Sucessões Central
Estado de São Paulo, na forma da lei etc.

FAZ SABER ao Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Brasília - Distrito Federal a qual esta for distribuída, que, perante este Juízo e respectivo Cartório se processam os termos e atos de ação: de Inventário dos bens deixados por falecimento de JOSÉ CÂNDIDO DE SOUZA

tudo de conformidade com as peças que seguem, as quais ficam fazendo parte integrante desta.

FINALIDADE

Intimação do inventariante na Comarca de Brasília, Distrito Federal, para se manifestar juntamente com os demais interessados quanto ao teor da petição de fls. 620/623 do Condomínio Residencial "Meus Sonhos" e esclareça, também, sobre o cumprimento da precatória remetida à Comarca de Brasília - Distrito Federal - para o recolhimento dos tributos devidos, datada de 18/08/92 e reiterada em 06/12/93

continua no verso

3002500 28 07 8 12 06

19242
-07
FD-12

000000

PESSOAS QUE DEVERÃO SER CITADAS (OU INTIMADAS)

O inventariante, Sr. Tarclisio Marcio Alonso, residente à, digo, no SNUDB, conjunto nº 13, casa nº 10, na Cidade de Brasília, Distrito Federal.

PROCURADORES: FUNCIONAM COMO PROCURADORES E ADVOGADOS, OS DRS.:

Dr. Mauro Rafael Vido (O.A.B./SP. nº 60.202)

ENCERRAMENTO: Assim, pelo que dos autos consta, expediu-se a presente, pela qual depreca a Vossa Excelência que após exarar o seu respeitável "cumpra-se", se digne determinar as diligências para o seu integral cumprimento, com o que estará prestando relevantes serviços à Justiça. Dada e passada nesta cidade e Comarca de São Paulo, aos 16 de setembro de 1994.

Eu, (ANGELA ARANHA MELO), Escrevente que a datilografuei.
Eu, (JACY R.G. BITTENCOURT MACHADO), a conferi e subscrevi.

DESP. 30.737

Certifico ser autêntica a assinatura de (a) Dr. (a) Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida, Veríssimo Juiz(a) de Direito Auxiliar da 1ª Vara de Família e Sucessões Central, em 16 de setembro de 1994. Jacy R.G. B. Machado n. 30.737. Escrivão(s) Diretor(a).

MARIA DE LOURDES RACHID VAZ DE ALMEIDA Juiz(a) de Direito

Acompanham a presente _____ folhas por mim _____, rubricadas.



7078
03

JUIZO DE DIREITO DA VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL. Praça do Buriti, Anexo de Palácio da Justiça, 2º andar - sala 215.

MANDADO DE INTIMAÇÃO

(distribuição 032360/94)

O DE ~~SILVÂNIO BARBOSA DOS SANTOS~~, Juiz de Direito da Vara de Órfãos e Sucessões da Circunscrição Judiciária de Brasília - DF., Capital da República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

MANDA ao Oficial de Justiça deste Juízo, ao qual este for apresentado, que em seu cumprimento, indo devidamente assinado, extraído dos autos da Ação ~~CARTA PRECATÓRIA Proc nº 19.242/94, requerido JOSÉ CARLOS DIDO DE SOUZA.~~

proceda a INTIMAÇÃO do Sr. (a) ~~TARCISIO MARCIO ALMONÇA~~ residente e domiciliado ~~à~~, ~~digo~~ no ~~SMUBH~~, conjunto nº 13, casa 10 - Brasília - DF.

para que comprove no prazo legal de _____ sob as penas da Lei se não o fizer, _____

OBS. ~~para se manifestar juntamente com os demais herdeiros, digo interessados quanto ao teor da petição de fls 620/623~~

tudo de conformidade com o que consta dos autos acima mencionados, em curso neste Juízo. DADO E PASSADO NESTA CIDADE DE BRASÍLIA - DF. CAPITAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, aos vinte e três

dias do mês de ~~novembro~~ do ano de ~~noventa e quatro~~

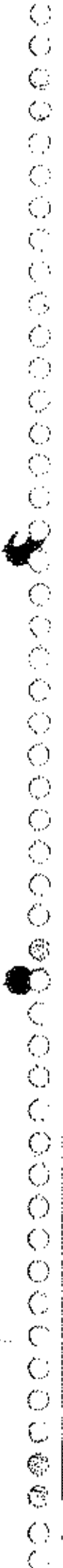
Eu, ~~ANTONIO LUIZ DA SILVA NEIVA MOREIRA~~), Escrivão, confirmo, subscrevo e assino por determinação do MM. Juiz de Direito.

ANTONIO LUIZ DA SILVA NEIVA MOREIRA
ESCRIVÃO

JUNITADA

Ass. *09*
m/
ant. *Mandado*
o.
Ea
P.

09
Mandado
[Signature]



CENTRAL DE MANDADOS
11.013/94

JUIZ DE DIREITO DA VARA
JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA - I
da Justiça, 2º andar - sala 215.

Vara de Orfãos e Sucessões
Processo: 032360/94 Data: 24/11/94 SETOR N.1
CARTÓRIO: ALBERTINA N. 9A BRASÍLIA/DF

MANDADO DE INTIMAÇÃO
(distribuição 032360/94)

O Dr. ~~SILVÂNIO CARROÇA DO SANTOS~~
_____, Juiz de Direito da Vara de Órfãos e Sucessões
da Circunscrição Judiciária de Brasília - DF, Capital da República Federativa do Brasil, na
forma da Lei, etc...

MANDA ao Oficial de Justiça deste Juízo, ao qual este
for apresentado, que em seu cumprimento, indo devidamente assinado, extraído dos autos da
Ação CARTA EXECUTORIA Proc. nº 19.42/94, requerido JOSÉ CANDIDO DE SOUZA.

proceda a INTIMAÇÃO do Sr. (a) FACISIO MARJO ALONSO, residente e domiciliado à, digo no SMOBB, conjunto nº 13, casa 10 - Brasília - DF.

para que comprove no prazo legal de _____, sob as penas da Lei se não o fizer, _____

OBS. para se habilitar juntamente com os demais herdeiros, digo interessados quanto ao teor da petição os fis 620/623

tudo de conformidade com o que consta dos autos acima mencionados, em curso neste Juízo.
DADO E PASSADO NESTA CIDADE DE BRASÍLIA - DF, CAPITAL DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL, aos vinte e três
dias do mês de novempro do ano de noventa e quatro

Eu, _____ (ANTÔNIO LUIZ DA SILVA NEIVA MOREIRA), Escrivão, confirmo, subscrevo e assino por determinação do MM. Juiz de Direito.

ANTÔNIO LUIZ DE SILVA NEIVA MOREIRA
ESCRIVÃO

[Handwritten signature]
DAB 7/12/94

spj
Foi malba...
24 assinat

708
OK

Sra Branca
Falei esposa
29/11
112
Falei empes
3669/35
3875100

Sra Branca
7/12

JUIZO DE DIREITO DA VARA
JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA - I
da Justiça, 2º andar - sala 215.

Vara de Juiz e Juizato
Processo: 032360/94
CARTÃO DE NOTIFICAÇÃO

MANDADO DE INTIMAÇÃO
(distribuição 032360/94)

O DE ~~ILVÂNIO BARROS DO SAPO~~

Juiz de Direito da Vara de Órfãos e Sucessões
da Circunscrição Judiciária de Brasília - DF, Capital da República Federativa do Brasil, na
forma da Lei, etc...

MANDA ao Oficial de Justiça deste Juízo, ao qual este
for apresentado, que em seu cumprimento, indó devidamente assinado, extraído dos autos da
Ação CARTA PRECATÓRIA Proc. nº 19.442/94, requerido JOSÉ CAM
DELO DE SOUZA,

proceda a INTIMAÇÃO do Sr. (a) TARCÍSIO MARIO ALANSU, residente e
domiciliado à, digo no SMDB, conjunto nº 13, casa 10 - Bra
sília - DF,

para que comprove no prazo legal de _____
sob as penas da Lei se não o fizer, _____
OBS. para se manifestar juntamente com os demais herdeiros,
digo interessados quanto ao teor da pericia de fls 620/623

tudo de conformidade com o que consta dos autos acima mencionados, em curso neste Juízo.
DADO E PASSADO NESTA CIDADE DE BRASÍLIA - DF, CAPITAL DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL, aos vinte e três
dias do mês de NOVEMBRO do ano de noventa e quatro
Eu _____ (ANTÔNIO LUIZ DA SIL
VA NEIVA MOREIRA) Escrivão, confesso, subscrevo e assino por determinação
do MM. Juiz de Direito.

ANTÔNIO LUIZ DA SILVEIRA MOREIRA
ESCRIVÃO

[Handwritten signature]

3/1
foi realizado
assinado

708
7/11/94

Sr Branco
Folha 29/11
5/11/2
Folha 30/11
3662/35
3875/100
Sr Branco

2/11

253

7/11/94

C E R T I D ã O

Certifico que, em cumprimento às determinações contidas no presente mandado, dirigi-me nos dias 29.11.94 e 5.12.94 não encontrando pessoalmente o intimando. Retornei à SMUDEB CONJ. 13 CASA 10 e, aí sendo em 7.12.94 intimei o Sr. TARCÍSIO MARCIO ALONSO que bem ciente ficou de todo teor do mandado e recebeu a contrafé exarando sua nota de ciente. O referido é verdade, dou fé. Brasília, 7 de dezembro de 1994.-----

Almerinda Benevides
ALMERINDA BENEVIDES

Oficial de Justiça Avaliador Nº 154



PODER JUDICIÁRIO
 JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
 CARTÓRIO DA VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES

78

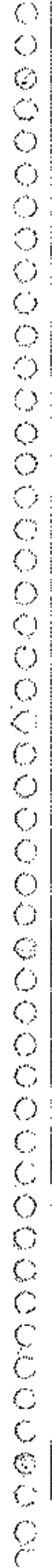
Processo nº 01/95
 [Assinatura]

Devolvam-se os presentes autos ao MM. Juiz depre-
 cante com as homenagens deste Juízo.

RSB., 1º de fevereiro de 1995.

Silvânio Barbosa dos Santos
 Juiz de Direito

15
 [Assinatura] 8 95
 [Assinatura]

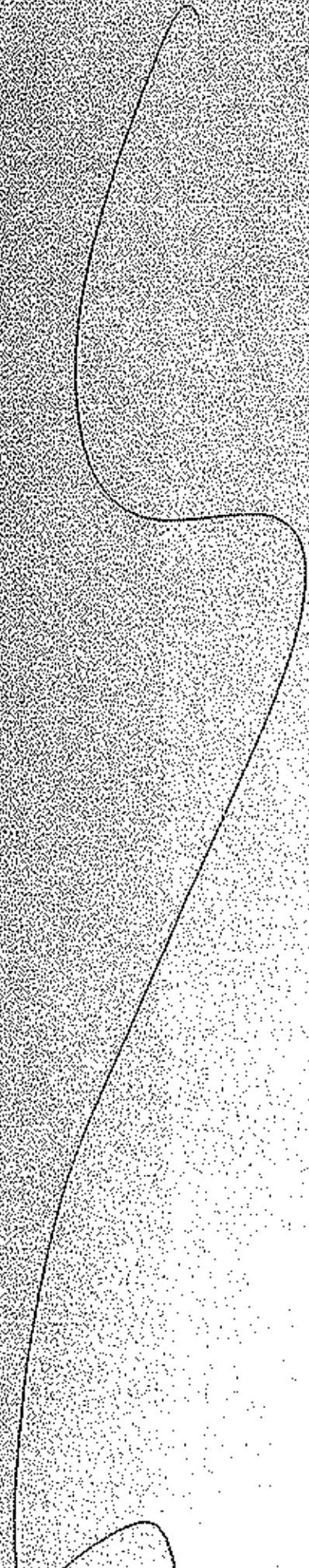


PP

AM

12/03

DEVOLVER







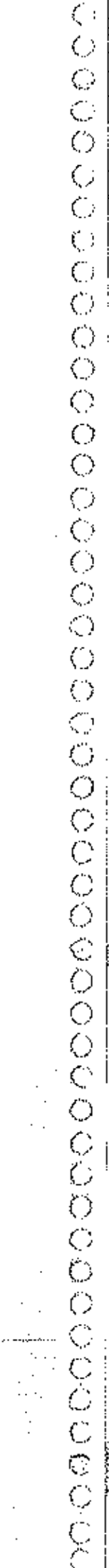
JUNTA DA

Em 26 de 09 de 1995, sobre 0000

Junto a estes autos, petição

Lu





Mauro Rafael Vido
ADVOGADO

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL

J. Conforme Port. Conjunta n.º 1/81,
dos MM Juizes das Varas de Família
e Sucessões.

Em 9 de 9 de 1995

PROCESSO Nº 20.460

O ESPÓLIO DE JOSÉ CANDIDO DE SOUZA, representado por seu inventariante TARCÍSIO MARCIO ALONSO, nos Autos de Inventário, processo nº 20.460, ora em fase de Sobrepartilha, vem, à presença de V. Exa., por seu procurador, requerer para fins de instrução processual, o que abaixo segue:

1. Fotocópias das Primeiras Declarações devidamente autenticadas.
2. Certidão comprovando ser o Sr. TARCÍSIO MARCIO ALONSO, o inventariante da Sobrepartilha nos Autos do Espólio de JOSÉ CANDIDO DE SOUZA.
3. Certidão informando em que fase encontra-se o andamento do feito.

Termos em que
P. deferimento.

São Paulo, 25 de setembro de 1995.

MAURO RAFAEL VIDO
OAB/SP: 60.202.

PROCURADOR

26/09/1995 - 047

1ª VARA DA FAMÍLIA
E SUCESSÕES



CONCLUSÃO

Em 27 de setembro de 1995.
 faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito
 Dr. MARIO ANTONIO SILVEIRA.
 E faço este termo.
 Eu, _____ Escr. subst.

p. 20.460

1. Ciência às partes com relação a juntada da Carta Precatória de fls. 705/709, devidamente cumprida.
2. Fls. 711: defiro.

Int.

SP, data supra

MARIO ANTONIO SILVEIRA
 Juiz de Direito

RECEBIMENTO

Em 27 de 10 de 1995
 recebi estes autos com n. despacho supra
 Eu, _____ Escr. subst.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a cópia do despacho de fls. 712 foi enviada ao MM. Juiz de Direito em _____ 27/09/95 e os autos em _____ 04/10/95 foram devidamente intimados.

Em 04 de 10 de 1995
 Eu, _____ Escr. subst.

js-18/10

7

JUNTADA

Em 17 de 10 de 1895. Carre Office

junto a estes autos *peticao*

que segue em nest este termo.

Secr. *[Signature]*

EXCELENTISSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA PRIMEIRA
VARA DA FAMILIA E DAS SUCESSOES DO FORO CENTRAL DA COMARCA
CAPITAL.

17565 008133
DEPR-12

SECRETARIA DE JUSTICA

I. Conclusos.

Em

31/10/95
Juiz de Direito

Processo n.20.460
Inventario

O Espolio de JOSE CANDIDO DE SOUZA, representado por seu inventariante nos Autos de Inventario, processo n. 20.460, ora em fase de Sobrepartilha, vem a presenca de Vossa Excelencia, por seu procurador, atendendo ao despacho de fls. , manifestar - se nos termos que abaixo seguem :

1 - A pretensa habilitacao do Condominio " Sonho Meu " deve ser repelida por nao preencher nenhuma das condicoes da acao.

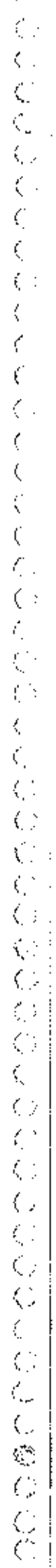
2 - De inicio, o Condominio nao possui personalidade juridica, portanto, nao tem legitimidade para ser parte.

3- O Condominio nao apresentou qualquer titulo ou documento de propriedade que pudesse demonstrar o seu interesse processual nesta Acao de Inventario.

4 - O caminho processual escolhido pelo Condominio Meu Sonho e inadequado para discutir os seus possiveis interesses, vez que as Acoes de Inventario nao comportam em seu bojo, direitos iliquidos que dependem de confirmacao judicial atraves de sentenca.

5 - A vvia judicial adequada e a ordinaria, a qual o Condominio ja recorreu por meio de Acao Ordinaria de Usucapiao que tramita perante a D. Vara da Fazenda Publica de Brasilia, mas ao que parece nao lhe esta satisfazendo; nada obstando todavia, que ingresse com outra acao ordinaria qualquer que melhor discuta os seus interesses ou direitos.

6 - A habilitacao promovida pelo Condominio e uma aventura processual , pois como depreende-se de seu petitorio, o habilitante nao tem " certeza " de que sua gleba de terras encontra-se dentro da area objeto



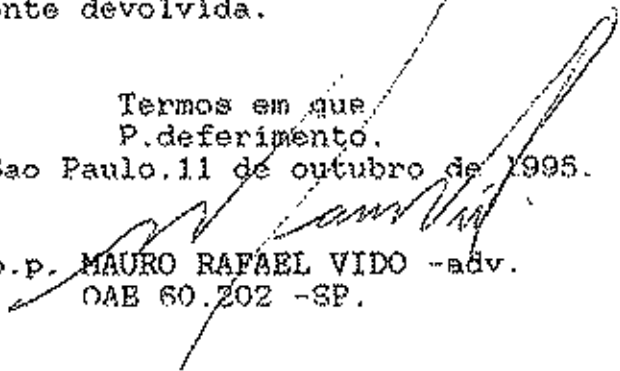
714

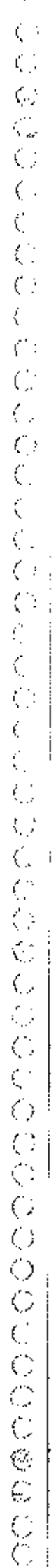
de Sobrepartilha.

7 - Assim, por todos os argumentos acima alinhavados, deve a pretensão do Condomínio ser repelida, sugerindo-lhe que recorra as vias ordinárias onde poderá desenvolver amplamente o seu direito.

8 - Por último, o inventariante informa a Vossa Excelência, que a Carta Precatória remetida a Brasília para cumprimento por órgão do Distrito Federal de vossa determinação, encontra-se em fase de conclusão, devendo ser brevemente devolvida.

Termos em que
P. deferimento.
Sao Paulo, 11 de outubro de 1995.


p.p. MAURO RAFAEL VIDO -adv.
OAB 60.202 -SP.



CONCLUSÃO

Em 19 de outubro de 1995,
 faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito
 Dr. MARIO ANTONIO SILVEIRA.
 E faço este termo.
 Eu, _____ Escr. subscr.

A. 20460

Aguarde-se decisão do Embargo
 de Terceiro (proc. 373/95) em apenso.
 Int.

SP, data supra

[Signature]
 MARIO ANTONIO SILVEIRA
 Juiz de Direito

RECEBIMENTO

Em 19 de 10 de 1995
 recebi estes autos com o despacho supra
 Eu, _____ Escr. subscr.

CERTIDÃO

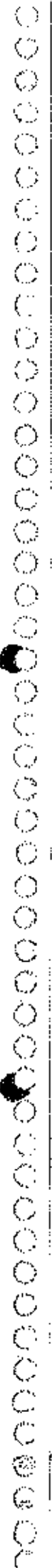
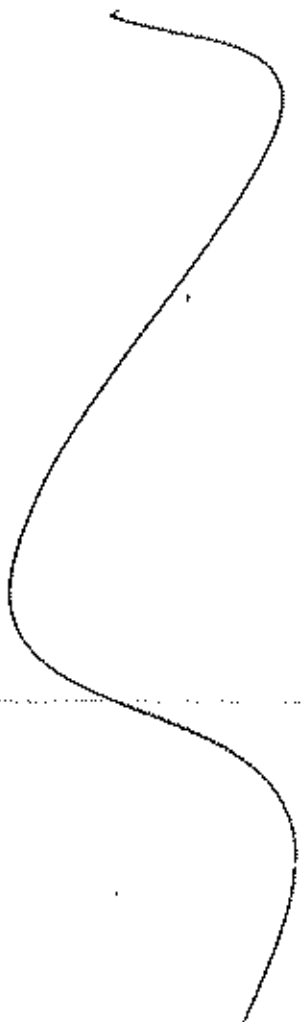
Certifico e dou fé, que a cópia do despacho
 de fls. 715, foi enviada ao Cartório Oficial em
23/10/95 e 01/11/95 e pl. 173
 devidamente intimada.
 Em 01 de 11 de 1995
 Eu, _____ Escr. subscr.



CERTIDÃO

Certifico a dou fã haver a certidão
de fls. 711/712 certida
Em 10 de 11 1995
No _____

10 de 11 1995
Junto a esta se faz cópia da
certidão
No _____





PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

FÓRUM JOÃO MENDES J
Cartório do 1.º Of. Fam. e Co
JACY R. B. BITTENCOURT MACH
Cadastr. Imóveis
n.º 0400 (cont. III)
São Paulo - Capital

JACY RODRIGUES

DE OLIVEIRA BITTENCOURT MACHADO,

Escrivão (ã) Diretor(a) do Cartório do 1.º
Ofício da Família e das Sucessões
desta Comarca de São Paulo -
Capital .-.-.-.-, na forma da lei, etc.

CERTIFICA,

atendendo a pedido verbal de pessoa interessada que revendo os autos de nº
20.460 .-.-.-.-, distribuídos em 27/09/1937, de ação de INVENTÁRIO
dos bens deixados por falecimento de JOSÉ CÂNDIDO DE SOUZA, cons-
tatou que o mesmo encontra-se em fase de sobrepartilha (fls.478),
foi nomeado inventariante o Sr. TARCÍSIO MÁRCIO ALONSO, brasilei-
ro, empresário, divorciado, portador do R.G. nº 15.022.237 e CPF.
009.641.788-46, residente e domiciliado no SMODB, conjunto 13, ca-
sa 10, em Brasília, Distrito Federal, conforme r. despacho profe-
rido aos 31 de janeiro de 1.992 (fls. 479) e devidamente compro-
misseado nos autos aos 11 de fevereiro de 1.992 (fls. 480) e cer-
tificado finalmente, que os autos encontram-se com o seu andamento
processual suspenso, aguardando-se a decisão do Embargo de Tercei-
ro sob nº 373/95 (em apenso), requerido por PAULO CESAR GONTELJO
nos autos de Inventário de JOSÉ CÂNDIDO DE SOUZA, conforme r. des-
pachos de fls. 02, proferido aos 18 de abril de 1.995 (Proc.373/95
e fls. 715, datado de 19 de outubro de 1.995 (Proc. 20.460). NA-
DA MAIS. São Paulo, 10 de novembro de 1.995. Eu, (AN-
GELA ARANHA MELO), Escrevente, datilografei. Eu, (AR-
TUR BRAGANÇA FILHO), Escrevente-Chefe, matrícula nº 35.137, con-
feri. Eu, (JACY RODRIGUES DE OLIVEIRA BITTENCOURT
MACHADO), Escrivã-Diretora, matrícula nº 30.737, subscrevi.-----

Este certidão somente terá valor mediante autenticação mecânica

Ao Estado

Custas recolhidas na forma da lei.


Retenir a original

Atkinson

R.G. 3.776.720 / SSP. SP
S.P. 13/11/95

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

C O N C L U S A O

Em 21 de novembro de 1995, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito, Doutor MARIO ANTONIO SILVEIRA. Eu,  Escrevente, subscrevo.

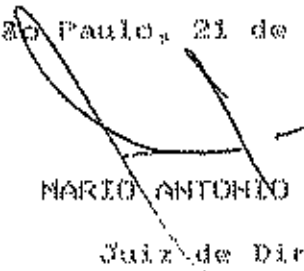
Processo nº 20.460

Vistos etc.

Oficie-se a Vara da Fazenda Pública de Brasília solicitando informações sobre ação de usucapião do condomínio Morada dos Nobres em relação aos bens do espólio.

Determino o desapensamento e arquivamento dos feitos: 1328/94 e 373/95, uma vez já julgados, com trânsito em julgado e extintos.

São Paulo, 21 de novembro de 1.995.


MARIO ANTONIO SILVEIRA

Juiz de Direito



RECEBIMENTO

Em 21 de _____ de 1995
 recebi estes _____ o r. despacho de fls. 117.

 Escrivão

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que fica vedada a prática de atos que importem na alienação do imóvel inventariado, no seu todo ou em partes, sem a prévia autorização desse R. Juízo, por meio de alvará próprio, conforme determinado pelo r. despacho proferido nos autos sob nº 1.278/95, ação de Sequestro, requerida por Maria Angélica de Souza Dias Gerassi e seu marido Antonio Gerassi Neto, às fls. 127, aos 21 de novembro de 1.995. Nada Mais. São Paulo, 22 de novembro de 1.995. Eu, _____ (Angela Aranha Melo), Escrevente, datilografei.-----

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a cópia do despacho de fls. 117, foi enviada ao Edital Oficial em _____ 22/11/95 e publicada em _____ 01/12/95, ficando as partes devidamente intimadas.

fls. 173

Em 01 de _____ 12 de 1995
 Eu, _____ Escrivão

JUNTADA

En 12 de 12 de 1995, meces Ofick
junto a estos actas petición e documentos
que sigue. Se hace esta junta
en _____ Escr. rubro.

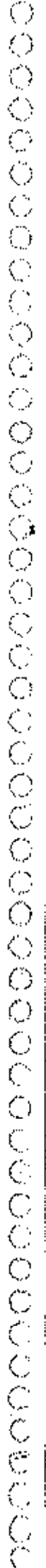
DESENTRAMAMENTO

Cartões e douls que, no dia 11 de ramo de entranhad os
destes autos de n.º 20460.

petição de fls. 719/721 e os documentos de
fls. 722/789, conf. r. despacho de fls. 804.

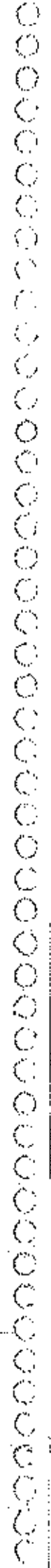
São Paulo, 12 de 02 de 1996

[Handwritten signature]



JUNTADA

Em 13 de 12 de 1995, neste Office
 junto a estes autos petição e
documentos a. m. e. e. l. e. s. e. s. e. t. e. r. m. o.
 Eu _____ Discr. sobre





Manoel Augusto Campelo Neto

OAB/DF 529

CAUSAS DE TERRAS E DIREITOS IMOBILIÁRIOS

SHN - QI 15 - Conjunto 01 - Nº 15 - Fone: 577-4167 - Brasília - DF

7918

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1a. VARA DE FAMILIA SU-
CESSOES DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE SAO PAULO, CAPITAL.

DEPRI-12

12/11/95 02022

SECRETARIA DE FAMILIA E SUCESSOES

J. Conclusos

Em

31/11/95

Juiz de Direito

REF. PROC. nº
20.460

PAULO CESAR GONTIJO, brasileiro, separado, advogado, residente na SQS-302- Bloco "B"-apto. 405 (f.22343)3 Brasília/DF, via do seu procurador e advogado que esta subscrive (doc. I), vem perante V.Exa. expor para afinal requerer:

1- O peticionário adquiriu, através de escritura de cessão de direitos hereditários, parte da gleba de terras localizada na Fazenda "PARANOAZINHO", no Distrito Federal, quota essa pertencente ao cessionário TARCISIO MARCIO ALONSO, inventariante nesta Sobrepartilha: (doc II);

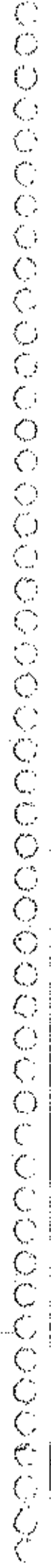
2- Convém esclarecer a V.Exa. que o inventariante acima citado, continua como detentor da maioria da área a ser partilhada, neste processo;

3- Assim sendo, é o presente para requerer a V. Exa. a habilitação do solicitante, a fim de que possa adjudicar, na partilha, a quota que lhe caberá com força do seu título.

T. em que

E. Deferimento.

De Brasília para S. Paulo, em 30 de novembro de 1995.



792

PROCURAÇÃO

Doc. I
2

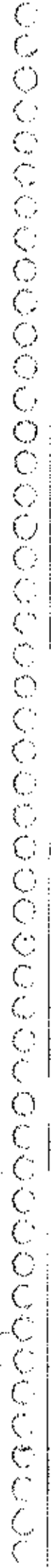
Por este instrumento particular de procuração, **PAULO CÉSAR GONTIJO**, brasileiro, divorciado, aposentado, domiciliado à SQS 302, Bloco B, apartamento 405, CI 066070- SSP/DF, CPF 000.093.601-04. GO, nomeia e constitui seu bastante procurador o **Dr. MANOEL AUGUSTO CAMPELO NETO**, brasileiro, casado, advogado, **OAB/DF 529**, domiciliado à SHIN QI 15, conj. 01, casa 15, ao qual confere os poderes das cláusulas "AD JUDITIA ET EXTRA", para defender os direitos e interesses da outorgante em qualquer foro ou tribunal, podendo, para tanto, propor ação, contestar, requerer, recorrer, impugnar, transigir, desistir, firmar acordos, compromissos e composições, dar e receber quitação e demais poderes, podendo inclusive, substabelecer esta com ou sem reservas de poderes, o que será dado por bom, firme, fiel e valioso, como por si próprio fora feito e em especial poderes para acompanhar sua habilitação como cessionário de direitos hereditários no processo de sobrepartilha da Fazenda Paranoazinho, do Espólio de José Cândido de Souza, em andamento na 1ª Vara de Família e Sucessão do Foro Central de São Paulo.

Brasília, 01 de dezembro de 1995



PAULO CÉSAR GONTIJO

OAB/DF 179



7931

Doc. II



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO D. FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
PAULO CESAR GONTIJO

GUIA DE
RECOLHIMENTO

1ª VIA - CLIENTE

Nº 60511

vai recolher ao _____ a importância abaixo, a favor
MARCELO CAETANO RIBAS (CARTÓRIO) para pagamento dos emolumentos adiante
relacionados:

IMPORTÂNCIA

Reg. de Escritura de Cessão de Direitos (Tab. N-11d) R\$ 92,83

R\$

R\$

R\$

R\$

TOTAL A SER RECOLHIDO: R\$ 92,83

(noventa e dois reais e oitenta e três centavos x.x.)

Brasília, 20 de novembro de 1995

(carimbo e assinatura)

Super Center Venâncio 2.000 - SCS - Q. 08 - Bl. B.60 - 1. Andar
Sala 140/E - Fone: 224-4028 - Fax: 223-8081 - Brasília - DF

11959556 e 92,83

EXPOSICIÓN DE MOTIVOS DE LA LEY
DE 19 DE ABRIL DE 1985, POR LA QUE SE
MODIFICA EL
ARTÍCULO 100 DE LA LEY DE
19 DE ABRIL DE 1985, POR LA QUE SE
MODIFICA EL
ARTÍCULO 100 DE LA LEY DE
19 DE ABRIL DE 1985, POR LA QUE SE
MODIFICA EL

10 NOV 1985

- MINISTERIO DE ECONOMÍA Y FINANZAS
- MINISTERIO DE AGRICULTURA Y GANADERÍA
- MINISTERIO DE LA ENERGÍA Y MINAS

CONFERENCIA PARA

EXPOSICIÓN DE MOTIVOS DE LA LEY
DE 19 DE ABRIL DE 1985, POR LA QUE SE
MODIFICA EL
ARTÍCULO 100 DE LA LEY DE
19 DE ABRIL DE 1985, POR LA QUE SE
MODIFICA EL
ARTÍCULO 100 DE LA LEY DE
19 DE ABRIL DE 1985, POR LA QUE SE
MODIFICA EL

10 NOV 1985

MINISTERIO DE ECONOMÍA Y FINANZAS
MINISTERIO DE AGRICULTURA Y GANADERÍA
MINISTERIO DE LA ENERGÍA Y MINAS

CONFERENCIA PARA

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE GOIÁS - COMARCA DE PLANALTINA

TABELIONATO BOAVENTURA

(2º OFÍCIO DE NOTAS, PROTESTO E R.T.O.)

SEDE: FORUM DE PLANALTINA - GOIÁS

JOSÉ CAMILO BOAVENTURA - TABELIÃO - CPF/MF 041.899.801-59

SÉRGIO PINTO BOAVENTURA - ESC. AUTORIZADO

SALVIO CAMILO BOAVENTURA - ESC. AUTORIZADO



PRAÇA JURANDIR CAMILO BOAVENTURA - S/Nº - CENTRO - PLANALTINA - GO - CEP: 73.750-000 - FONE/FAX: (061) 637-1288

LIVRO 103

FOLHA 109

responder e não o farão pela evicção da coisa. Pelo Outorgado Cessionário me foi dito que aceitava esta escritura com esta feição, os impostos e certidões devidas pela presente sobre pagas pela parte da circunscrição do imóvel dentro do prazo legal, responsabilizando-se o Outorgado Cessionário por todas as despesas que tenha ou que venha a ter sobre o referido imóvel, assim o disseram e dou fé. A pedido das partes, lavrei esta escritura, hoje a mim distribuída, a qual feita e lida, sendo lida, acharam-na conforme, outorgaram, aceitaram e assinaram. DISPENSANDO AS FORMALIDADES NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.982 de 06.11.93. Eu, Saulo Pinto Boaventura, Suboficial e Escrevente, a escrevi, conferi, subscrevi, dou fé e assino. (ASS). SAULO PINTO BOAVENTURA. - MARCISIO MARCIO ALONSO. - ELYANE LIZ DE SOUZA LIMA ALONSO. - PAULO CESAR GONCALVES, NADA MAIS. TRASLADADA EM REGUIDA. Eu, Paulo Roberto Siqueira, Suboficial e Escrevente, a trasladei, conferi, dou fé, dato e assino em público e raso.

EM TESTO DA VERDADE

[Handwritten signature]
CARTORIO DO 2º OFÍCIO E ANEXO
 Saulo Pinto Boaventura
 SUBOFICIAL E ESCRIVENTE
 PLANALTINA - GOIÁS

Valor da Certidão R\$ 320,40
 Valor da taxa Judiciária R\$ 11,00
 Total R\$ 331,40
 Data da receita 07/11/95

A taxa judiciária vai ser recolhida através da SRS nº 0958375-9

CARTORIO MARCELO RIBAS
 1º OFÍCIO DE NOTAS, PROTESTO E R.T.O.
 SUPER CAMARGO SCS Qda. 06, nº 100 - Fone: 6099
 Documentação e Tabelionato
 eob n.º: **207195**
 Em: **10 NOV 1995**
 Dou fé.

Titular: Lucia Helena de S. Siqueira
 Subofs: Alaanda Fátima de Siva
Paulo Roberto Siqueira

796
7

CONCLUSÃO

Em 14 de dezembro de 1995,
faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito
Dr. MARIO ANTONIO SILVEIRA.
E faço este termo.
Eu, _____ Escr. subscr.

p. 20.460

Fls. 719/721: cite-se o
Inventariante. Int.

SP, data supra

MARIO ANTONIO SILVEIRA
Juiz de Direito

RECEBIMENTO

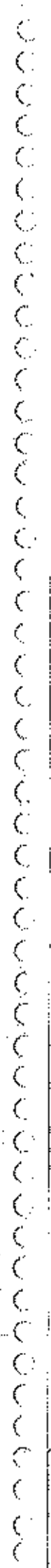
Em 14 de dezembro de 1995
recebi em nome do Sr. _____
Eu, _____ Escr. subscr.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, em virtude do despacho
de fls. 796, foi avisado ao Sr. _____ em

_____ 14/12/95
_____ 28/12/95
_____ fls. 72

Em 28 de dezembro de 1995
Eu, _____ Escr. subscr.





PODER JUDICIÁRIO

SÃO PAULO

70
PREFEITO DA CIDADE DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
C/PAV. 200.0000 - ANEXO II
São Paulo - Capital

JUIZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES CENTRAL

Ofício : 439-A/95
Processo : 20460 (1ª seção)

São Paulo, 15 de dezembro de 1995.

Atendendo ao que foi requerido nos autos de INVENTÁRIO sob nº 20460, dos bens deixados por falecimento de JOSÉ CANDIDO DE SOUZA, em trâmite perante esta Vara e respectivo Ofício, solicito de V.Exª. providências no sentido de encaminhar informações sobre ação de Usucapião Extraordinário, Processo nº 020.934/94, movida pelo Condomínio Residencial "Meus Sonhos" em relação aos bens do Espólio supra mencionado.

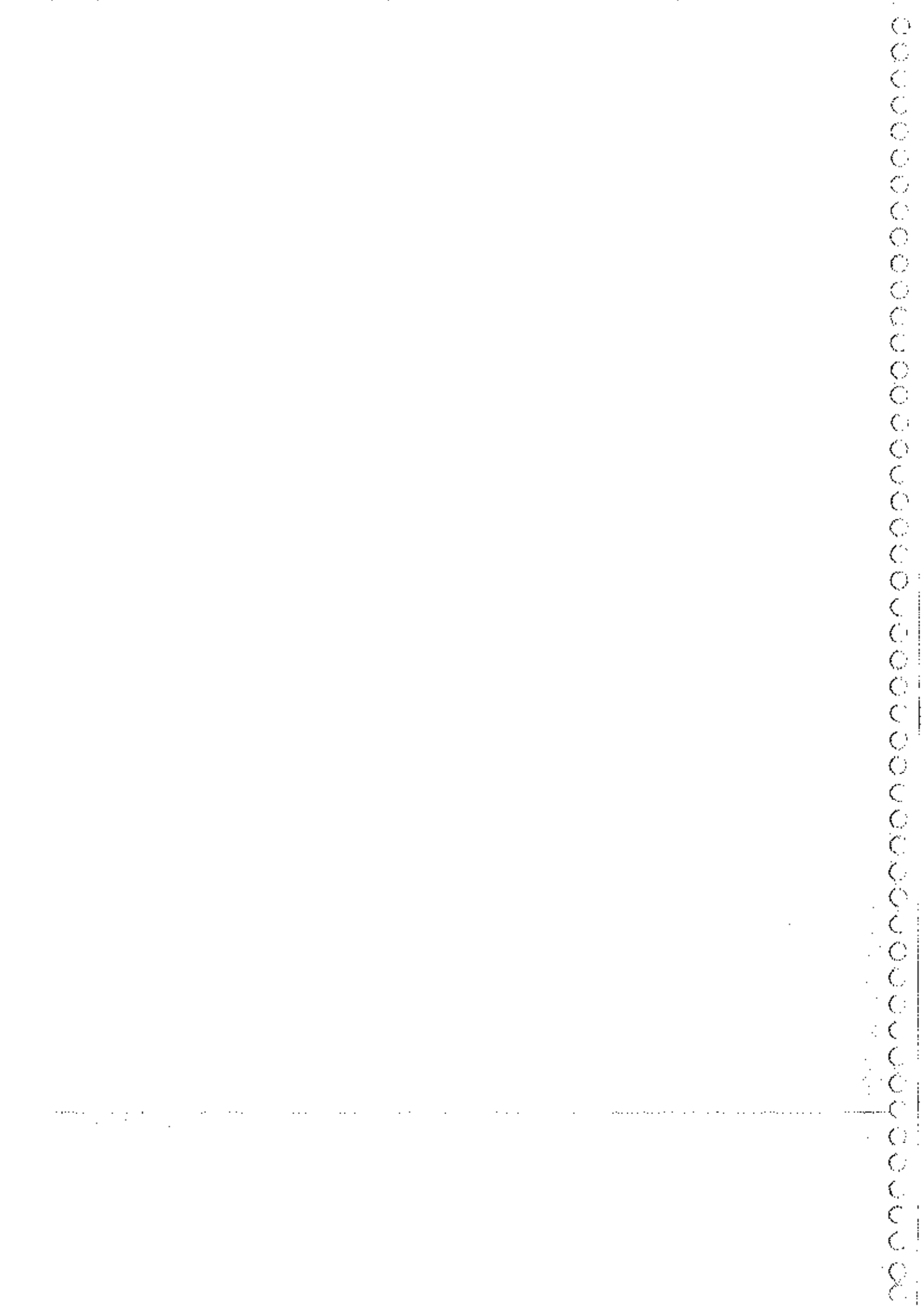
Apresento a V.Exª. protestos de elevada estima e consideração.

MÁRIO ANTONIO SILVEIRA
Juiz de Direito

Certifico por autógrafo a assinatura do(a)
v. (a) _____
M. (Juiz(a) de Direito) _____
da _____ Vara _____
em _____ de _____ de 19__

Resolvidos Amavelmente

AO
MERITÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO
DISTRITO FEDERAL
BRASÍLIA - DF.



CERTIDÃO

Certifico e dou fé que providenciei o desapensamento dos processos n.ºs. 1.328/94 e 373/95, conforme determinado pelo r. despacho de fls. 117. Nada Mais, São Paulo, 15 de dezembro de 1.995.---
Eu, *[Signature]* (Angela A. Melo), Escrevente, datilografei.

JUNTA DA

Em 19 de 12 de 1995. neste Ofício
junto a este livro protocolo ref. ofício
n.º 429-A/95
Eu *[Signature]* Escre. subor

[Large handwritten mark]



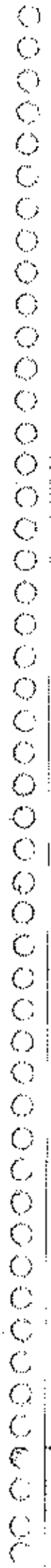
799



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

EXPEDIDOR: Primeiro Ofício da Família e das Sucessões Central	
REMETE: Ofício nº 439-A/95, ref. Proc. nº 20460 -Inv. (OBJETO) de José Candido de Souza - 1ª seção	
DESTINATÁRIO: JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	GRUPO
ENDEREÇO: Tribunal de Justiça do Distrito Federal Praça do Buriti - BID - 2ª etapa - CEP 70094-900	
CIDADE: BRASÍLIA = DISTRITO FEDERAL	ESTADO DF.
RECEBIMENTO ____/____/95	ASSINATURA OU CARIMBO

50.11.001



CERTIDAO

Certifico e dou fé haver existido a Carta

Precatória (fl. 796) p. termo de quitação.

Em 20 de 12 de 1995

Eu _____ Esc. subsc.

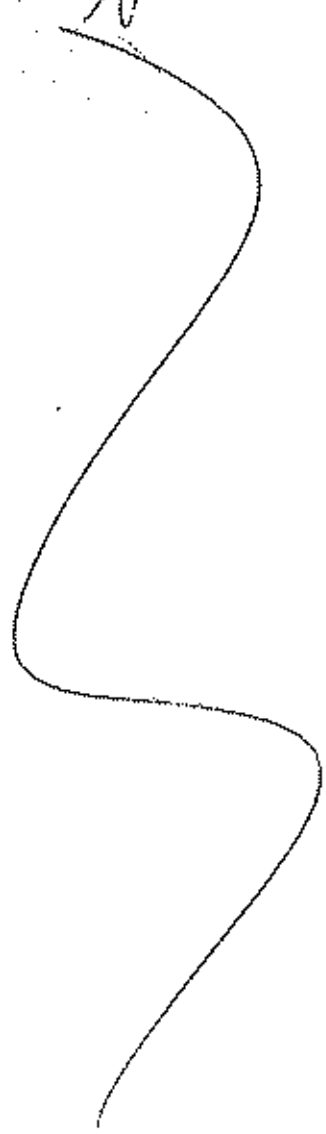
JUNTADA

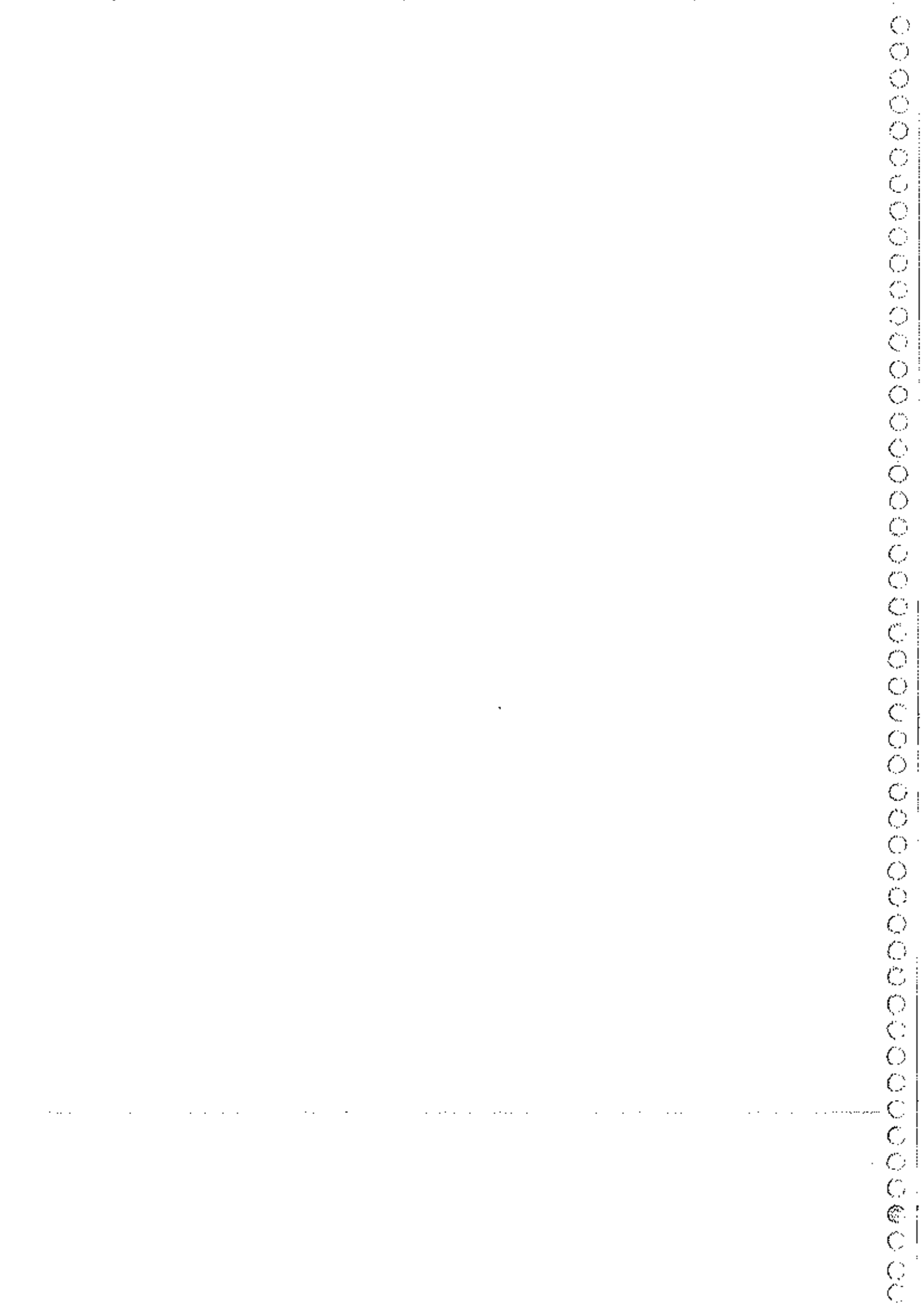
Em 20 de 12 de 1995, neste Ofício

junto a estes autos cópia de Carta

Precatória (fl. 796) p. termo. E logo este termo

Eu _____ Escr. subsc.







PODER JUDICIÁRIO

SÃO PAULO

Comarca São Paulo - Capital

1.ª Vara da Família e das Sucessões - Central

FORUM JOAO MENDES JR.
Praça da 1.ª Of. Fam. - Central
JACY R. O. BUTENCOURT MACHADO
Esp. IV - Distrito
Fone: 232-0800 Ramal 1159
São Paulo - Capital

CARTA PRECATÓRIA	PRAZO PARA CUMPRIMENTO: DIAS
	PROCESSO Nº 20.460
	VALOR DA CAUSA: R\$ 11.000,00

DISTRIBUIÇÃO	ADVERTÊNCIA

DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA Primeira Vara da Família e das Sucessões - Central

DEPRECADO: JUÍZO DE DIREITO DA Comarca de Brasília - Distrito Federal

DESPACHO

Fls. 719/721: cite-se o Inventariante.

Int.

SP, 14/12/95.

O Exmo. Sr. Dr. Mário Antonio Silveira

Meritíssimo Juiz de Direito da Primeira Vara da Família e das Sucessões Central
Estado de São Paulo, na forma da lei, etc.

F A Z S A B E R ao Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Brasília - Distrito Federal

à qual esta for distribuída, que, perante este Juízo e respectivo Cartório se processam os termos e atos de ação: de Inventário dos bens deixados por falecimento de José Cândido de Souza

tudo da conformidade com as peças que seguem, as quais ficam fazendo parte integrante desta.

FINALIDADE

Citação do inventariante na Comarca de Brasília, Distrito Federal, para se manifestar quanto ao teor da petição de fls. 719/721 do Condomínio Residencial "Meus Sonhos", cuja cópia segue em anexo, devidamente numerada e rubricada, a qual fica fazendo parte integrante da presente Carta Precatória.

continua no verso

PESSOAS QUE DEVERÃO SER CITADAS (OU INTIMADAS)

O inventariante, Sr. Tarcísio Márcio Alonso, residente no SMUDE, conjunto nº 13, casa nº 10, na cidade de Brasília, Distrito Federal.

PROCURADORES: FUNCIONAM COMO PROCURADORES E ADVOGADOS, OS DRS.:

Dr. Mauro Rafael Vido (OAB/SP nº 60.202)

ENCERRAMENTO: Assim, pelo que dos autos consta, expediu-se a presente, pela qual depreca a Vossa Excelência que, após exercer o seu respeitável "cumpra-se", se digno determinar as diligências para o seu integral cumprimento, com o que estará prestando relevantes serviços à Justiça. Cada e passado nesta cidade e Comarca de São Paulo, aos 20 de dezembro de 1995.
Eu, (Angela Aranha Melo), Escrevente que a datilografuei.
Eu, (Jacy R. de O. B. Machado), a conferi e subscrevo.

mat. 30.737

Certifico ser autêntica a assinatura do(a) Dr. (a) Mário Antonio Silveira Meritíssimo Juiz(a) de Direito em exercício da 1ª Vara da Família e das Sucessões - Central em 20 de dezembro de 1995

MÁRIO ANTONIO SILVEIRA
Juiz(a) de Direito

Jacy R. de O. B. Machado
Escrivão(s) Diretoria) m. 30737

Acompanham a presente 03 folhas por mim, _____, rubricadas.

8027

JUNTADA

270 12/1995 Ofício
precatório (fls. 86) protocolo ref. carta
R. ... termo
Enc. sube



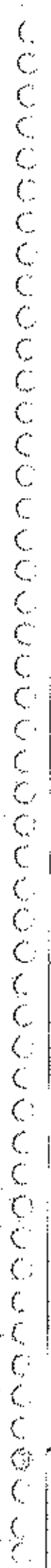
PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

1027

EXPEDIDOR: Primeiro Ofício da Família e das Sucessões Central	
EMETE: Carta Precatório ref. Proc. 20460 - Inv. de	
OBJEITO: José Cândido de Souza - 1ª seção	
DESTINATÁRIO: Juízo de Direito da Comarca de Brasília(DF)	GRUPO
ENDEREÇO: Praça do Buriti, -BID - 2 (CEP: 70094-900)	
CIDADE: Brasília - Distrito Federal	ESTADO SP.
RECEBIMENTO ____/____/19____	ASSINATURA OU CARIMBO

50.11.001

7



803

803
1

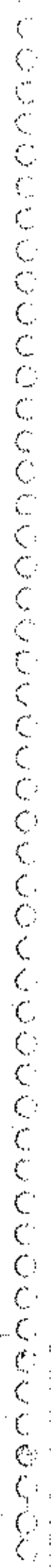


PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

EXPEDIDOR: Primeiro Ofício da Família e das Sucessões Central	
REMETE: Carta Precatório ref. Proc. 20460 - Inv. de (OBJETO) José Cândido de Souza - 1ª seção	
DESTINATÁRIO: Juízo de Direito da Comarca de Brasília (DF)	GRUPO
ENDEREÇO: Praça do Buriti, -BID - 2 (CEP: 70094-900)	
CIDADE: Brasília - Distrito Federal	ESTADO DF
RECEBIMENTO ____/____/19	27 267 078 ASSINATURA OU CARIMBO

50.11.001

↑

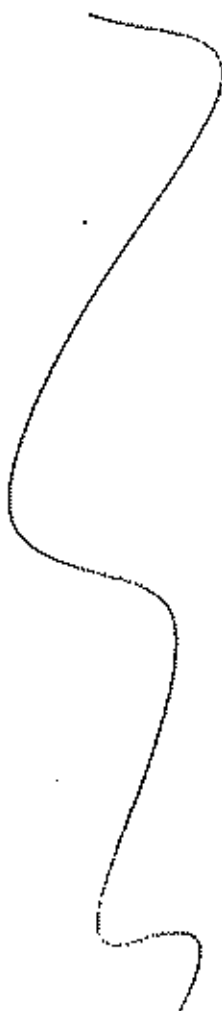


CERTIDÃO

Certifico e dou fé que desentranhei a petição de fls. 719/721 e os documentos que a acompanhavam (fls. 722/789), conforme determinado pelo r. despacho de fls. 804, datado de 05 de fevereiro de 1.996. Nada Mais. São Paulo, 12 de fevereiro de 1.996. Eu, *[assinatura]* (Angela Aranha Melo), Escrevente, datilografei.....

JUNTADA

Em 12 de 02 de 1996, neste Ofício junto a estes autos, *[assinatura]* cópia do traslado do despacho (fl. 804) segue. H. Logo este termo.
Escrevente



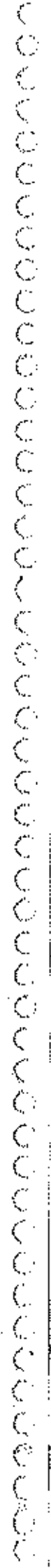


PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

8057

Traslado fiel do r. despacho de fls. 804, proferido pelo MM. Juiz de Direito da Primeira Vara da Família e das Sucessões - Central, Dr. Waldir Sebastião de Nuevo Campos Junior, nos autos da ação de Inventário, Processo nº 20.460, dos bens deixados por falecimento de José Cândido de Souza : "Fls. 719/721 e toda a documentação apresentada: desansem-se e autue-se como Habilitação de Crédito em anexo a estes autos de Inventário de José Cândido de Souza. São Paulo, 06 de fevereiro de 1.996." Nada Mais. São Paulo, 12 de fevereiro de 1.996. Ex, (Angela Aranha Melo), Escrevente, datilografel.....

.....



8067

7

JUNTADA

Em 23 de 02 de 1996, neste Ofici

lunto a estes autos

petição

que segue. E logo este termo

Rec. vobae

7

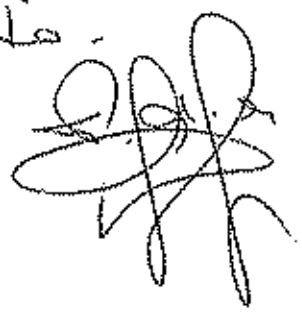


CONCLUSÃO

Em 13 de março de 1996,
faço estes autos conclusos no MM. Juiz de Direito
Dr. Waldir Sebastião do Rêgo Campos Junior.
Eu, _____ Ass. subscr.

P. 20460

Fls. 807/809: desen-
tranhem-se, juntam
do-se no apelo
correto.



RECEBIMENTO

Em 13 de março de 1996
recebi _____
Ass. despacho supra
_____ subsc.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que a petição de fls. 807/809
foi desentranhada destes autos e desida-
mente juntada no Proc. 20460/1, conforme
determinado pelo n. despacho de fls. 810
e 13 de março de 1996

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que decorreu o prazo de

São Paulo, **SEM EFEITO** de 19.

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que decorreu o prazo de

de manifestação dos interessados segundo conforme

Junta de São Paulo, 13 de 1936

CONCLUSÃO

Em 22 de março de 1996,
faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito
Dr. Waldyr Estevão de Azevedo Campos Junior,
Eu, _____ Escriv. subscr.

P. 20.460

ABERTURA

Em 03 de abril de 1996,
faço abertura de prazo supra para
lavrarem o que se segue.
O Escrivão _____

JUNTADA

Em 03 de abril de 1996, em Ofício
junto a estes autos ofício e documento recebido
do Distrito Federal
Eu, _____ Escriv. subscr.



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E PRECATÓRIAS
Brasília, 07.03.06

Of. nº 595 /96

Ref. Prec. nº 000.320/96 (nosso número)

Proc. nº 20460
Ação Inventário

proposta por Condomínio Residencial Meus Sonhos Conjuata nº 1/81,
contra Tarcísio Marcio Alonso.

J. Conforme Post. Conjunta nº 1/81,
das MM. Juizes das Varas de Família
e Sucessão.
Ex. de 03 de 1996

MM. Juiz

Pelo presente, solicito de V. Ex^a. provi-
dências no sentido de mandar esclarecer a este Juízo se o in-
teressado na diligência deprecada é beneficiário da Justiça
Gratuita. Em caso negativo, solicito, ainda, seja o mesmo in-
timado para proceder ao recolhimento das custas processuais,
conforme exigência do Provimento Geral da Corregedoria, no
valor de R\$ 18,32 (Dezoito reais e trinta e dois centavos.
) , que podem ser pagas mediante cheque administra-
tivo em nome da Corregedoria de Justiça do DF, a fim de via-
bilizar o cumprimento da Precatória.

Na oportunidade, apresento a V. Ex^a. pro-
testos de estima e consideração.

MARILENE SAMARCO GENTILI
Juiz(a) de Direito Substituto

Exm^o. Sr.

Dr. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DE
SÃO PAULO.



8137



JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL

CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE

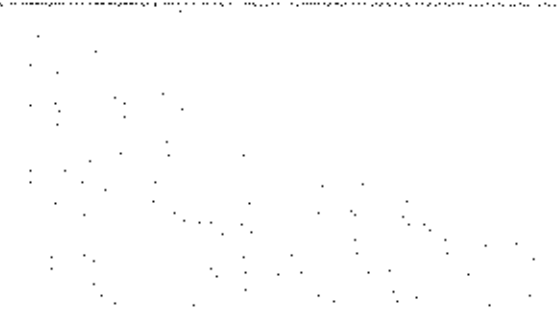
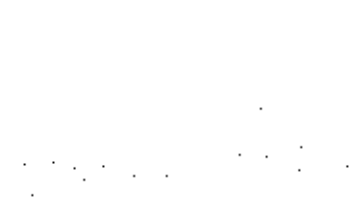
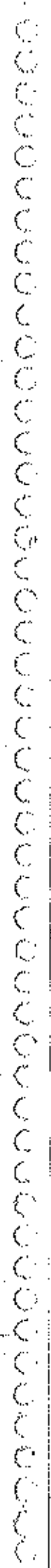
CONTADOR E PARTIDOR

CONTA DE CUSTAS ou APELAÇÃO

AUTOR: Leontônio Rodovalho e sua esposa
 RÉU: Maximo Maria Alamo VALOR R\$ _____
 PROCESSOS: Carta Precatória Nº 320/96 VARA Reg. Pública

TABELA G	RS	
Ofício - fls. <u>baixa</u>	<u>1,34</u>	
PRECATÓRIA - fls. _____		
Alvará - fls. _____		
Mentado - fls. <u>22</u>	<u>1,34</u>	
Preparo - fls. _____		
Custas Finais _____	<u>8,02</u>	
DEDUZ		
Preparo efetuado - fls. _____		
CUSTAS A RECOLHER _____		
DA ORDEM DOS ADVOGADOS - Tabela B		
Percentagem 10% _____	<u>0,80</u>	
DO OFICIAL DE JUSTIÇA - Tabela H		
Diligências fls. <u>06</u>	<u>3,34</u>	
Autos fls. _____		
DO DEPOSITÁRIO - Tabela O		
Percentagem _____		
DOS AVALIADORES - Tabela P		
Avaliação fls. _____		
DA OAB-DF		
Taxa Judiciária _____		
DA SECRETARIA DO TRIB. JUSTIÇA		
Quaisquer recursos da 1ª Instância _____		
DO DISTRIBUIDOR - CONTADOR		
Distribuição _____	<u>0,75</u>	
Contador _____	<u>1,98</u>	
Baixa _____	<u>0,75</u>	
		<u>R\$ 18,32</u>

13/02/96



Em 25 de abril de 1996.
 loco e das 10h30min. do dia 25/04/96.
 Dr. Ministro da Justiça
 P. 20.460

p. 20.460

Na forma solicitada as fls. 812 da Vara de Registros Públicos e Precatórias do Distrito Federal, recolhendo-se as custas devidas.

Fls. 797: renove-se.

Int. Sr. data supra

[Handwritten signature]

SECRETARIO DE JUSTIÇA FEDERAL DO DISTRITO FEDERAL

RECIBO

Em 25 de abril de 1996.
 recebi de Sr. *[Handwritten]* o valor de R\$ *[Handwritten]* a título de *[Handwritten]* despacho supra.

[Handwritten signature]

func. subscr.

CERTIFICADO

Certifico que a presente certidão foi expedida em 25/04/96.
 de fls. 814.
 em 03/05/96.
 de Janeiro de 1996.
 07/05/1996
 subscr.

[Handwritten signature]

No. 188

JUNTA

Em 02 de 05 de 1996
junto a documentos petição e
[Signature]

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA DA FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL.

1. Conclusão.
Em 30 de 04 de 1986.
Juiz de Direito

PROCESSO N. 20.460
INVENTÁRIO

202

TARCÍSIO MARCIO ALONSO, inventariante já - qualificado nos Autos de Inventário, processo n. 20.460, era em fase de Sobrepartilha, por falecimento de JOSÉ CANDIDO DE SOUZA, vem, à presença de Vossa Excelência, por seu procurador, e requerer o que segue:

1 - O inventariante não tem se furtado ao dever próprio de sua função no sentido de ver cumprida a precatória expedida por Vossa Excelência, em agosto de 1992, p.p.

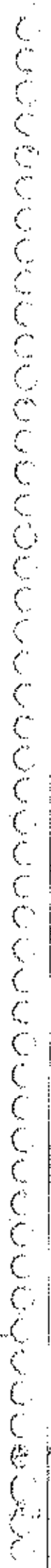
2 - Ocorre que, todas as vezes se dirige a Vara de Orfãos e Sucessões de Brasília-DF. para onde foi distribuída a referida carta precatória, informando-me que a mesma já foi devidamente cumprida, tendo retornado a esta Vara da Capital paulista, conforme a anexa relação e certidão (docs-1 e 2).

3 - Todavia, ao compulsar os Autos de Inventário, denota-se que não se trata da mesma carta precatória referida, mas sim de outras que também foram expedidas, cumpridas e devolvidas.

4 - Portanto, conclui-se que tendo em vista a informação do cartório da Vara de Orfãos e Sucessões de Brasília-DF., de que nenhuma outra carta precatória encontra-se ali para ser cumprida (da primeira Vara da Família), o referido documento veio a EXTRAVIAR-SE.

Isto posto, é a presente para requerer a expedição de nova Carta Precatória ou segunda via daquela que se encontra nos Autos, expedida em agosto/92, com o fito manifestar-se os órgãos competentes do Distrito Federal e posterior prosseguimento, até final para pagamento de imposto "causa mortis".

Termos em que
P.deferimento
São Paulo, 22 de abril de 1996.
p.p. MAURO RAFAEL VIDO - adv.
O.A.B. 50.202/SP

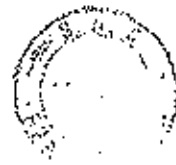


Handwritten text at the bottom of the page, appearing to be a signature or a set of initials.



PODER JUDICIÁRIO
JUNTA DE EXAMES NÚMERO 1.104 - 1995
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Doc. 1



816
 1103
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 1º andar

A JUNTA DE EXAMES NÚMERO 1.104 - 1995, COMPOSTA
 pela Agência APT - 16, do Poder do Executivo, resolveu em sua 11ª sessão (de
 06/05/1995), a ser realizada em 12/05/1995, a seguinte prova de seleção para as
 vagas existentes, mediante Edital de 05/05/1995, no âmbito do Poder
 JUDICIÁRIO de SÃO PAULO - SP.

11-05-95 001 000 000 / 02 / 19 25

NO ED	ESPÉCIE	REG.	DESTINO	GRATIFICÁRIO	TAX.
001	001		Juízo de Direito da 1ª Vara da Família e das Sucessões - Geral de São Paulo - SP		
002	002		Juízo de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões da Comarca de São Paulo - SP		
003	003		Juízo de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões da Comarca de São Paulo - SP		
004	004		Juízo de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões da Comarca de São Paulo - SP		
005	005		Juízo de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões da Comarca de São Paulo - SP		
006	006		Juízo de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões da Comarca de São Paulo - SP		
007	007		Juízo de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões da Comarca de São Paulo - SP		
008	008		Juízo de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões da Comarca de São Paulo - SP		
009	009		Juízo de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões da Comarca de São Paulo - SP		
010	010		Juízo de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões da Comarca de São Paulo - SP		
011	011		Juízo de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões da Comarca de São Paulo - SP		
012	012		Juízo de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões da Comarca de São Paulo - SP		
013	013		Juízo de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões da Comarca de São Paulo - SP		
014	014		Juízo de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões da Comarca de São Paulo - SP		
015	015		Juízo de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões da Comarca de São Paulo - SP		
016	016		Juízo de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões da Comarca de São Paulo - SP		
017	017		Juízo de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões da Comarca de São Paulo - SP		
018	018		Juízo de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões da Comarca de São Paulo - SP		

Assinatura do Presidente da Junta
 Assinatura do Presidente da Agência APT
 Assinatura do Presidente do Tribunal de Justiça

Recorrido em...

Funcionário da APT



817

JUIZO DE DIREITO DA VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DE BRASÍLIA-DF.

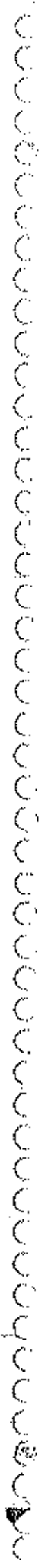
Doc. 2

CERTIDÃO

ANTONIO LUIZ DA SILVA NEIVA MOREIRA, Escrivão da vara de Órfãos e Sucessões de Brasília, na forma da Lei, etc...

CERTIFICO E DOU FE que revendo em seu Cartório, livros fichários e arquivos deles verifiquei constar os autos da Ação de Carta Precatória nº 19.242, dos bens deixados por falecimento de JOSÉ CANDIDO DE SOUZA, e que os mesmos foram devolvidos ao MM. Juiz Deprecante em 15.08.95. A REFERIDA É VERDADE E DOU FE. DADA E PASSADA NESTA CIDADE DE BRASÍLIA, Capital da República Federativa do Brasil, aos 11 dias do mês de abril do ano de 1996. Eu ~~ANTONIO LUIZ DA SILVA NEIVA MOREIRA~~, Escrivão, confesso e subscrevo.

~~ANTONIO LUIZ DA SILVA NEIVA MOREIRA~~
~~Escrivão~~



Handwritten text, possibly a signature or name, located in the lower right quadrant of the page.

A horizontal line of small, evenly spaced dots or perforations running across the width of the page, likely indicating a fold line.

A large area of dense, repetitive, stylized patterns or characters, possibly a decorative border or a specific type of text, located at the bottom of the page.

CONCLUSÃO

Em 07 de maio de 1996,
faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito
Dr. Waldir Sebastião de Nogueira Campos Junior.
Eu, _____ Escr. subscr.

p. 20.460

Fls. 815/817: diga o inventa-
riante sobre o que consta as fls. 812/813.

Int.

SP, data _____

WALDIR SEBASTIÃO DE NOGUEIRA CAMPOS JUNIOR
Juiz de Direito

DESPACHAMENTO

Em 07 de maio de 1996
pelo _____
a. despacho supra
Eu, _____ Escr. subscr.

CERTIDÃO

Certifico que a cópia do despacho
de nº 818, de 07/05/96, foi
de 20/05/96. fls. 201
Em 20 de maio de 1996
Eu, _____ Escr. subscr.

JUNTADA

Em 16 de 05 de 1996
junto a tabelada de petições
Esc. subsc.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA DA FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL.

J. Conforme Port. Conjunta n.º 1/81.
dos MM. Juizes das Varas de Família
e Sucessões. Conclusos.

PROCESSO N. 20.460
INVENTÁRIO

Em 10 de 05 de 1996

RECEBIDO
10M 10 1996
F. MARIA PAULA
CASSILDA SANTOS CANFIELD
ADVOGADOS

TARCÍSIO MÁRCIO ALONSO, inventariante nos Autos de Inventário per falecimento de JOSÉ CÂNDIDO DE SOUZA, ora em fase de Sobrepartilha, vem, à presença de Vossa Excelência, por seu procurador, expor o quanto segue:

- 1 - Vossa Excelência determinou que o inventariante se manifestasse sobre as fls. 812 e 813.
- 2 - Trata-se de cobrança de custas da comarca do Distrito Federal, em ato processual praticado por solicitação do Condomínio Meus Sonhos.
- 3 - Ora, exceto se o requerente é beneficiário da Justiça gratuita, e sendo o Condomínio Meus Sonhos o requerente do ato processual que esta sendo solicitado o recolhimento das custas, compete a este (o condomínio) efetuar o depósito da quantia.

Termos em que
P. deferimento.
São Paulo, 09 de maio de 1996.

p.p. MAURO RAFAEL VIDO -adv. -
OAB/SP: 60.202

820f

LATORRE, TERAMOTO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
DO FORO CENTRAL - COMARCA DA CAPITAL.

I. Conforme Post. Conjunta n.º 1/81,
dos MM. Juizes das Varas de Família
e Sucessões. Conclusos.

Em 15 de 5 de 1996

RM

1ª SEPE 12 - JSC06 (ALI) 0263213

Inventário 20.460 - 1ª Seção

MARIA ANGÉLICA DE SOUZA DIAS e seu
marido, por seu advogado, nos autos do INVENTÁRIO de JOSÉ CÂNDIDO DE
SOUZA, vem requerer a intimação do inventariante TARCÍSIO MÁRCIO ALONSO,
para que esclareça se recolheu o imposto "causa mortis" devido nestes autos e, em caso
negativo, o motivo por que não o fez.

Nestes termos,
Pedem deferimento.
São Paulo, 13 de maio de 1996.

Udeki Teramoto
Udeki Teramoto - OAB/SP 34.905

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que o subscritor de
 petição de fls. 820, não se encontra
 devidamente conhecido nestes
 autos de inventário. — " —
 N.º 43 05 de 1996

CONCLUSÃO

Em 17 de maio de 1996,
 faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito
 Dr. Waldir Sebastião dos Santos Junior.
 Eu, _____ Escr. subscr.

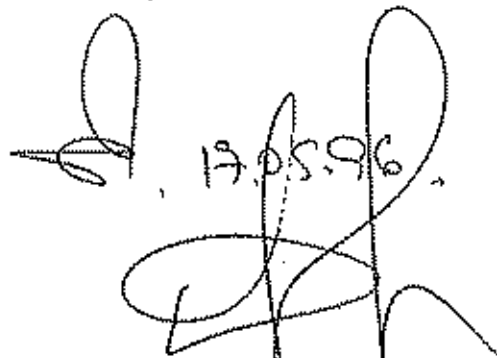
D. 20.460

J. O documento de fl. 810
 não comprova que
 o devedor ali re-
 side e diz respeito
 a carta precatória
 expedida por ju-
 zes outros.
 Oficie-se, portanto
 ao Ministério do
 Distrito Federal
 solicitando-se in-
 formações a res-

feito e instruído o ofício
com cópia de precatória.

2. Fl. 820: defins.

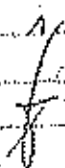
3. Int.

17.05.96


E.T. Expeça-se de via de
carta precatória.

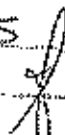


RECEBIMENTO

Em 20 de 05 de 1996
recebido em despacho de fls.
821/821 verso
Eu,  Escrivão

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a cópia do despacho
de fls. 821, foi anexada ao processo em
20/05/96 e em
22/05/96 ficando as partes
devidamente intimadas.

Em 22 de 05 de 1996
Eu,  Escrivão

fls. 189

822

CERTIDÃO

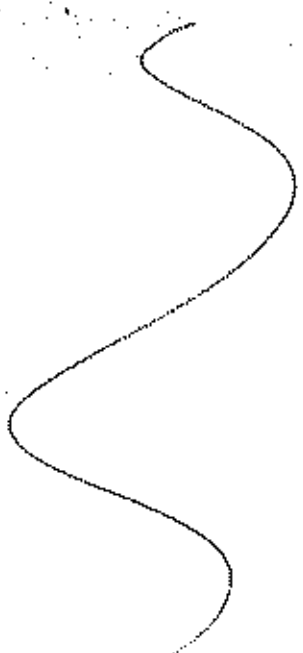
Certifico e dou fé haver recebido a 2ª via
da Carta Precatória nº _____
em 31 de 05 1996
Ass. _____ Escr. subsc.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé haver recebido o ofício do
Distribuidor (D.F.) nº _____
em 31 de 05 1996
Ass. _____ Escr. subsc.

JUNTADA

Em 31 de 05 1996, no Ofício
junto a estes autos, cópias 2ª via da carta
precatória e do ofício nº _____
Ass. _____ Escr. subsc.





PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

10. 1. 1910 2. 1911 3. 1912 4. 1913 5. 1914 6. 1915 7. 1916 8. 1917 9. 1918 10. 1919 11. 1920 12. 1921 13. 1922 14. 1923 15. 1924 16. 1925 17. 1926 18. 1927 19. 1928 20. 1929 21. 1930 22. 1931 23. 1932 24. 1933 25. 1934 26. 1935 27. 1936 28. 1937 29. 1938 30. 1939 31. 1940 32. 1941 33. 1942 34. 1943 35. 1944 36. 1945 37. 1946 38. 1947 39. 1948 40. 1949 41. 1950 42. 1951 43. 1952 44. 1953 45. 1954 46. 1955 47. 1956 48. 1957 49. 1958 50. 1959 51. 1960 52. 1961 53. 1962 54. 1963 55. 1964 56. 1965 57. 1966 58. 1967 59. 1968 60. 1969 61. 1970 62. 1971 63. 1972 64. 1973 65. 1974 66. 1975 67. 1976 68. 1977 69. 1978 70. 1979 71. 1980 72. 1981 73. 1982 74. 1983 75. 1984 76. 1985 77. 1986 78. 1987 79. 1988 80. 1989 81. 1990 82. 1991 83. 1992 84. 1993 85. 1994 86. 1995 87. 1996 88. 1997 89. 1998 90. 1999 91. 2000 92. 2001 93. 2002 94. 2003 95. 2004 96. 2005 97. 2006 98. 2007 99. 2008 100. 2009 101. 2010 102. 2011 103. 2012 104. 2013 105. 2014 106. 2015 107. 2016 108. 2017 109. 2018 110. 2019 111. 2020 112. 2021 113. 2022 114. 2023 115. 2024 116. 2025 117. 2026 118. 2027 119. 2028 120. 2029 130. 140. 150. 160. 170. 180. 190. 200. 210. 220. 230. 240. 250. 260. 270. 280. 290. 300. 310. 320. 330. 340. 350. 360. 370. 380. 390. 400. 410. 420. 430. 440. 450. 460. 470. 480. 490. 500. 510. 520. 530. 540. 550. 560. 570. 580. 590. 600. 610. 620. 630. 640. 650. 660. 670. 680. 690. 700. 710. 720. 730. 740. 750. 760. 770. 780. 790. 800. 810. 820. 830. 840. 850. 860. 870. 880. 890. 900. 910. 920. 930. 940. 950. 960. 970. 980. 990. 1000.

Comarca São Paulo - Capital

1.ª Vara da Família e das Sucessões - Central

CARTA PRECATÓRIA 2ª VIA		PRAZO PARA CUMPRIMENTO: 30 (trinta) DIAS PROCESSO Nº 20.460 VALOR DA CAUSA: ---
DISTRIBUIÇÃO	ADVERTÊNCIA	
DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA <u>Primeira Vara da Família e das Sucessões - Central</u> DEPRECADO: JUÍZO DE DIREITO DA <u>Comarca de Brasília - Distrito Federal</u>		
DESPACHO		
<p>"1. O documento de fls. 816 não comprova que a devolução ali referida deu respeito à carta precatória expedida nos presentes autos. Oficie-se, portanto, ao Distribuidor do Distrito Federal, solicitando-se informações a respeito e instruindo o ofício com cópia da precatória. 2. Fls. 820: defiro. 3. Int. E.T. Expeça-se 2ª via da carta precatória.</p> <p style="text-align: right;">Int. SP., 17/05/96."</p>		
<p>O Exmo. Sr. Dr. <u>Waldir Sebastião de Novo Campos Junior</u>, Meritíssimo Juiz de Direito da <u>Primeira Vara da Família e das Sucessões Central</u> Estado de São Paulo, na forma da lei, etc.</p> <p style="text-align: right;">FAZ SABER ao Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da <u>Comarca de Brasília - Distrito Federal</u></p> <p>à qual esta for distribuída, que, perante este Juízo e respectivo Cartório se processam os termos e atos de ação: <u>de Inventário dos bens deixados por falecimento de José Cândido de Souza</u></p>		
<p>tudo de conformidade com as peças que seguem, as quais ficam fazendo parte integrante desta.</p>		
<p>FINALIDADE Intimação do inventariante na Comarca de Brasília, Distrito Federal, para providenciar o recolhimento do imposto "causa mortis" referente à sucessão de José Cândido de Souza (sobrepartilha), conforme cópias xerográficas em anexo, devidamente numeradas e rubricadas, as quais ficam fazendo parte integrante da presente Carta Precatória</p>		

CONTINUA NO VOTO

O imóvel consiste numa gleba de terras com área de 1.288,5 hectares, na Fazenda Paranaetinho, dependência da Fazenda Sobradinho, localizada na Comarca de Brasília (Distrito Federal), cadastrado no ITCM sob nº 941.018.090.301-3 e transcrito no livro nº 3 "I", as fls. 142, ano de 1921, número de ordem e de transcrição anterior 833, do Cartório do 1º Ofício e Registro de Imóveis de Pomposo - Goiás e, posteriormente, no 1º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, Livro nº 2 de Registro Geral, matrícula nº 135.155 e R.I. 135189 (documentos de fls. 02 e 48).

Observação Deverá ser solicitada a manifestação do Sr. Promotor de Justiça da Comarca de Brasília (DF).

PESSOAS QUE DEVERÃO SER CITADAS (OU INTIMADAS)

O inventariante, Sr. Eurício Márcio Aloxac, residente e domiciliado no SUDOESTE, conjunto nº 11, casa nº 10, na Cidade de Brasília, Distrito Federal, a fim de providenciar o recolhimento do imposto "cruce-mortis" (Proc. 20460).

PROCURADORES: FUNCIONAM COMO PROCURADORES E ADVOGADOS, OS DRS.:

Dr. Mauro Rafael Vido (OAB/SP nº 60.202)

ENCERRAMENTO: Assim, pelo que dos autos consta, expediu-se a presente, pela qual depreca a Vossa Excelência que, após exarar o seu respeitável "cruce-se", se digne determinar as diligências para o seu integral cumprimento, com o que estará prestando relevantes serviços à Justiça. Dada e passada nesta cidade e Comarca de São Paulo, aos 31 de maio de 19 95.

Eu, (Angela Arantes Melo), Escrevente que a ditilografar.
Eu, (Jacy R. de O. B. Machado) conferi e subscrevo.

Certifico ser autêntica a assinatura	
do(a) Dr. (a) <u>Waldir Sebastião de</u>	
<u>Novo Campos Junior</u>	
Meritíssimo Juiz(a) de Direito <u>Titular</u>	
de <u>1ª</u> Vara <u>da Família e Sucessões</u>	
<u>Central</u>	
Em <u>31</u> de <u>maio</u> de 19 <u>95</u>	
<u>Jacy R. de O. B. Machado (n. 30737)</u>	
Escrivão(s) Diretor(s)	

Waldir Sebastião de Novo Campos Junior
Juiz(a) de Direito

Acompanham a presente 47 folhas por mim, (Angela A. Melo) rubricadas.

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

PODER JUDICIÁRIO
Câmara de 1ª Instância - Câmara
JOSÉ DE S. G. M. JUNIOR
Tribunal
1956, 015402 e mai 159
São Paulo Capital

18 VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES-CENTRAL

OFÍCIO : 341/98 (12 SEÇÃO)
PROCESSO : 20460 (INVENTÁRIO DE JOSÉ CANDIDO DE SOUZA)

São Paulo, 31 de maio de 1956.

Extenso ao que foi requerido nos autos da ação de INVENTÁRIO dos bens deixados por falecimento de JOSÉ CANDIDO DE SOUZA, Processo nº 20460, em trâmite perante esta Vara e respectivo Órgão, solicito de Vossa Excelência providências no sentido de determinar informações sobre o cumprimento integral e respectiva entrega das (s) Cartas (s) Precatórias (s) expedidas (s) por esta Vara, suas (s) cópias (s) xerográficas (s) mesmo, se caso, devidamente autenticada (s) e rubricada (s), a (s) qual (s) (s) (s) sejam parte integrante deste ofício, conforme determinado pelo ex. despacho proferido em 17 de maio de 1956.

Atenciosamente e muito L. e cordialmente,
proceder a provida escita e distinta providenciamento.

WALDIR SEBASTIÃO DE ALMEIDA JUNIOR
JUIZ(A) DE DIREITO

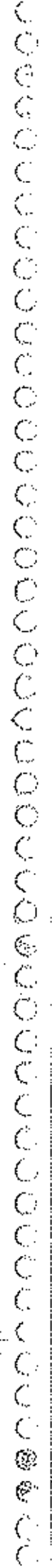
ADIA)
EXCELENTÍSSIMA(S) SR.(A) DR.(A) JUIZ(A) DE DIREITO DO
CANTARIL DO DISTRIBUIDOR DE CORREIOS DE BRASÍLIA - BRASIL
FEDERAL - DF).

UNITED STATES DEPARTMENT OF JUSTICE
FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION

To: _____
From: _____
Date: _____

RE: _____

7



JUNTA

em 10 de

06

1996

unto a estes autos. protocolos ref. ofício
2341/96 e precatória



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

825

EXPEDIDOR: Primeiro Ofício da Família e das Sucessões Central	
REMETE: Ofício nº 341/96, ref. Proc. 20460, Inv. de	
(OBJETO) José Cândido de Souza - 1ª seção	
DESTINATÁRIO: Exm ^a (a) Sr.(a) Dr.(a) Juiz(a) de	GRUPO
Direito do Cartório Distribuidor (DF.)	
ENDEREÇO: Tribunal de Justiça do Distrito Federal - Pra	
ça do Buriti BID - 22	
CIDADE:	ESTADO
Brasília - CEP 70094-900	DF.
RECEBIMENTO	ASSINATURA OU CARIMBO
___/___/19___	

50.11.001



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

826

EXPEDIDOR: Primeiro Ofício da Família e das Sucessões - Central	
REMETE: Carta Precatória (2ª via) ref. Proc. 20460, In-	
(OBJETO) inventário de José Cândido de Souza - 1ª seção	
DESTINATÁRIO:	GRUPO
Juízo de Direito da Comarca de Brasília	
ENDEREÇO: Tribunal de Justiça do Distrito Federal -	
Praça do Buriti BID - 22	
CIDADE:	ESTADO
Brasília - CEP 70094-900	DF.
RECEBIMENTO	ASSINATURA OU CARIMBO
___/___/19___	

50.11.001

JUNTADA

Em 14 de 06 de 1996. Ofício
a estes autos precatória rel. Ofício e carta
de arg. e no esse termo
Escr. rubrica

827/828



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

827

EXPEDIDOR: Primeiro Ofício da Família e das Sucessões Central	
REMETE: Ofício nº 341/96, ref. Proc. 20460, Inv. de (OBJETO) José Cândido de Souza - 1ª seção	
DESTINATÁRIO: Exm ^o (a) Sr.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito do Cartório Distribuidor (DF.)	GRUPO
ENDEREÇO: Tribunal de Justiça do Distrito Federal - Pra- ça do Buriti BID - 82	
CIDADE: Brasília CEP 70094-900	REMETIDO PELO ESTADO DE DF.
RECEBIMENTO ____/____/19____	07 JUN 1996 ASSINATURA OU CARIMBO

5031.001

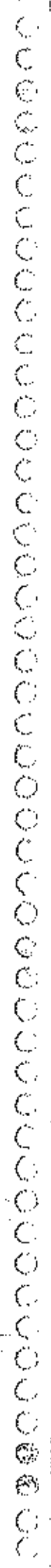


PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

828

EXPEDIDOR: Primeiro Ofício da Família e das Sucessões - Central	
REMETE: Carta Precatória (2ª via) ref. Proc. 20460, In- (OBJETO) ventário de José Cândido de Souza - 1ª seção	
DESTINATÁRIO: Juízo de Direito da Comarca de Brasília	GRUPO
ENDEREÇO: Tribunal de Justiça do Distrito Federal - Praça do Buriti BID - 82	
CIDADE: Brasília CEP 70094-900	REMETIDO PELO ESTADO DE DF.
RECEBIMENTO ____/____/19____	07 JUN 1996 ASSINATURA OU CARIMBO

5031.001



12

.....

.....

CERTIDAO

Certifico e dou fe que dei inicio a
5^o volume destes autos a partir
de fls. 829.

Em 14 de [signature] de 1936
Eu [signature] [signature]

Handwritten text, possibly a signature or date, located in the lower right quadrant of the page.

